

FRAN PAXECO

Portugal e o Maranhão

(AS SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS)



1919

S. LUIZ DO MARANHÃO

Composto em linotipo—J. PIRES & C.



A diretoria da Câmara Portugueza de Comércio do Maranhão, que se fundou a 22 de outubro de 1918, decidiu imprimir os principais tópicos do nosso relatório consular daquele ano.

Demonstra, assim, uma inteira aliança com o representante oficial da pátria e, ao mesmo tempo, o desejo de que se conheçam, nas duas nacionalidades irmãs, os fortes laços mercantis, existentes entre a nossa terra e o Maranhão, o qual ocupa o primeiro posto, em todo o Brazil, nas esportações para as praças luzónias.

Devemos salientar tão honrozo facto, cuja importância julgâmos desnecessário encarecer, pois a sua evidéncia, despertando os próprios surdos, se impõe áqueles que reincidem em não prover de meios transportivos as fôrças económicas dêste estado e de Portugal, afim de se intensificarem as reciprocas tranzacções negociais. Juntar-lhes-emos as que se operam pela barra da Tutóia, escoadoiro do Parnaíba, rio que separa das ma-

ranhenses as férteis parajens do Piauí, donde se viam aos nossos mercados alguns dos seus valiosos produtos.

Ha muito que nos batemos pela organização dessa carreira de vapores. Tivemos ensejo de concorrer, em Lisboa, para se incluirem os dois estados referidos, e o Ceará, no projéto do ministro António Maria da Silva, feito em 1916. E dessa data até hoje, como antes dela, nunca cessámos de nos esforçar em prol do velho anseio duma linha tranzoceânica, para servir os complexos interesses de Portugal, através das antigas relações, que tendem a estreitar-se, com as zonas que formam a área dêste distrito consular (Maranhão, Piauí, Ceará) e as da Amazônia (Pará, Amazonas, Acre e Juruá).

S. Luiz, 10-XI-1919.

Fran Paxeco.



I.—A situação geral

Os negócios da República Brazileira mantiveram-se quase análogos, em 1918, aos do período incerto da guerra, pouco influindo a tonelagem sobre o valor, porque, se aquela declinou, este subiu.

Assim, 1.736.048 toneladas custaram, no ano passado, 989.502 contos de réis, quando 1.986.144 tons., em 1917, sairam por 837.738 contos de réis. Em 1916, 2.640.900 tons. e 810.759 contos; em 1915, 2.799.168 tons. e 582.996 contos; em 1914, ano de crise interna, 3.478.251 tons. e 561.83 contos; em 1913, o de maior importação, nos largos fastos económicos do Brazil, 5.873.040 tons. e 1.007.495 contos. As importações desse ano somaram 53.262.000 libras.

As exportações de 1918, que diminuiram em volume e em preço, limitaram-se a 1.771.754 tons. e 1.137.100 contos. Em 1917, fôram de 2.016.723

tons. e 1.192.175 contos; em 1916, 1.869.327 tons. e 1.136.888 contos; em 1915, 1.807.986 tons. e 1.042.298 contos; em 1914, 2.299.548 tons. e 759.980 contos; em 1912, 1.382.089 tons. e 981.767 contos. As esportações de 1918 reprezentaram 61.168.000 libras. O saldo, no intercâmbio mercantil do ano que se acabou, quedou-se em 7.906.000 libras, muito áquem dos pagamentos a fazer fóra do paiz,—verba diminutissima para os 28 ou 30 milhões esterlinos de compromissos anuais, escetuando as importações.

As diferenças, para mais e para menos, no pézo da esportação sobre a importação, rezumem-se a estatística desta fórmula:—Em 1913, menos 4.490.951 toneladas; em 1914, mais 917.459 tons.; em 1915, menos 991.182 tons.; em 1916, menos 771.573; em 1917, mais 30.579; em 1918, mais 35.706. No valor, as oscilações esprimem-se desta maneira:—Em 1918, mais 147.598 contos; em 1917, mais 354.437 contos; em 1916, mais 326.129; em 1915, mais 459.302 contos; em 1914, o referido ano de crize aguda, menos 226.010 contos; em 1913, menos 25.728 contos. De sorte que, havendo remetido menos 6.253.706 toneladas para as outras nações naquele sexénio, valorizou as suas mercadorias em 1.287.466 contos, devido á fabulosa alta de alguns géneros.

O algodão em rama destacou-se, nesse galope. De 925\$000 a tonelada, em 1913, galgou a

1:051\$000, em 1915, a 2:241\$000, em 1916, a 2:540\$000, em 1917, a 3:739\$000, em 1918. Os coiros, nos mesmos anos, atingiram os belos preços de 922\$000, 1:480\$000, 1:640\$000, 1:971\$000 e de 1:646\$000, cada tonelada. A cera de carnaúba variou de 1:705\$000 e 1:627\$000, em 1913 e 1915, a 1:914\$000, 2:296\$000 e 4:848\$000, no triénio imediato. As peles elevaram-se, de 3:471\$000, em 1913, a 4:330\$000, em 1916, a 6:835\$000, em 1917, baixando para 5:579\$000, em 1918. A banha também subiu bastante—de 1:160\$000, em 1913, para 1:972\$000, em 1918, quais a farinha de mandioca, de 144\$000 para 435\$000, e a carne seca, ou xarque,—de 1:079\$000 para 1:517\$000, naqueles dois extremos. Os grandes produtos brasileiros de resistência—café, borracha e cacau, que fornecem o ouro precioso para saldar as importações, conservaram estacionário o custo médio. Do café, vendeu-se a saca de 60 quilos, em 1913, a 46\$000 e a 47\$000, em 1918; da borracha, a tonelada, por 4:296\$000, em 1913, e por 3:253\$000, em 1918; o cacau, reputando-se melhor, adquiriu a média esportativa de 803\$000 e 950\$000, por tonelada, naqueles anos, alcançando as de 1:248\$000 e de 1:152\$000, em 1915 e 1916.

As médias gerais do valor, por tonelagem, descreve-as assim a diretoria da estatística comercial:—Em 1913, da importação, 172\$000 ou libras 11,4; da exportação, 710\$000 ou libras 47,3.

Em 1915, da importação, 208\$000 ou libras 10,7; da exportação, 577\$000 ou libras 29,8. Em 1916, da importação, 307\$000 ou libras 15,2; da exportação, 608\$000 ou libras 30,2. Em 1917, da importação, 422\$000 ou libras 22,4; da exportação, 591\$000 ou libras 31,2. Em 1918, da importação, 570\$000 ou libras 30,6; da exportação, 642\$000 ou 34,5. A diferença, entre 1913 e 1918, restringe-se a 68\$000 nas remessas para o exterior, o que aproxima da normalidade o preço das transações dessa natureza. Mas o do valor médio das importações revela-se espantoso, pois vai a 398\$000 por tonelada. A cauza disso está, por certo, no caríssimo combustível e nos onerosíssimos transportes, que tanto aumentaram os encargos individuais e colétivos.

Parece-nos curioso olhar de perto os números da importação de 1918, cujo conjunto aponta compras menores do que nos outros anos, embora se incrementassem as de géneros alimentícios, relacionando-as ás de 1917, ano em que vieram 435.965 toneladas, quando em 1918 chegaram 588.910. Em 1916, tinham vindo 694.524; em 1915, 694.253. Avulta, nessas mercadorias, o trigo. O valor delas descrença-se destarte:—Em 1913, 225.922:000\$000, papel, ou libras 13.357.000; em 1915, 219.335:000\$00, papel, ou libras 11.317.000; em 1916, 225.799:000\$000, papel, ou libras..... 11.207.000; em 1917, 196.817:000\$000, papel, ou

libras 10.398.000; em 1918, 280.471 :000\$000, papel, ou libras 14.983.000.

Quanto às matérias-primas, houve baixa na quantidade. Mas o valor cresceu imenso, com a vertigem dos preços e dos fretes, consoante se observa nestas cifras:—Em 1913, 210.943 contos, papel, ou libras 14.063.000; em 1915, 153.776 contos, papel, ou libras, 7.934.000; em 1916, 239.739 contos, papel, ou libras 11.949.000; em 1917, 252.536 contos, papel, ou libras 13.444.000; em 1918, 259.918 contos, papel, ou libras 13.913.000

O consumo objéтивado nestes algarismos obedece ao condicionalismo fatal das circunstâncias, pois que o Brazil não possue os materiais necessários a muitas das suas indústrias—e, para que elas se consolidem, urge encomendá-los a quem os produz. Os pedidos, no entanto, circunscreveram-se em demazia. A capacidade aquizitiva do paiz diminuiu, motivando-se em fatores internos e esternos. De ferro e aço, importando-se 79.815 toneladas, em 1913, desembarcaram só 10.377 tons., em 1918. Com a juta, verificou-se idêntico fenómeno. O golpe foi de 19.964 tons., em 1913, a 8.216 tons., em 1918. Com o carvão e artigos similares, deu-se igual descida, ainda que o custo aumentasse estupendamente. 2.518.565 tons. saíram, em 1913, por 69.188 :000\$000 ou libras..... 4.613.000; em 1918, 650.115 tons. absorveram 74.745.000\$000 ou libras 4.020.000. De cimento,

vieram 465.314 tons., em 1913, por 22.003:000\$000 ou libras 1.467.000, e 51.215, em 1918, perante 10.587:000\$000 ou libras 577.000. O sacrificio dos tecidos de algodão acentua-se nas 12.711 tons. de 1913, que valeram 58.715:000\$000 ou libras 3.914.000, e nas 6.286 tons. de 1918, valendo 85.927.000\$000 ou libras 4.583.000. Idem, nos tecidos de lã e nos de linho. Idem, na louça, porcelana, vidro e cristal, classe em que se desabou das 27.363 tons. de 1913, no custo de 16.258:000\$000 ou libras 1.084.000, para 7.015 tons., no de..... 12.510:000\$000 ou libras 671.000. As máquinas, aparelhos e acessórios, utensílios e ferramentas, de 119.752 tons., em 1913, com o grande valor de 107.455:000\$000 ou libras 7.164.000, tombaram para 23.918 tons., pelo preço de 61.745:000\$000 ou libras 3.289.000, em 1918. O papel sofreu, da mesma forma, um grande abatimento. De 51.752 tons., em 1913, comprado por 22.631:000\$000 ou libras 1.509.000, caiu para 28.255 tons., que sairam por 31.610.000\$000 ou libras 1.682.000. Houve ainda sensíveis alterações no que respeita à farinha e ao trigo em grão, ás bebidas, ao petróleo e á gazolina, ás frutas de mêza, ao azeite de oliveira, que se encolheu ao minimo de 644 tons., no valor de 2.966:000\$000 ou libras 155.000, ao bacalháu, r'duzido a metade, mas custando quaze o mesmo, etc.

Os negócios com Portugal melhoraram de

modo considerável, em 1918. O Brazil importou de lá, em 1913, 44.221 contos ou libras 2.948.059; em 1914, 29.139 contos ou libras 1.809.356; em 1915, 28.879 contos ou libras 1.490.323; em 1916, 37.704 contos ou libras 1.872.049; em 1917, 27.242 contos ou libras 1.435.574; em 1918, 37.963 contos ou libras 2.027.917.

Em 1910, esta república importará da nossa 39.708:664\$000 ou libras 2.668.561; em 1911, 42.692:594\$000 ou libras 2.841.199; em 1912, 45.028:301\$000 ou libras 3.001.887. Foi a maior importância comprada pelo Brazil a Portugal, em todos os tempos. Em 1902, por exemplo, ficaria em 32.626:490\$000 ou libras 1.612.988, ascendendo a 37.609:934\$000 ou libras 1.898.170, em 1904. Baixou, em 1907, para 37.476:448\$000, que renderam mais libras, todavia,—2.355.429. Em 1909, entraram 32.952:901\$000 de mercadorias, que produziram 2.063.958. (Estes algarismos referem-se ao valor a bordo, no porto do destino —cif).

O movimento das espécies metálicas e notas de bancos estrangeiros exibiu-se quase nulo. Em 1913, importou 18.727 libras e esportou 90.911. De 1915 a 1917, entraram 1.305 e saíram 101.832 libras. Em 1918, o governo proibiu a esportação de ouro, pelo decreto nº. 13.110, de 19 de julho, mas consentindo que se liquidassem os contratos anteriores. Este decreto e o nº. 3.361, de 26 de ou-

tubro de 1917, mandando fiscalizar as operações cambiais, o que se regularizou a 18 de dezembro dêsse ano, ocasionaram aquela outra medida, devêras saneadora, pois enfreou os especuladores, coibindo-lhes as nocivas manobras. As taxas estabilizaram-se logo, indo para a caza superior.

Vejâmos agora, também de relance, o gráu em que se encontram as finanças do Brazil. Segundo a introdução ao relatório do sr. dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ministro da fazenda, as arrecadações orçamentárias montaram a 48.314 :935\$594, oiro, e 299.144 :424\$667, papel, em 1915; a 61.272 :953\$243, oiro, e 339.174.760\$210 papel, em 1916; a 66.245 :463\$322, oiro, e..... 358.489 :969\$410, papel, em 1917. O desequilibrio reconhecer-se-á bem, se compararmos os algarismos dêsse triénio aos do que precedeu a guerra. Em 1911, arrecadaram-se 123.423 :764\$497, oiro, e 377.656 :444\$823, papel; em 1912, 138.214 :252\$964, oiro, e 395.874 :635\$421, papel; em 1913,..... 153.704 :161\$069, oiro, e 394.322 :560\$394, papel.

O tremendo baque derivou do imenso desfalso que nos direitos de importação, a principal fonte de receita federal, reduzida a proporções diminutas, pela deficiéncia de vapores. Aos totais desta última faze, aqueles impostos ofereceram as seguintes quantias:—Em 1911, 91.611 :737\$026, oiro, e 163.071 :430\$000, papel; em 1912,..... 101.129 :108\$000, oiro, e 177.589 :419\$000, papel;

em 1913, 99.468 : 932\$123, oiro, e 176.025 : 423\$434, papel. Nos tres anos de contraste, os réditos da citada origem decairam desta forma:—Em 1915, 35.015 : 365\$200, oiro, e 76.415 : 813\$618, papel; em 1916, 46.149 : 155\$626, oiro, e 79.782 : 687\$587, papel; em 1917, incompleto, 46.013 : 522\$605, oiro, e 44.966 : 603\$782, papel.

Pior seria a situação, como pondera o sr. A. Carlos Ribeiro de Andrada, se o congréssso e o poder executivo se não armassem de perspicazes providéncias de ordem tributária. Destas, salienta-se a que modificou de 35 % pra 50 % a quota oiro, na cobrança dos direitos alfandegários, a que elevou os impostos de consumo, criando outros, o da renda, o do sêlo, etc. As consequéncias mostraram-se espléndidas, sem que o gravame molestasse.

A despêza dos derradeiros anos especifica-se pelo teor seguinte:—Em 1915, 79.022 : 856\$195, oiro, e 516.678 : 618\$565, papel; em 1916,..... 84.133 : 335\$989, oiro, e 496.080 : 249\$134, papel; em 1917, 99.250 : 542 : 693, oiro, e 520.100 : 184\$150, papel. Cotejando-se á do triénio antecedente, se aprovam-se os profundos córtes que lhe deram. Em 1911, os gastos fôram de 101.111 : 027\$538, oiro, e 518.937 : 787\$448, papel; em 1912,..... 98.257 : 483\$530, oiro, e 628.735 : 358\$805, papel; em 1913, 91.208 : 633\$460, oiro, e 629.690 : 014\$942. Os ónus de 1914 ainda se revelaram muito abundan-

tes—83.921 :826\$000, oiro, e 645.485 :554\$000, papel, metendo aqui o débito á conta de depózitos.

Os exercícios anteriores, com a indebelável febre dos “melhoramentos materiais”, endemia que nos atacou tambem a nós, ao surgir a famosa *regeneração* de 1851, acarretaram encargos bastante vultuosos, conforme nô-lo evidenciam as chagas deficitárias de 1915,—30.707 :920\$601, oiro, e 217.434 :193\$898, papel; em 1916, 22.860 :386\$746, oiro, e 156.905 :488\$924, papel; em 1917,..... 33.005 :079\$371, oiro, e 161.610 :214\$840, papel. Estas cifras ascendiam a mais de quatrocentos mil contos. Inibido de recorrer a novos impostos, ao congréssso restava a porta do empréstimo nacional, visto que os prestamistas esternos se achavam já prêzos aos *fundings* de 1914 e 1917. A emergéncia era difícil, e o remédio pronto deprou-se-lhe nas emissões de papel moeda e de apólices. Aquelas agigantaram-se a um milhão de contos, encorpando-se a danoza massa fiduciária até 1.590.318 :169\$500, em outubro de 1918. A 31 de julho de 1914, havia apenas 600.340 :720\$500, em cédulas.

Das notas emitidas no quadriénio Venceslau Braz, ou sejam 750 mil contos, 433.823 :460\$000 destinaram-se a solver parte dos *deficits* averiguados e a resgatar letras do tezouro. Esse resgate compreendia, no aludido outubro, 21.020 :773\$504, oiro, e 150.317 :900\$000, papel, faltando pagar, de

letras por vencer, tão somente 478.048\$158, oiro, e 20.220:200\$000, papel. A emissão dependia dum fundo esterlino, o qual se concretizava, no citado mês, em 46.245:275\$063, ao câmbio de 27. De janeiro de 1915 a março de 1918, estamparam-se 228.832:900\$000 de apólices, para satisfazer contratos relativos a linhas ferroviárias, compromissos do tezouro público e racólta de letras, os do saneamento da baixada fluminense, os de sentenças judiciais, despêzas antigas do Lóide, encampação da Noroeste do Brazil, etc.

Afim de reparar os estragos de administrações tranzatas, o governo brasileiro fretou ao governo francês, por cento e dez milhões de francos, ou 38.863:111\$000, oiro, trinta dos navios apreendidos aos alemães. De modo que, por esse meio, e outros meios honestos, conseguiu colocar, nas suas agências do estrangeiro, um saldo superior a dois milhões esterlinos, desafogando-se de pressões, e havendo reatado o pagamento dos juros da dívida esterna, em julho de 1917.

II.—A demografia

No ano de 1918, a diretoria do serviço de povoamento do sólo demonstrou a entrada, no pôrto do Rio de Janeiro, de 893 famílias, com 2.707 pessoas, e 4.544 avulsos, oriundos das seguintes na-

cionalidades:—Alemães, 1; argentinos, 122; belgas, 8; brasileiros, 485; chilenos, 5; chinêzes, 2; colombianos, 1; dinamarquêzes, 2; espanhóis, 790; estadunidenses, 45; francêzes, 211; gregos, 8; holandêzes, 4; inglêzes, 67; italianos, 215; japonêzes, 5; norueguêzes, 3; peruanos, 6; portuguêzes, 5.058; romenos, 5; russos, 119; sérvios, 1; suecos, 3; suíços, 15; turco-árabes, 37; uruguaios, 44.

Dentro de igual periodo, deixaram o Rio 4.069 criaturas, assim discriminadas:—Alemães, 2; argentinos, 78; austríacos, 10; belgas, 8; bolivianos, 2; brasileiros, 361; chilenos, 15; chinêzes, 2; colombianos, 1; cubanos, 4; dinamarquêzes, 11; egípcios, 1; equatorianos, 1; espanhóis, 463; estadunidenses, 51; francêzes, 293; gregos, 36; haitianos, 1; holandêzes, 8; inglêzes, 150; indianos, 2; italianos, 501; japonêzes, 8; luxemburgueses, 1; marroquinos, 3; norueguêzes, 11; paraguaios, 5; peruanos, 5; polacos, 133; portuguêzes, 1.556; romenos, 4; russos, 120; suecos, 66; suíços, 18; turco-árabes, 51; uruguaios, 46; venezuelanos, 1.

Vieram dêstes portos:—Barbados, 1; Bilbáu, 186; Buenos Aires, 611; Cabo, 13; Corunha, 17; Dacar, 100; Génova, 53; Côte, 1; Leixões, 725; Lisboa, 4.434; Liverpool, 39; Marselha, 23; Montevidêu, 257; New-York, 217; S. Vicente de Cabo Verde, 1; Santander, 8; Singapura, 1; Vigo, 558;

Iocoama, 2. E tomaram estes destinos:—Barbados, 8; Bilbáu, 9; Bordéus, 455; Ruenos Aires, 810; Corunha, 4; Dacar, 38; Génova, 559; Havre, 267; Lisboa, 900; Liverpool, 140; Madeira, 7; Marselha, 44; Montevidêu, 245; New-York, 202; Santander, 1; Singapura, 1; Tenerife, 1; Valparaízo, 1; Vigo, 477.

A propósito, recapitulemos os quadros emigratórios, correspondentes a todo o Brazil, de 1908 a 1916. DE NACIONALIDADE PORTUGUEZA:—Em 1908, 37.628; em 1909, 30.577; em 1910, 30.857; em 1911, 47.493; em 1912, 76.530; em 1913, 76.701; em 1914, 27.935; em 1915, 15.118; em 1916, 11.981. TOTAL, 354.820. De nacionalidade espanhola, em iguais datas:—14.862, 16.219, 20.843, 27.141, 35.492, 41.064, 18.945, 5.895, 10.306, Total, 190.767. De nacionalidade italiana:—13.873, 13.668, 14.163, 22.914, 31.785, 30.886, 15.542, 5.779, 5.340, Total, 153.950. De nacionalidade russa:—5.781, 5.663, 2.462, 14.013, 9.193, 8.251, 2.958, 640, 516. Total, 49.477. De nacionalidade alemã:—2.931, 5.413, 3.902, 4.251, 5.733, 8.004, 2.811, 169, 364. Total, 33.578.

Juntemos outra nota—a de S. Paulo, que é, dos 22 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal e o território do Acre, o que recebe maior número de braços estranhos. Em 1917, segundo a estatística da secretaria paulista de agricultura, entraram ali 2.759 portuguêzes, com esta

procedência:—Doutros portos do Brazil, 486; dos paizes do Prata, 347; da Európa, 1.926. Nesse mesmo ano, sairam de S. Paulo 2.714, assim distribuidos:—Para diversos portos desta república, 868; para o Prata, 140; para a América do Norte, 110; para a Európa, 1.596. Ficaram, portanto, naquelas parajens, apenas 45 dos nossos compatriotas, entre os dessa corrente anual. Informa ainda a citada estatística que rumaram para S. Paulo, em 1917, 9.613 espanhóis, largando-o 3.936—e que dos 4.888 italianos, que para lá fôram, 2918 o abandonaram. O total das entradas gerais marcou-se por 30.052 e o das saídas por 16.310. Saldo, 13.742. Nenhuma outra unidade federativa conquistou essa inestimável vantagem. Em 1918, pelo pôrto de Santos, penetraram nas plagas da Paulicéa 18.744 pessoas—12.874 homens e 5.870 mulheres. Viajaram 5.828 em primeira classe e 12.453 em terceira. Daquele total, 2.770 eram portuguêzes, vindo 2.087 da Európa. No mesmo ano, embarcaram 12.109—8.425 homens e 3.684 mulheres. Dêles, eram portuguêzes 1.461, indo 748 para as nações européias.

Torna-se impossível conferir os algarismos acima consignados, extraídos das publicações oficiais, a que nos reportámos, porque as nossas estatísticas se imprimem sempre com um lastimável atraso e nem sempre se dignam de mandá-las ás repartições consulares. Acresce que, em vista da

lei de 25 de abril de 1907, se aboliram os passaportes para os passageiros de primeira classe, omitindo-se tudo quanto concernia aos que se encaminhavam às possessões ultramarinas. Julga um publicista que a estatística da nossa emigração deve esclarecer-nos sobre os emigrantes-colonos. E aduz:—“O máximo problema da economia portuguêza rezide, precisamente, em se apurar se a emigração para o Brazil deveria antes ser progressivamente substituída pela fixação interna da população, e pelo povoamento de algumas regiões propícias (de Angola, em especial) á aclimação da raça branca. Nestas condições, será bom que não falte nenhum dos elementos indispensáveis á elucidação dêsse problema”.

O ilustre escrivão do registo civil desta capital facultou-nos uma cópia das minuciosas informações que enviou ao governo dêste estado. Tolere-se-nos que as sumariemos. O mapa acusa 1.392 nascimentos, divididos em 716 do sexo masculino e 516 do feminino, sobreviventes, com 61 meninos e 101 meninas, nátmortos. Por filiação:—Legítima, 802; reconhecida, 89; natural, 501. Por nacionalidade paterna:—Filhos de pai brasileiro:—Do Acre, 1; do Amazonas, 2; do Pará, 5; do Maranhão, 811; do Piauí, 5; do Ceará, 20; do Rio Grande do Norte, 3; da Paraíba, 4; de Pernambuco, 3; de Sergipe, 4; da Bahia, 3;

do Rio de Janeiro, 1; do Rio Grande do Sul, 1. Total, 860. Filhos de pai estrangeiro:—De Portugal, 19; da Espanha, 4; da Itália, 1; da Rússia, 1; da Sérvia, 1; da Siria, 4. Total, 30. Filhos de pai incógnito, 502. Por nacionalidade materna:—Filhos de mãe brasileira:—Do Amazonas, 3; do Pará, 8; do Maranhão, 1.303; do Piauí, 12; do Ceará, 34; do Rio Grande do Norte, 2; da Paraíba, 2; de Pernambuco, 3; de Alagoas, 1; de Sergipe, 2; da Baía, 1; do Rio de Janeiro, 2; de S. Paulo, 1; do Rio de Janeiro, 2; de S. Paulo, 1; do Rio Grande do Sul, 1. Total, 1.375. Filhos de mãe estrangeira:—De Portugal, 4; da Espanha, 4; da Itália, 1; da Rússia, 2; da Sérvia, 1; da Siria, 3. Total, 15. Filhos de mãe incógnita, 2.

O mapa dos casamentos diz-nos que se efetuaram 204, repartidos por 184, entre brasileiros, 17 entre estrangeiros e brasileiras, 1 entre brasileiro e estrangeira, 2 entre estrangeiros. Por nacionalidade:—Brazileiros:—Do Amazonas, 1; do Maranhão, 168; do Piauí, 4; do Ceará, 4; do Rio Grande do Norte, 3; de Pernambuco, 1; da Baía, 1; do Pará, 2; da Paraíba, 2; do Espírito Santo, 1. Total, 187. Estrangeiros:—Da Alemanha, 1; da Espanha, 1; de Portugal, 11; da Siria, 4. Total, 17.

O mapa dos óbitos apresenta-nos a péssima cifra de 1.327,—sendo 687 homens e 640 mulheres. Pelo estado civil,—627 eram solteiros, 158 casados, 47 viúvos. As idades variaram de 0 a um

mês até 100 a 130 anos. Por nacionalidade:—Brazileiros:—Do Amazonas, 1; do Pará, 2; do Maranhão, 1.194; do Piauí, 23; do Ceará, 21; do R. G. do Norte, 8; da Paraíba, 3; de Pernambuco, 4; de Alagoas, 1; da Bahia, 2; do Rio de Janeiro, 3; de Minas Gerais, 2; do Paraná, 1; de S. Paulo, 1. Total, 1.266. Estrangeiros:—De Portugal, 15; da Espanha, 1; da França, 1; da Itália, 1; da Siria, 2; da China, 2. Total, 22. De nacionalidade incógnita, 39.

Cumpre-nos observar que concorreu muitíssimo para o *deficit* mortuário a devastadora influenza espanhola, que arrebatou uns 300 sêres. A comissão de profilaxia rural, constituida pelos poderes federais, de acordo com os estaduais, provida dos laboratórios e aparêlhos que a higiene moderna recomenda, por certo melhorará as tristes condições de S. Luiz, nesse ponto,—antes de organizar o combate ás moléstias que assolam a vastíssima zona sertaneja.

III.—Os transportes

Entre as necessidades fundamentais, para que o progresso humano se realize, ninguem negará que esteja na primeira linha a das comunicações. Cuide-se de correios, de navegação fluvial, costeira ou transoceânica, de telégrafos, de aero-

naves, de moeda, nunca haverá solidos elementos circulatórios, se estes não aparecerem e não funcionarem regularmente. A questão do transporte, que nasceu com o mundo, atingiu o estado crítico, durante a guerra de 1914-18. Só nessa faze dolorosa os ingênuos, os que ainda relegavam a um plano secundário esse vitalíssimo assunto, se capacitaram de que a escassez dos essencialíssimos instrumentos viatários leva à paralisação absoluta. Mas os nossos governantes, presumindo-lo, ainda se não persuadiram deste aspecto básico da vida económica de Portugal, ou seja da sua íntegra autonomia política.

A pobreza de navios roçou pela ráia do zero. O Brasil sofreu o prejuízo de 17 entradas de barcos por dia, 119 por semana e 510 por mês. Dos vapores da Booth, só o *Ataúalpa*, em 1918, visitou S. Luiz, donde saiu para os nossos portos a 11 de janeiro. Passámos todo o resto do ano sem que ancorasse aqui um único vapor estrangeiro. Teve-se de retroceder ao tempo dos veleiros. Rompeu a curta fila o lugre português *Lutador*, que fundeu neste quadro a 17 de junho, pelas 15 horas. O último, da nossa pátria, a procurar estas águas, fôra o *Aliança*, barca da praça do Pôrto, chegada em 24 de setembro de 1895. Sucederam-se ao *Lutador* o lugre *Adilia*, de Aveiro, em 14 de julho, e o patacho *Progresso I*, do Pôrto, em 8 de dezembro. Zarparam para Leixões, respectivamente

te, a 26 de julho, 14 de agosto e 24 de dezembro.

Prefigura-se-nos interessante o reviver que, do livro *Termos de entradas de navios*, existente na chancelaria consular, se vê ter sido aberto o primeiro dos registos a 24 de novembro de 1880, pelo cônsul Raimundo Capela, não havendo outro volume, anterior a esse, devido ao incêndio que devorou o arquivo. Encetá-lo-ia o brigue *Anjélica*, de Lisboa, comandado por Joaquim José Esteves, junior. Entre os hiatos, brigues, barcas e patachos, vindos a esta capital, e pertencentes às praças de Lisboa, Pôrto, Aveiro, nesse prazo de tres lustros, deparam-se-nos os denominados—*Camões, Sultana, Humildade, Fernão de Magalhães, Vasco da Gama, Luzo, Guadiana, Saúdade, Harmonia*, etc. Dos nomes dos capitães, apontaremos os de Francisco Gomes Cardia, António Monteiro de Almeida, José da Silva Pereira, José Francisco dos Reis, José Antonio Teixeira, junior, João Vieira Paulo, Manoel da Silva Barboza, João Estêvão Soares, Sérgio Augusto Pacheco, António Ferreira Coelho, José F. P. Sampaio, Manoel Luiz da Barra, Manoel Pereira da Silva Barboza, João Roque Nunes, Francisco da Costa Caiçozo, Ilídio Fernandes de Campos.

De 24 de novembro de 1880 a 27 de dezembro do mesmo ano, entraram neste pôrto cinco embarcações portuguêzas. Em 1881, vieram 17; em 1882, 22; em 1883, 18; em 1884, 12; em 1885, 18;

em 1886, 17; em 1887, 16; em 1888, 14; em 1890, 10; em 1891, 15. Total, nesse decénio, 173, ou seja, escluzos os 5 de 1880, a média anual de 17,3. O declínio dá-se de 1892 em diante. Nessa época, tornando-se intensa a exploração da borracha amazônica, o eixo do comércio, no extremo norte do Brasil, deslocou-se para Belém do Pará. Assim, no quadriénio imediato, ancoraram aqui somente 17 barcos, dêste modo repartidos:—Em 1892, 7; em 1893, 4; em 1894, 3; em 1895, 3.

A contrastar com a penúria dos transportes de 1918, ressaltam estes factos:—Em 1913, vieram a S. Luiz 182 vapores brasileiros do Lóide e outras companhias, 101 fluviais das emprêzas maranhenses, 32 inglêses, 22 alemães, 6 veleiros da Noruega, 1 russo, 1 britânico. O total dos vapores montou a 271.549 toneladas e o dos navios á vela a 345. Em 1914, estiveram neste pôrto 266 vapores, com 216.673 de tonelagem. Em 1915, 240, incluindo 11 veleiros, com 174.231 toneladas. Em 1916, 300, com 166.116 tons. Em 1917, 404 e 177.979. Em 1918, 367 e 176.927,—nos vapores. Dos navios á vela, nacionais, avultando os maranhenses, entraram 1.975 brasileiros e 4 estrangeiros, com 77.125 toneladas. Para Portugal, seguiram:—Em 1913, 10 vapores; em 1914, 7; em 1915, 9; em 1916, 5; em 1917, 4; em 1918, um vapor e tres veleiros. A média anual, antes da guerra,

era 10. Ficando só em campo, a Booth Line abandonou inteiramente os carregadores do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, aos quais deve a enorme fortuna que possue. Patenteou-se dum egoísmo inqualificável.

A estrada férrea de S. Luiz a Caxias, da extensão de 372 quilómetros, decorridos uns tres anos de colapso, voltou a mexer-se. O enjenheiro Cunha Lopes, dirétör dos trabalhos, enviou á imprensa uma carta, onde se aviza que, no trecho Rozário-Itapecurú-Cachimbos, do comprimento de 100 quilómetros, já podem trafegar os combóios. Os reparos fizeram-se em quatro mezes. Há 198 obras de arte nesse trecho, destacando-se a grande ponte metálica do Jundiaí, com 50 metros de abertura. Tais obras classificam-se assim:—157 boeiros, 10 pontes de 20 metros, uma de 40 metros e uma de 50 metros, dotadas todas elas de vigas metálicas. O movimento de terras, necessário ao preparo do leito desse trêcho, elevou-se a um milhão de metros cúbicos, ou dez metros cúbicos de terras escavadas por metro corrente de linha. Ha sete estações:—a do Rozário, no quilómetro 71, a contar desta capital; a do Recurso, no quilómetro 89; a de Santa Filomena, no quilómetro 100; a do Quelrú, no quilómetro 109; a do Itapecurú, no quilómetro 128; a do Jundiaí, no quilómetro 146; a de Cantanhede, no quilómetro 159.

Existe uma vasta oficina, bem aprestada, na estação do Carmo. As estações, em regra, constituem sólidos edifícios, com espaço para numerosos passageiros e mercadorias, dispondo também, a maioria delas, de armazens laterais. A do Rozário ostenta dois andares. A pouca distância, vêem-se dois galpões, cobertos de zinco, os quais comportam 54 vagões. O material rodante acha-se em bom estado e consta do seguinte:—Cinco locomotivas do pêzo de 36 toneladas cada uma, depositadas na rotunda do Carmo; três pequenas locomotivas, adquiridas por compra á Companhia S. Luiz a Caxias, em serviço dos comboios de lastro; quatro carros de passageiros de primeira classe; quatro de passageiros de segunda classe; três de correio e bagagem; três vagões de animais; 25 ditos, fechados, para mercadorias; 30 ditos, abertos.

O governo dispenderá, com a construção desses 100 quilómetros de linha, a quantia de réis 7.542.663\$587, donde se deduz que o custo médio, por quilômetro, é de 75.426\$636. Em breve, talvez em maio, estabelecer-se-á um tráfego provisório, para passageiros e cargas, entre o Rozário e Cantanhede, organizando-se trens mistos, que transportarão os materiais até além do quilômetro 171.

O tráfego definitivo só se inaugurará depois de concluirem os 70 quilômetros de assentamento os trilhos que ligarão os dois trechos Rozário-

Cachimbos e Coroatá-Caxias. Obtido isto, haverá um tráfego contínuo de 300 quilómetros. Admitindo-se, nesta estrada, as mesmas taxas de transporte em vigor na rede da viação cearense, a passagem de primeira classe, entre o Rozário e Caxias, custará apenas 25\$000 ou 30\$000, com a despesa de refeição, muito menos do que se paga nos vapores fluviais, onde a passagem, entre essas mesmas localidades, custa 87\$500.

Principiando-se o tráfego mútuo com a ferrovia de Caxias a Cajazeiras, poder-se-á fazer, em dois dias, o transporte desta cidade a Terezina, capital do Piauí, parte em navio, até ao Rozário, e a parte restante em combóio, até à margem do Parnaíba. Queremos crer que, desta vez, irá por diante esse infeliz caminho de ferro, cujos estudos veem de 1905, atravessando os seus serviços mil e uma peripécias.

Outra notícia promissora consiste no contrato que o governo estadual celebrou com o governo federal, para que se realizem as obras do porto de S. Luiz. Satisfaz-se, desta forma, uma velhíssima aspiração dos maranhenses, que assistiam, com dor e receio de maiores desditas, ao ininterrupto açoitamento do principal escoadouro dos seus produtos. Transcrevemos estas cláusulas, que nos parecem bazilares:—Primeira:—As obras contratadas serão divididas em duas séções,—uma, compreendendo a dragagem na barra

e canal de acesso, reconstrução do mólhe de meia maré, revestimento da margem direita do canal de acesso e dragagem da bacia de evolução; outra, a construção do cais flutuante, o aparelhamento do cais da Sagrada, o canal de Arapapai e as demais obras enumeradas na cláuzula segunda, anexa ao decreto nº. 13.270, de 6 de novembro de 1918; Segunda:—a primeira secção comprehende ainda o prosseguimento do cais da Sagrada, alargando-o, quer em rumo á margem esquerda do rio Anil, quer á margem direita do Bacanga, de maneira a constituir uma avenida, que circunde a cidade; na segunda secção, comprehendem-se a feitura de edifícios próprios para a alfândega e os correios, em lugar fixado pelo governo federal, e obras de embelezamento na ponta da Areia, incluzive a reconstrução do edificio em ruinas—o forte de Stº. António da Barra, pertencente ao governo federal.

As obras do pôrto, para cujo término se acredita serem precizos apenas cinco anos, trarão a este fundeadoiro navios de alto bordo. Mas, acima de tão bela miragem, e na perspetiva angustiada de reduzirem os habitantes desta ilha á sua completa situação de insulados, tentámos os passos inadiáveis, no intuito de remediar o menos-prêzo a que nos abandonaram. Interessámo-nos, logo nos começos do ano, junto do ministério dos estrangeiros, da embaixada de Portugal, no Rio,

e da Booth Line, para que o *Ataulpa* levasse carga daqui para os nossos mercados, visto espalharem que esse vapor voltaria de S. Luiz para a Gran-Bretanha, sem tocar em Lisboa ou Pôrto. Esse boato, porém, não se confirmou. E foi o único paquete que prestou a esta praça tamanho obsequio, porque o consideraram assim, durante o ano findo. Telegrafando ao nosso colega de Belém do Pará, a perguntar-lhe se conseguiria que o *Alegrete* escalasse por S. Luiz, a resposta foi negativa.

Por solicitação dos grandes esportadores dêste estado, comparecemos a uma assembléa luso-brazileira, efetuada em 18 de abril, na Associação Comercial, e ali combinou-se enviar ao dr. Costa Rodrigues, senador maranhense, um cabograma, subscrito por nós, pedindo-lhe que valesse aos embaraços do comércio. Retorquiu-nos, a 2 do mez imediato, nestes termos:—“Em virtude do acôrdo existente, entre o Lóide e a Companhia Comércio e Navegação, aquele só fará viajens aos Estados Unidos e esta á Europa. Assim, é impossível ao Lóide atender o pedido, e a Comércio e Navegação diz não poder, neste momento, fazer escala pelo Maranhão.—Afétuozaas saudações”.

A imprensa de Portugal e do Brazil, no entanto, não cessava de se referir a um faladissimo ajuste dos governos de ambas as nações, afim de se normalizarem as carreiras interoceânicas

das duas repúblicas. As colétilidades comerciais de cá, num ardor paralelo ao das de lá, insistiam pelas mesmas providências, reforçadas pelas nossas câmaras de comércio, dezignadamente as de S. Paulo e do Rio de Janeiro. Mas tudo se bal dou. Convencendo-nos de que os nossos dirigentes nada rezolviam, procurámos estimular as viagens dos navios á vela, perante os negociantes desta capital, já que nos não restava recurso melhor, proporcionando ás tripulações a melhor acolhida.

Conhecemos os obstáculos do problema. Nunca os julgámos, todavia, de todo em todo insuperáveis. Humilha-nos o tristíssimo facto de Portugal vejetar no penúltimo lugar das terras náuticas, confrontando-o a povos em circunstâncias semelhantes ás suas. Ainda assim, com a ridicularia de 85.000 toneladas, em 105 barcos, operou um soberbo intercâmbio mercantil, no quinquénio de 1909-13, pois subiu á espléndida cifra de 165 milhões de escudos, dos quais 157 se tranzacionaram por via oceânica. Mas os lucros transportivos fugiram-nos. Conforme o cômputo duma das altas competências nestes assuntos, o sr. José Francisco da Silva, erudito economista e oficial superior da nossa marinha,—a bandeira verde-rubra, na cubicajem do tráfego marítimo da pátria de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama com os paizes estrangeiros, apenas partilhava duns indecizos sete por cento. Os restantes—ou quaze

tudo—eram e são conduzidos por navios alheios. Dolorozissimo !

A guerra multiplicou os entraves de que o comércio naval enfermava. Antes de irromper o cataclismo, os navios da Gran-Bretanha, dos Estados Unidos, da França, da Itália e do Japão contavam o registo de 29.057.600 toneladas, arqueando a primeira destas potências mais de metade (18.350.600 tons.). Subscrito o armistício, soube-se que as aludidas potências se encontravam com essa força restringida a 16.470.000 toneladas, ou menos 12.587.600 tons. do que em 1913. O descalabro manifestou-se terrível. Se os desastres feriram tão fundamentalmente estados poderosos, que pensaremos do nosso, que se persiste em apoucar, secando-lhe as fontes da energia, abafando a voz das classes trabalhadoras, que reclamam, desde muito, uma correspondência mais estreita de relações, não só a dentro das regiões continentais e insulares como no que atine ao Brazil e ao nosso ultramar ?

O Maranhão, após meio século de inércia, nos pontos relativos ao vitalíssimo prisma viatório, parece que vai sair dêsse deletério marasmo. Logo que se termine a estrada férrea de S. Luiz a Caxias, facilitar-se-á a do Tocantins, para unir este rico tributário do farto Amazonas, atravessando os páramos estaduais, ao amplo Atlântico. Findas as obras do porto, ou antecedendo a montagem dos derradeiros guindastes, edificar-se-á

porventura a ponte ligadôra desta ilha á terra-firme, para que aquela ferrovia comece, de facto, tal indica o seu nome, nesta glorioza cidade.

IV.—A laboura

Apezar da faze precária das comunicações interoceânicas, agudíssima em 1918, ou talvêz por isso, os agricultores depararam preços nunca vistos para os seus géneros. O algedão, que é a maior das riquezas maranhenses, esteve a quaze 6\$000 o quilo. As farinhas branca e amarela, com a tapioca, tambem obtiveram vendas incríveis. Os coiros, inda que decaíssem um pouco, igualmente se cotaram bem. Aconteceu o mesmo ás nozes do côco babassú, ao arrôz, ao milho, etc.

O presidente do estado, compelido pelas exigências duma quadra escécial, promulgou o decreto nº. 133, de 29 de março do ano em curso, determinando que a farinha de mandioca, o arroz, pilado ou em casca, as carnes e peixes de qualquer espécie, o camarão e a banha de porco só se esportariam com prévia licença do governo. Marcava, depois, a tabela do custo dessas mercadorias, tomando por norma o dos retalhistas ou varejistas, para consentir as remessas para o exterior. No Rio, o comissariado provára-se de efeitos nulos ou nocivos. Os decretadores maranhenses houveram-se de modo justiciero, e não suscitaram protestos.

Nos primeiros oito mês, nadou-se em perfeita abundância. Mas os rumores de paz próxima, e o armistício de novembro, a seguir, prejudicaram os negócios lícitos e sobretudo os ilícitos, que giravam sobre o sonho duma guerra interminável. Os criadores da zona sertaneja, como os donos de algodoais, aumentaram de muito os haveres. A cabêça de gado bovino duplicou, e o quilo do "oiro branco" sestuplicou.

Toda a medalha, porém, possue reverso. O armistício fez suspender a maioria das tranzações, cauzando inumeraveis danos. Por cúmulo, uma praga insidiosa, a lagarta rózea (*gellechia gossypiella*), atacou os algodoeiros. A doença alastrou-se, aqui e noutras partes, desde o Egito aos Estados Unidos. Choveram as fórmulas, para se debelar a devoradora moléstia, que reziste ás mais sábias ou engenhozas panacéas. Os estragos verificados no Maranhão calculam-se em tres mil contos, na colheita de 1917-18. Supõe-se, todavia, que a dêste ano, a principiar em agosto, não será das piores.

O quadriénio de beligerância ocasionou, afóra os incontaveis atropêlos que se desnudaram, um de corolários essencialíssimos—a deslocação dos criadores, trazida pela asfixante mizéria dos transportes. Fôram grossas quantidades de artigos alimenticios, do Maranhão e das demais parjes brazileiras, para diversas nações européas, sem escluir a nossa, que até então abasteciam o

Brazil. A laboura, movida pelo rendozo incentivo, distendeu as suas seáras—e sem dúvida reconheceu que poderá dispensar, doravante, os antigos intermediários do consumo.

Acentuemos que o próprio congresso federal, na sua lei orçamentária de 1919, art. 2º nº. XII, autorizou:—"A isentar dos direitos aduaneiros, de que trata o regulamento que baixou com o decr. nº. 8.592, de 8 de março de 1911, as frutas frescas de procedéncia argentina e as produzidas nos mais paizes americanos, que ofereçam vantagens tributárias á importação, nos seus territórios, de produtos brasileiros, e cuja entrada o governo permitirá, independentemente de quaisquer outras taxas". Concede-se igual protécionismo ás frutas estadunidenses.

Significa isto que a nossa fruticultura, sempre descuidoza na embalajem, mais dia, menos dia, estará vencida pelos competidores nacionais, pelos *yankees* e pelos argentinos. A doutrina de Monroe difunde-se á esfera económica, aliás muito justa e naturalmente.

V.—O comércio e a finança

O sr. Carneiro de Freitas, secretário da fazenda, publicou uma separata do relatório que enviou ao governador, sobre o balanço dos serviços a seu cargo, no exercício de 1917 a 1918, para que

se faça desde já uma idéa clara da economia e das finanças do estado.

Abre o folheto com dois quadros,—o da esportação e o da importação do Brazil, por estados, em 1916 e 1917. No primeiro dêstes, o Maranhão esportou 11.830.168\$000 e no segundo 13.216.756\$000. Ficaram-lhe abaixo Mato Grosso, Santa Catarina, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O total absoluto das esportações brasileiras, em ambos os anos, foi de 1.136.788.326\$000 e 1.136.454.775\$000. Em 1916, o Maranhão importou 5.387.605\$000, sobrepondo-se-lhe Santa Catarina e o Ceará, e ficando-lhe inferiores Mato Grosso, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Piauí, o Espírito Santo e Sergipe. Em 1917, o Maranhão importou 7.424.558\$000, figurando após todos aqueles a que nos referimos, inclusive o Ceará e Santa Catarina. O total absoluto das importações, em 1916 e 1917, limitou-se a 810.758.772\$ e 837.737.951\$000. O confronto é desfavorável a este estado, sob um certo aspéto, porque está no 11º posto como esportador, e no 10º como importador. Mas nisto só em 1917, porque Santa Catarina e o Ceará importaram mais, em 1916.

No ano fiscal de 1917-18, as remessas dos produtos maranhenses para o exterior e para os outros estados da União, feitas pelo pôrto de S. Luiz, “e por alguns municípios do interior”, conforme os valores oficiais, subiram a 27.108.557\$338, im-

portância nunca atingida, aqui. Pagando imposto, sairam 17.640 :362\$553 de mercadorias. Izentas, 9.468 :194\$785. E' esta uma das melhores disposições do orçamento estadual, pelo seu critério de patrocínio à iniciativa e ao trabalho. Outro princípio exato, nessa matéria, está na cobrança *ad valorem*. Nenhum economista ou financeiro a condena. Pelo contrário, todos a louvam. Os géneros idos para o estrangeiro somaram 5.399 :982\$470, para os demais estados do Brazil, 17.646 :322\$865 e com rumo desconhecido—4.062 :252\$003.

O estudozo e probó secretário da fazenda entende, entretanto, que se deve dar o valor mercantil de 36.000 contos áqueles 27.108 contos, pois que o valor oficial sempre se mostra áquem do real, num terço, pelo menos. E, pensando por este modo, pensa com o máximo acerto. Para a totalidade aludida, cooperaram com quaze dois terços o algodão e os seus derivados—12.680 :730\$152; o gado bovino e derivados—3.707 :421\$240; a mandioca e derivados—2.842 :272\$880. Ao todo, só nessas verbas, 19.236 :424\$452.

No último quadriénio, registaram-se estes algarismos da esportação maranhense:—Em 1914-15, 7.741 :272\$273; 1915-16, 16.253 :424\$290; 1916-1917, 21.475 :341\$977; 1917-18, 27.108 :577\$338. A diferença, entre esses dois estremos, eleva-se a 19.367 :305\$065. E' a diferença da guerra. Veremos, mais tarde, a da paz. Antes de passar adiante, objétaremos que o quadro se torna-

ria completo, se o sr. Carneiro de Freitas lhe contrapuzesse o das importações. Aprezenta, empós, pelos anos económicos, o valor dos principais produtos esportados, naqueles quatro períodos. Essas mercadorias fôram—não será ocioso repeti-lo—o algodão, os coiros, o arrôz, a mandioca, o babassú, os tecidos, a cera de carnaúba, o milho. Em menor escala, a mamona e o algodão hidrófilo.

Parecem-nos judiciazas as censuras ao embórglio contabilista da secretaria. O ilustre funcionário defende o racionalíssimo sistema de se organizarem, na escrita, dois ramos distintos, mas paralelos, "isto é, o orçamentário, iniciando-se e encerrando-se com o exercício a que pertence, e o geral, que deve ser permanente". Assim se uza onde se desejam contas metódicas, de fácil consulta, acessíveis a todos, como as das caças comerciais.

Entrando logo no balanço da receita e despêza, demonstra-nos, por parcelas, que a arrecadação de 1916-17, té ali a maior, se alteára a 4.895:837\$028, e que a de 1917-18 transpôz muito as previzões —3.526:762\$682, chegando a 5.667:414\$227. (As estimativas de 1916-17 cingiram-se a 3.307:792\$682, na receita, e a 3.300:786\$000, na despêza). As verbas mais vultuosas da receita couberam á produção do estado, consumo, adicional, esportação, indústrias e profissões, armazenajem, transmissão de propriedade.

Ocupando-se da despêza, distribue-a pelas seis tabelas orçamentárias,—govêrno, secretaría da fazenda, idem do interior, idem da justiça e segurança, congréssso. Os gastos calcularam-se em 3.440:180\$, mas estenderam-se a 4.020:024\$069, metendo 505:868\$849 de créditos suplementares. Nas tabelas da fazenda, que se avolumaram a 1.616:155\$879, incluiram-se 627:606\$170 de juros do empréstimo esterno e 156:501\$500 dos da dívida interna, perfazendo 784:107\$670. Descontando esta importância da de 1.616:155\$879, os ónus daquela secretaría descem pra 832:048\$029, o que é bastante menos do que levam a secretaria do interior—1.141:154\$935, e a da justiça—1.107:208\$456, indo-se assim de encontro ao estabelecido em todos os orçamentos. Gravam os destas duas secretarías as quantias destinadas ao ensino e á policia, serviços, tais quais se entendeiam, de préstimo devéras problemático. O excesso da despêza, dividido por créditos suplementares, extraordinários, etc., alargou-se até 1.151:256\$647. Não obstante isso, houve um saldo de 1.791:991\$455.

No balanço do átivo e passivo, aparecem escriturados tão somente 2.096:486\$271 de bens imoveis e moveis; o débito da velha companhia de vapores assinala-se por 2.153:444\$345; os saldos ou depózitos, no London and River Plate Bank, Banco do Brazil, Brazilian Bank, etc., ascendem a 1.810:081\$427. O total do átivo monta a

15.480 :004\$436, figurando o património por 6.516 :620\$732, como passivo líquido. O sr. Carneiro de Freitas insurge-se contra essa irregularidade nos lançamentos, pois se esqueceram, os inventariantes, de avaliar o material bélico, os livros da Biblioteca Pública, as obras da rede de esgotos, as terras devolutas.

A dívida esterna permanece na mesma — 18 milhões de francos, que reprezentam 10.728:000\$, ao câmbio de 16, com o juro anual de 900 mil francos. A interna está em 2.467:300\$000.

A renda do primeiro semestre do exercício (julho a dezembro) decresceu de 289:047\$348, co-tejando-se à de idêntico período, no anterior exercício. É um péssimo augúrio.

Conviria proceder a uma remodelação tributária, baseando-a no imposto sobre a terra. Já se arrecada aqui uma taxa territorial. Mas o seu êxito afirma-se pouco ponderável, por motivos regionais e regulamentares. O certo é que as extensões do interior contribuem minimamente para os gastos gerais. Dão apenas um terço, entregando as caças de S. Luiz os outros dois. Ha um desequilíbrio absurdo, como se vê. O rédito da terra poderia sanar tamanha anomalia, seguindo a prática do Rio Grande do Sul, Minas, S. Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal, etc. Cumpre diminuir o gravame das exportações, enquanto as não aliviam de quaisquer fintas.

Já nos referimos á falta de vapores. Máu grado as estorsoras baldeações dos navios da Booth, que largam, em Belém do Pará, a carga vinda pra esta praça, quer de Portugal, quer doutras bandas, os envios da nossa pátria para o Maranhão sintetizaram-se nestes números, aluzivos ao primeiro semestre de 1918:—Vinhos, 105:050\$; vinagre, 6:334\$000; vermúte, 789\$000; *cognac*, 3:420\$000; alhos, 5:029\$400; frutas verdes, 435\$; frutas passadas, 3.833\$000; frutas sêcas, 2.030\$; legumes em conserva, 2.145\$; azeitonas, 3.926\$; conservas de peixe, 3.095\$; baga de sabugueiro, 1.522\$000; alpiste, 45\$000; alfazema, 750\$000; loiro, 70\$000; cominhos, 240\$; erva doce, 2:460\$; ervas medicinais, 3:062\$; medicamentos, 1:448\$; mercúrio dôce, 1:588\$000; cordoalha, 340\$000; rôlhas de cortiça, 862\$000; palitos pra dentes, 2.500\$000; obras de madeira, 780\$000; papel para escrever, 1.260\$000; perfumaria, 250\$000; ferragens, 38.923\$500; tiras bordadas, 10:000\$000; obras de passamanaria, 1:790\$000; roupas feitas, 9.026\$000; imajens, 658\$000. Total, 211:762\$90.

No segundo semestre, as importações de Portugal constaram do seguinte:—Vinhos, 103.876\$; vinagre, 4.920\$000; *cognac*, 4.840\$000; águas minerais, 40\$000; cebolas, 3.390\$000; loiro, 102\$; raizes e fôlhas medicinais, 4.402\$000; baga de sabugueiro, 454\$000; alhos, 6.270\$000; azeitonas, 3.491\$000; erva dôce, 3.684\$; cominhos, 1.092\$; pimenta, 320\$000; legumes em conserva, 4.538\$;

frutas em conserva, 140\$000; peixe em conserva, 4.068\$000; elixires medicinais, 580\$000; mercúrio doce, 6:290\$000; rôlhas de cortiça, 530\$000; palitos para dentes, 3.508\$000; papel para escrever, 2.960\$000; obras de passamanaria, 700\$000; obras de madeira, 2:144\$000; tecidos de sêda, 1:600\$000; ferrajens, 27:700\$000. Total do semestre, 191:579\$000. Total do ano, 403:341\$900, ou menos 93:098\$000 de que em 1917. Foi este último, de 1911 para cá, o período em que o Maranhão realizou maiores compras a Portugal. A alta dos preços concorreu, sem dúvida, para esse resultado, uma vez que as quantidades se mantiveram quase idênticas.

A França remeteu para esta praça, no primeiro semestre, 42:998\$000 e 28:799\$000 no segundo; ao todo—71:797\$000; a Gran-Bretanha, nos primeiro e segundo semestres, 808:951\$000 e 802:072\$000, ou 1.611:023\$000; os Estados Unidos, idem, idem, 885:287\$980 e 1.184:538\$200, ou 2.069:820\$180. O total da importação dos quatro países quedou-se em 4.155:982\$080, segundo as notas que se extraíram das faturas, na alfândega. Mas os mapas da diretoria da estatística comercial, do Rio, conferem aos objetos vindos para S. Luiz o valor de 5.714:000\$000. A diferença de 1.558:018\$080 provirá doutras nações. Os Estados Unidos, como se deduz das cifras acima, conquistaram a supremacia esportadora. Quanto aos transportes, além dos vapores do Lóide, que para

lá conduziam enormes porções de café, tinham ao seu dispôr alguns paquetes britânicos, norte-ueguêzes e suécos. E' do que Portugal precisa, reiterámo-lo. Se queremos progredir, dediquemo-nos a esse magno problema—o de criar uma forte marinha de comércio, apoiando-a numa produção crescente e selecionada.

A esportação dêste estado para o nosso país especifica-se assim:—Algodão em rama, 1.125 volumes, com 258.841 qls., no valor de 1.176:874\$; açúcar, 80 vols. e 6.986 quilos, no de 8:800\$000; arrôz pilado, 5.027 vols. e 311.128 quilos, no de 251:935\$000; babassú (améndoas), 300 volumes e 17.700 quilos, no de 16.363\$000; café em grão, 3 volumes e 150 quilos, no de 162\$000; camarão seco, 2 volumes e 60 quilos, no de 80\$000; castanhas do Maranhão, 2 volumes e 100 quilos, no de 120\$000; charutos e cigarros, 10 vols. e 743 quilos, no de 9:360\$000; coiros de boi, 36.866 vols. e 350.349 qls., no de 1.119:407\$000; doces, 2 vols. e 47 qls., no de 150\$000; farinha seca, 1.229 volumes e 73.154 quilos, no de 32:570\$000; mamona (sementes), 90 volumes e 6.210 quilos, no de 5:011\$000; piassaba, 2.364 volumes e 4.671 quilos, no de 42:200\$000; sóla, 5 volumes e 706 quilos, no de 4:011\$000; tapióca, 142 vols. e 40.717 quilos, no de 47:590\$000; tucum (améndoas), 100 vols., 5.900 quilos, no de 2:870\$000. O total desses dezasseis artigos subiu a 47.847 vols. e

1.107.492 quilos, na importância de 2.707:473\$, ou mais 166:198\$710 do que em 1917.

A esportação maranhense, onerada, para as outras nações, acusa o seguinte, no primeiro semestre de 1918:—Gran-Bretanha:—Borracha de mangabeira, 1.280 quilos, no valor de 1.554\$000; idem, de manicóba, 1.200 quilos, no de 1.920\$000; idem, de cátua, 3.200 quilos, no de 9:600\$000; idem, de sernambí, 500 quilos, no de 750\$000; cera de carnaúba, 2.533 quilos, no de 5:572\$690; coco babassú (améndoas), 460.802 quilos, no de 276:481\$200; crina animal, 2.574 quilos, no de 3.088\$800; farinha seca, 907.160 quilos, no de 217.919\$600; farinha lavada, 38.700 quilos, no de 3.534\$000; milho, 658.250 quilos, no de 114:204\$; ólio de copaíba, 2.020 litros, no de 9.040\$000. Totais, 2.076.199 quilos e 2.020 litros, no valor de 643:664\$200. No segundo semestre, para o mesmo destino, também pagando imposto, esportou-se:—Algodão em pluma, 29.360 quilos, no valor de 78.630\$000; borracha de atraca, 7.442 quilos, no de 8.930\$400; idem, entrefina, 499 quilos, no de 1:247\$500; bucho de peixe, 4.534 quilos, no de 11.928\$500; coco babassú, 366.700 quilos, no de 250:880\$000; crina animal, 1.010 quilos, no de 1:010\$000; farinha seca, 731.260 quilos, no de 111:071\$400; idem, lavada, 13.000 quilos, no de 1:200\$000; milho, 559.495 quilos, no de..... 112:509\$700; ólio de copaíba, 4.024 litros, no de 10:060\$000; tapioca, 27.600 quilos, no de 27:600\$.

Totais, 1.740.900 quilos e 4.024 litros, no valor de 615:067\$600. A esportação livre de tributos, ainda para a Gran-Bretanha, no primeiro semestre, foi:—Arrôz pilado, 6.000 quilos, no valor de 2:640\$000; açúcar branco, 12.000 quilos, no de 10:800\$000; ólio de copaíba, 74 litros, no de 296\$000; raiz de mandioca, 2.300 quilos, no de 510\$000. Totais, 20.300 quilos e 74 litros, no valor de 14:246\$000. No segundo semestre:—Cacáu, 3.120 quilos, no valor de 1:404\$000; cumarú, 1.770 quilos, no de 1.770\$000; farinha seca, 304.200 quilos, no de 60.840\$000; milho, 29.500 quilos, no de 5:015\$000; ólio de copaíba, 810 litros, no valor de 2.025\$000. Totais, 338.590 quilos e 810 litros, no valor de 71.054\$000.

Para a Espanha, a esportação onerada, em todo o ano de 1918, cingiu-se a 641.000 quilos de nozes de coco babassú, no valor de 384:600\$000. Transportou-os uma barca espanhola. Para a França, a esportação da mesma espécie, nos dois semestres, alteou-se a 1.185.305 quilos de farinha e tapióca, no valor de 798:670\$300. Para os Estados Unidos, houve a esportação onerada de 20.167 quilos, em cera de carnaúba, coiros de cabra e veado, no valor de 75:374\$000, e a livre de 1.000 quilos de babassú e 7.000 litros de copaíba, no de 35.050\$000. O *totum* da esportação, para os cinco países que indicámos (Portugal, Gran-Bretanha, França, Estados Unidos e Espanha) atingiu 7.130.953 quilos e 14.928 litros, na importân-

cia de 5.435:199\$100. Mas a estatística do Rio concede-lhe apenas a de 4.681:000\$000.

Abrindo um paréntese para as nôzes ou amêndoas de côco babassú, arquivaremos neste relatório as quantidades que se esportam dessa mercadoria, desde 1915 até março de 1919. Saíram, para o exterior e para os outros estados brasileiros,—195.895 volumes, pezando 11.351.700 quilos, com o valor oficial de 5.689:329\$140, tendo pago de imposto 367:827\$980. Fôram dezoito os remetentes. Mas uma das firmas, cujo chefe é nosso compatrio, havendo obtido um privilégio para a introdução de máquinas próprias para descascar o côco, monopolizou, pôde-se dizer, o negócio desse utilíssimo género. Só ela, naquele período, vendeu 128.421 vols., com 7.390.399 quilos, no valor de 4.022:098\$680, pagando ao tezouro público o tributo de 201:104\$931.

O Piauí mandou para Portugal, em 1918, pelo veleiro *Ave*, 265.000 quilos de coiros espiados, no valor de 795:000\$000; 50.000 quilos de nôzes de babassú, no de 25:000\$000; 15.900 quilos de farinha de mandioca, no de 3:000\$000. Ao todo, 330.000 quilos, valendo 823:000\$000. Pelos vapores da Booth Line, enviou para a Gran-Bretanha:—Algodão em pluma, 50.000 quilos, no valor de 100:000\$000; borracha de manicóba, 46.500 quilos, no de 93:000\$000; caroço de algodão, 500 quilos, no de 60\$000; cera de carnaúba.

279.000 quilos, no de 837:000\$000; coiros espi-chados, 146.500 quilos, no de 439:500\$000; fari-nh de mandioca, 2.073.000 quilos, no de 416:600\$; mandioca seca, 347.500 quilos, no de 34:750\$000; milho em grão, 2.571.500 quilos, no de 771:450\$; nozes de côco babassú, 2.517.500 quilos, no de 1.258:750\$000; diversos, 298.500 quilos, no de 149:250\$000. Total, 8.330.500 quilos, na impor-tância de 4.100:360\$000. Para os Estados Unidos, em vapores da mesma companhia, despachou:— Boi-racha de manicóba, 2.000 quilos, no valor de 4:000\$000; cera de carnaúba, 231.500 quilos, no de 694:500\$000; coiros sécos, 75.000 quilos, no de 225:000\$000; péles de cabra, 1.000 quilos, no de 8:000\$000. Total, 309.500 quilos, vendidos por 931:500\$000. Rezumo do que se espediu para as tres nações citadas:—8.970.000 quilos, no valor de 5.854:860\$000. O mapa da diréetoria de estatística comercial do Rio, porém, atribúe ao Piauí, mas embarcados no pôrto maranhense da Tutóia, o *totum* esportativo de 8.145:000\$000, em 1918. A encarregatura do vice-consulado da Parnaíba, que nos mandou estas informações, desprezaria os paizes de menos relêvo, como procedeu quem, na alfândega daqui, compilou as notas pedidas.

Segundo o quadro que nos fornecêu aque-zelezo funcionário, a importação do estado ali-ди-do, feita do estranjeiro, chegou a 509.000 quilos, vindo 66.000 de Portugal, 23.500 da França, 191.500 da Gran-Bretanha, 228.000 dos Estados

Unidos. Não nos esclareceu acerca dos valores, a que os mapas da estatística comercial do Rio marcam 807:000\$000. Adiantou, todavia, que as mercadorias procedentes da Gran-Bretanha se limitaram a tecidos, linhas, cabos, louças, cimento, ferrajens, tintas, papel, etc.; da França, a perfumarias, medicamentos, rendas, tecidos, vidros, etc.; de Portugal, a vinhos, conservas, vinagre, batatas, alfazema, cravinho, drogas de farmácia, livros, etc.; dos Estados Unidos, a petrólio, gasonina, farinha de trigo, cimento, maquinismos, ferramentas agrícolas e doutra qualidade, ólios, tintas, medicamentos, louças, madeiras, estivas, papel, tecidos, arame, relógios, mobilias pra escritório, etc.

No primeiro trimestre do ano fluente (1919), e pelo pôrto desta capital, o Maranhão espediu para a nossa pátria quase tanto, em preço, quanto em todo o ano pretérito. Assim, de algodão em rama, seguiram 873 volumes, com 148.255 quilos, no valor de 810:435\$000; aguardente, 1 vol. e 30 quilos, no de 20\$000; açúcar, 1.124 vols. e 77.963 quilos, no de 75:485\$000; arrôz pilado, 1.030 vols. e 60.800 quilos, no de 77.058\$000; babassú, 1.610 vols. e 208.840 quilos, no de 131:360\$000; café em grão, 4 vols. e 238 quilos, no de 476\$000; camaçá seco, 3 vols. e 112 quilos, no de 250\$000; carne seca, 1 vol. e 20 quilos, no de 50\$000; cera de carnaúba, 121 vols. e 7.573 quilos, no de 35:380\$000; coiros de boi, 32.244 vols. e 329.222 quilos, no de

1.286:304\$000; farinha de mandioca, 6.330 vols. e 386.103 quilos, no de 200:470\$000; mamona, 36 vols. e 2.124 quilos, no de 1:100\$000; polvilho, 90 vols. e 5.360 quilos, no de 4:400\$000; tapioca, 1.078 vols. e 63.442 quilos, no de 81:670\$000; tucum, 10 vols. e 580 quilos, no de 380\$000. Resumo dos quinze produtos:—44.555 vols., com o peso de 1.326.662 quilos, no valor comercial de 2.734:838\$000.

O intercâmbio mercantil de Portugal com o Maranhão evidencia-se desta forma, desde que assumimos a gerência do consulado:—Importação, em 1911, 477:027\$500; em 1912, 469:167\$000; em 1913, 488:991\$360; em 1914, 291:354\$050; em 1915, 415:971\$090; em 1916, 389:003\$000; em 1917, 496:440\$700; em 1918, 403:341\$300.

A esportação prova-se desta maneira:—Em 1911, 1.268:983\$840; em 1912, 824:579\$530; em 1913, 1.451:087\$680; em 1914, 1.269:707\$150; em 1915, 1.236:699\$900; em 1916, 2.098:184\$200; em 1917, 2.631:274\$290; em 1918, 2.892:936\$100. Totais gerais:—Importação, 3.239:717\$600; esportação, 13.673:452\$690. Saldo, em prol dos lavradores, industriais e negociantes maranhenses, durante os derradeiros oito anos, 10.433:735\$090 réis, o que concretiza a média anual de 1.304:216\$886. Nas importações, a média foi de 404:964\$700, no prazo referido.

E' um lucro bem razoável—aquele, se atendermos á enorme escassêz da moderna aparelha-

jem do trabalho, condensada no crédito e nos meios viatórios. Estes dois agentes fundamentais de progresso faltam, quaze de todo, a este vastíssimo estado, repléto de opulências nativas.

VI.—Depois da guerra

O primeiro problema a rezolver, se pretendemos consolidar os nossos vinculos económicos com o Brazil, é o dos transportes. Todos os mais gravitam em torno dessa questão de vida e morte. Sem o decidirmos por um modo positivo e seguro, pueril será crer que se consigam vantagens de relêvo. Escapou-se-nos uma hora única de conduzir a bom termo esse problema primordial, quando o governo se apossou dos navios inimigos, em 24 de fevereiro de 1916. Mas razões de ordem superior privaram-o da solução ha muito discutida, parece que em pura perda.

Aparece-nos porém, outra oportunidade, e das melhores—a reentrega a Portugal de tais vapores. Conforme se propalou, dos setenta e tres barcos apreendidos, 10 afundaram-se, 6 naufragaram, 37 alugaram-se, a 14 esploraram-os os poderes públicos, 5 aplicaram-se ao serviço militar e um cedeu-se á Empreza Nacional de Navegação. Os referidos navios apresentavam a tonelagem bruta de 241.339, a arqueação de 215.471, o registo de 154.331. Salvar-se-iam 43 desses paquetes, pois que os submarinos piquearam 22 das embarcações fretadas á Gran-Bretanha, com 64.076 to-

neladas, havendo-lhe cedido 137.233 toneladas brutas ou 65% dos navios apreendidos aos alemães,— 6 dos que trafegavam por conta do nosso governo, com 13.659 tons., e 2 veleiros, com 4.938. Ao todo, perderam-se 30 navios, que dispunham da tonelagem bruta de 82.673. Essas 43 unidades navais, com 158.666 toneladas, constituiriam um poderoso alicerce para o ressurgir da nossa terra. quer no continente, nas ilhas e no ultramar, quer em face do Brazil e doutros povos aliados, máu grado várias notícias acrescentarem que a marinha mercante de Portugal teve, no curso da guerra, o prejuízo de 116.761 toneladas.

Quanto ao que respeita a esta estensa república, um segundo lar dos portuguêses, não creditemos que as suas simpatias alfandegárias hão de provir dos discursos mais ou menos eloquentes das missões aqui vindas, nem dos encómios que levantemos aos seus vultos reprezentativos, nem do esforço desatendido, na maioria das vezes, dos cónsules. E' preciso admitir o princípio da reciprocidade nos favores aduaneiros, atualizando a combalida pauta de 1892, concluir as obras da zona franca, no pôrto de Lisboa (1), abolir os

(1) Em 1870, os navios que ancoraram no estuário do Téjo tinham 632.348 toneladas; em 1900, construída a primeira secção do pôrto comercial, a cubicação dos navios entrados elevou-se a 3.612.051; em 1913, a 10.530.350. As obras do pôrto inauguraram-se em 1887, a 31 de outubro. Devem gastar-se mais trinta milhões de escudos, para as concluir. Em Leixões, aplicar-se-ão ainda uns dôze milhões de escudos. Trate-se também dos portos de Setúbal da Figueira, Lagos, Aveiro, etc.

estúpidos anacronismos que nos assediam, ao saltarmos nos cais do Téjo ou Douro, secundar as iniciativas da colónia, que se utiliza, agora, dum magnífico veículo de concórdia e propaganda—as câmaras de comércio, cujos fins espansionistas se movem a dentro duma serena órbita. Reconheçâmes a benemérita acção dessas e doutras corporações patrióticas, consubstanciadas no magnânimo serviço de assistência aos órfãos da guerra.

As informações de caráter oficial, sobre o que se relaciona com os nossos produtos de pronta venda, nas numerosas praças do Brazil, patenteiam-se-nos em demazia exíguas. Os ministérios não facultam aos cónsules esses guias de labuta, que se concentrariam nos boletins das secretarias dos estrangeiros, do comércio e das colónias. As estatísticas andam num lastimável atraso, quando se poderiam amiudar as folhas de vulgarização, que se começaram ha anos, mas, digâmo-lo, nunca se remeteram aos consulados. Nada contraria, cremo-lo, publicar uns sumários anuais do que saisse por mês nesses boletins, onde se condensasse o labor agrícola, industrial, marítimo, mercantil, pedagógico, legislativo, etc., da nação. Os traços que se dispersam, uma vez englobados, assumiriam a importância duma síntese, norteando os nacionais e os estranhos. O suplemento comercial do *Times*, correspondente a dezembro de 1918, incarna a idéa que nos cumpria viabilizar, sistematizando aqueles subsídios bussolado-

res, e que se não apreciam, nem aproveitam devi-
damente, conservando-se esparsos.

Ha pouco tempo, a secretaria brazileira do
esterior criou, na geréncia do exmo. sr. dr. Nilo.
Peçanha, o departamento dos negócios económi-
cos e comerciais, com um boletim bastante mi-
nucioso, de que circulam edições em portuguêz,
francêz, inglêz. Insere, além de monografias com-
pletas, acérca dos artigos de esportação, definin-
do os tipos mercanciais, estudos dos mercados a
desenvolver e a conquistar, nominata de esporta-
dores, notas do movimento comercial, rezumo da
legislação nova, informes dos diversos produtos
de esportação, a situação geral dos mercados e
cotações, análizes dos relatórios consulares, no-
ticiário do que possa interessar ao comércio es-
terno, ás tranzações bancárias e ao emprêgo de
capitais. Assim, afóra o estudo principal, coorde-
nando o que atine a um género, o boletim apre-
zenta informações de utilidade imediata, mos-
trando como convém agir, nos assuntos de que se
trata. Os cónsules ficarão a par de tudo que se
faz, de tudo que se pôde fazer no Brazil, para
alargar o comércio; ao mesmo tempo, cada um
terá noticia de que os outros fizeram, do que os
outros comunicam. O que ocorrer, em qualquer
paiz, e possa influir na permuta dos produtos bra-
zileiros, ou no conjunto das tranzações do Brazil,
será consignado no boletim.

Das respostas aos inquéritos, a que os cón-

sules são obrigados pelo novo regulamento, organizar-se-ão estratos. Desta maneira, os cónsules ficarão em condições de informar a respeito de tudo que abrange a sua função de missionários comerciais, e os negociantes ou fabricantes, do estrangeiro e do paiz, encontrarão elementos, não só para nortear muitos dos seus negócios como para despertar iniciativas, prevalecendo se dos ensejos que se lhes proporcionem.

A secção comercial do aludido ministério também encetou a troca de telegramas sobre cotações, vendas e *stocks* dos produtos brasileiros, de acordo com o que o determina o novo regulamento. Esses esclarecimentos só se prestarão aos cónsules em cujo distrito ainda não haja, por lembrança particular do comércio ou da imprensa notícias suficientes, referindo-se apenas às mercadorias que anda não foram contempladas nos despachos fornecidos pelas emprêzas particulares.

Perdõe-se-nos este minucioso relato. Se nos alongámos, foi no intuito de justificativa ao modesto programa dum serviço de informações brasileiras, que tivemos ocasião de sujeitar ao alto critério dum ilustre antecessor de vexa. Aquele serviço compreendia a reforma do quase ocioso boletim comercial do ministério, estendendo-se às partes climatológica, corográfica, económica, histórica, literária, etc., desta nação irmã, que a quase totalidade dos nossos compatriotas, sem ne-

-num exagêro, inteiramente ignóra. E desta ignorância derivam constantes equívocos, obstando a um mútuo auxílio, que nos solidarize nas questões bazilares. Quem se desconhece, e isto sucede aos homens e ás coizas de ambos os paizes, nunca se poderá entender.

A verdade é que nos desconhecemos a nós próprios. Desprezâmos os nossos recursos naturais e desdenhâmos os nossos artefactos. No decorrer da guerra, se ela nos não surpreendesse numa apavorante indigéncia da utensilajem imprescindivel, com um falho ensino técnico, sem prestaveis instrumentos viatórios, tanto internos como internacionais, pois nos minguam as linhas férreas, as de macadam, boas ligações terrestres aos estados vizinhos, e vivemos numa triste dependéncia de outrem, pra nos transportar em pessoa ou ás nossas produções para as plagas tranzoceânicas.⁽¹⁾ —nesse período escècialissimo, pouco tentámos de frutuozo, para galgar uma pozião compensadora dos sacrifícios curtidos. Continuâmos a ser o paiz dos problemas insoluveis, todos os anos atormentados pela mesma caréncia de trigo, de azeite, de milho, de vazilhame, folha de Flandres, de fosfatos, etc.

De que nos valem os vinhos, se nos falta a

(1) No tráfego marítimo de Portugal, que subiu a 49.180.000 toneladas, em 1913, pertenceram 20.010.000 á Inglaterra, 14.868.000 á Alemanha e 3.676.000 aos barcos portuguezes,—os quais arqueavam, nesse ano, só 70.193 toneladas brutas.

cascaria e não estabelecermos tipos garantidos ? Por que forma havemos de valorizar as conservas de peixe, em especial da sardinha, se não temos folha de Flandres e a comprámos por preços exorbitantes, sem sequer compelir as fábricas a impôr aos consumidores de fóra as marcas portuguezas ? Qual a maneira de fruir a riquêza da cortiça, se nos descuidámos de adquirir maquinismos e a esportámos em prancha ? Que nos adiantam os pomares, se os erros da embalagem fizéram que os espanhóis, os argentinos e os estadunidenses se assenhoreassem dos paladares brasileiros ? Como havemos incrementar o turismo, se muitas das estradas são intranzitaveis, os monumentos se derrocaram e se maculam as lindas paisagens ? Tributários da faina alheia, na maioria das matérias-primas, e até nas exigências alimentícias, porque chegámos a importar batatas, arroz e azeite, quando poderíamos possuir em quantidades excessivas essas coisas,—só com um labor incessante e metódico nos emanciparemos de tais contrassensos, bem dolorosos para a nossa geração de lavradores, cujas arcas devem enceleirar o indispensável ao passadio cotidiano, convertendo as sóbras na moeda retributiva.

Os demais povos, estremecidos por terríveis arietes mavórcios, procuraram amainar o que a metralha prussiana pulverizava, inovando indústrias de vários feitos e substituindo-se aos adversários. Portugal, porém, apenas se arriscou a

meter alguns milhares de inscrições nas companhias de seguros, negócio que, se contundia o espirito do acionista, ao ler os destrócos dos submarinos, lhe rezervava uma remuneração avantajadíssima, resarcindo-o do susto e dos provaveis prejuizos momentâneos. Os quadros algarismicos contam-nos que ha mais de oitenta companhias dessa espécie no nosso paiz, sem incluir diversas agências das companhias estranjeiras. Em 30 de junho de 1917, existiam 47; em igual dia de 1918, subiam a 65. Em 1909-10, pagaram prémios no valor de 2.037.067\$70, contra o minúsculo capital de 180.268\$01; em 1913-14, 2.978.355\$75 e 253.231\$86; em 1917-18, 25.070.763\$05 e 501.229\$41. Nestas cifras, segundo uma revista da especialidade, só entram 21 emprêzas seguradoras. Somando todas, os prémios elevar-se-iam a 30 milhões de escudos. Descontando os resseguros, e calculando-os em 40 %, ficariam uns 18 milhões —12 pra seguros de guerra e 6 para os restantes. Dois milhões daqueles trinta pertenceriam ás agências de fóra.

Remontando a 1912, e confrontando-a ao ano de 1917, a estatistica indica-nos estes resultados, um pouco mais minuciozos:—

Ramo fogo (em 1912)—Companhias nacionais:—responsabilidades, 720.257.916\$91; liquido da receita, 1.398.225\$23; sinistros pagos,..... 610.235\$01. Companhias estranjeiras,—idem,..... 133.078.570\$54; idem, 343.958\$57; idem, 124.308\$85.

(Em 1917). Companhias nacionais:—responsabilidades, 1.217.846.391\$43; liquido da receita, 2.456.187\$18; sinistros pagos, 2.296.869\$60. Companhias estrangeiras: idem, 162.737.107\$10: idem, 457.377\$82; idem, 131.374\$59.

Ramo marítimo (em 1912)—Companhias nacionais: responsabilidades, 45.684.680\$30; líquido da receita, 284.900\$99; sinistros pagos, 267.383\$65; Companhias estrangeiras:—idem, 6.666.536\$65; idem, 31.654\$48; idem, 7.212\$21. (Em 1917). Companhias nacionais:—responsabilidades,..... 349.816.833\$24; liquido da receita, 10.767.170\$47; sinistros pagos, 7.155.581\$94. Companhias estrangeiras: idem, 9.606.508\$88, idem, 147.737\$15; idem, 111.638\$76.

Ramo agrícola (em 1912)—Companhias nacionais: responsabilidades, 5.133.108\$10; liquido da receita, 40.802\$71; sinistros pagos, 36.102\$52. (Em 1917). Companhias nacionais: idem,..... 22.936.205\$71; idem, 210:204\$68; idem, 76.654\$92.

Ramo pequenos riscos (em 1912)—Companhias nacionais: responsabilidades, 19.728.199\$77; liquido da receita, 13.257\$17; sinistros pagos, 2.959\$67. Companhias estrangeiras: idem,..... 5.173.743\$63; idem, 1.816\$51. (Em 1917). Companhias nacionais: responsabilidades, 86.719.732\$09; liquido da receita, 688.937\$71; sinistros pagos, 536.695\$92. Companhias estrangeiras: idem, 20.081.094\$44; idem, 5.512\$81; idem, 2.391\$00.

Ramo vida (em 1912)—Companhias nacio-

nais: capitais, 752.737\$49,6; rendas, 30.464\$89,5; premios, 277.053\$125. Companhias estrangeiras: capitais, 531.692\$18; rendas, 1.552\$36; premios; 260.140\$21,6. (Em 1917). Companhias nacionais: capitais, 9.259.370\$90,3; rendas, 52.297\$91; premios, 431.898\$94. Companhias estrangeiras: capitais, 9.138.762\$96; rendas, 1.428\$06; premios, 329.822\$22,9.

Dezastres no trabalho (em 1914)—Companhias nacionais: salários seguros, 12.274.820\$08; premios, 279.393\$00; sinistros, 55.567\$01. (Em 1917). Companhias nacionais: salários seguros, 19.576.750\$33; premios, 350.664\$10; salários, 172.777\$13.

Mas essa revoada será efémera, porque resultou de circunstâncias anormais. Ora as nossas condições económicas e políticas precisam imenso de se normalizar. Sem órgãos estaveis, no trabalho e na gestão administrativa, tornar-se-á ilusória a marcha para a frente. Eternizar-nos-emos na velha costumeira dos paliativos, que não curam enfermos. E os órgãos estaveis da nossa produção acham-se no território continental e nas suas águas territoriais. Nem um, nem outras nos atraíram nunca desvéllos. E todavia é nos vinhedos, nos olivais, nas seáras, nos sobreiraís, nas frutas, nas pescarias, nas quedas de água, nas conservas, nas térmas, nos pomares, nos minérios, na marinha mercante que repouza a nossa autêntica autonomia.

Os vinhos, todos o sabem, necessitam de lotação. No Brazil, do sul ao norte, só se fala no tipo Colares. Em 1916, disse-nos uma estatística do ministério das finanças que as adégas arazenaram 381.392.000 litros de vinho e 513.283.000 de mōsto. Uma folha francêza calculou destarte a colheita vinícola, em 1917:—Itália, 48,2 milhões de hectolitros; França, 38,2; Espanha, 23,8; Argélia, 6,2; Arjentina, 5,1; Portugal, 4,2; Chile, 3,2; Estados Unidos, 1,6. Estamos, como se vê, no antepenúltimo lugar da escala, o que nos não lizonjeia. Com uma superficie cultivada de 313.164, 76 hectares, prepararam-se 6.869.400 hectolitros, em 1908, conforme o cómputo duma comissão parlamentar. A estatística vitícola e vinícola do continente e das ilhas, no inquérito de 1903, atribuiu ao primeiro uma plantação de 186.537 hectares, 590.202 milheiros de cēpas e a colheita de 3.606.179 hectolitros, deixando ás segundas as cifras de 8.984,23.908 e 86.062, correspondendo aos títulos acima. A esportação, em 1895, foi de 11.378 milhões de escudos; em 1900, de 10.732 milhões; em 1910, 12.525 milhões; em 1913, de 12.277 milhões. A subida operou-se lentamente, cheia de alternativas.

O trigo forma um dos muitos enigmas da lavoura, da burocracia e dos legisladores portugêzes. Acentue-se que, de 1821 a 1888, poupando-nos dum recuo ás origens da nação, Portugal importou êsse género em 48 anos e esportou-o em 18.

O sr. Francisco C. do Amaral Reis (Pedralva), relator do parecer nº. 529—(g), acerca das tabé-las orçamentárias do extinto ministério do fomento, sentenciou assim o complexo problema, em 17 de junho de 1917:—“A pior notícia, que se podia dar a um ministro da fazenda, era anunciar-lhe um bom ano cerealífero”. E chama “para-dóxo interessante” ao regime de 1899, por dêle decorrerem onerosos impostos sobre a entrada de cereais. No trigo, segundo o mapa que aquêle deputado organizou, estorquiram-se aos compradores, em direitos, desde 1899-900 a 1913-914, 16.845.672\$000. Importaram-se, dentro dêsse prazo, 1.074.600.000 quilos, concedendo-se ao trigo o valor de 47.184.180\$000, que foi quanto o paiz desembolsou. A produção, obedecendo ás oscilações atmosféricas, revela-nos estes números:—Em 1918, 2.904.000 hectolítros; em 1917, 1.969.900; em 1916, 2.345.100; em 1915, 1.719.500; em 1914, 2.423.100; em 1913, 2.016.900. As áreas do plantio, nesses anos, fôram de 326.000 hectares, 276.700, 238.800, 274.500, 274.200, 280.500. Deduz-se destas notas que, embóra se izentassem de tributos o trigo e outros cereais importados, em março do ano findo, a safra do mais necessário de todos êles alcançou a maior vitória do sexénio.

De milho, compraram-se 404.940.391 quilos, de 1900 a 1915, salvo 1914, de que o sr. A. Reis não conseguiu apurar a quantidade, nem o valor de toda essa massa de grãos, que os nossos agri-

cultores poderiam obter. De centeio, adquiriram-se êstra-fronteiras 41.065.422 quilos. De fava, em 1912, 39.532.807 quilos. De cevada, 31.194.461 quilos. Em 1912, ano péssimo para as lavras, porque obrigou a mandar ir 16.972.422 quilos de centeio, os que já referimos de fava, 20.000.000 de cevada, também se pediram 30.000.000 quilos de aveia aos mercados esternos. E' pena que aquele parlamentar não conseguisse o preço de todos os cereais enumerados. De açúcar, pagam-se ao estrangeiro, às ilhas adjacentes e às colónias quantias extraordinárias. Omitem-se igualmente aqui os valores. O sr. Amaral Reis apenas grava que se importaram, em 1910, 32.915.424 quilos; em 1911, 37.222.810; em 1912, 35.774.008; em 1913, 38.841.953; em 1914, 38.068.898; em 1915, 32.587.574. Os Açores, a Madeira e as possessões prevaleciam já, contra os intermediários esternos. Valha-nos isso.

De azeite, não encontrâmos um litro importado, durante os anos que se mencionam no folheto de vulgarização—A—II R 1, sobre comércio e navegação, em Portugal, desde 1895 a 1914. Regista-se, porém, a saída de 274.432 decalitros, no valor de 526.000\$00, em 1895; de 379.509 decs., no de 695.000\$00, em 1900; de 358.992 decs., no de 711.000\$00, em 1910; de 213.322 decs., no de 518.000\$00, em 1913; de 121.076 decs., no de 311.000\$00, em 1914 (1º semestre). Mas ninguém nega que não pequenas porções importámos e im-

portâmos desta substância alimenticia, quando a deveríamos esportar á larga, se o sólo e as árvores nos merecessem carinho.

Quanto ás pescarias, remetemos para outros paizes, em 1895, de sardinha fresca, 5.651.083 quilos, no valor de 170.000\$00; em 1900, 2.341.331 quilos, no de 128.000\$00; em 1910, 11.558.561 quilos, no de 580.000\$00; em 1913, 11.749.926 quilos, no de 625.000\$00; em 1914 (1º semestre), 3.219.390 quilos, no de 196.000\$00. De peixe fresco, sem designação, nos mesmos anos, 1.085.570 quilos, no valor de 44.000\$00; em 1900, 620.163 quilos, no de 45.000\$00; em 1910, 524.578 quilos, no de 35.000\$00; em 1913, 1.673.982 quilos, no de 148.000\$00; em 1914 (1º semestre), 298.604 quilos, no de 25.000\$00. Diversos, nesses anos, sem se mencionarem as quantidades,—663.000\$00.

De peixe em conserva, espediram-se:—Em 1895, 1.291.233 quilos de atum, no valor de 129.000\$00; em 1900, 1.142.371 quilos, no de 147.000\$00; em 1910, 1.463.778 quilos, no de 171.000\$00; em 1913, 2.032.893 quilos, no de 240.000\$00; em 1914 (1º semestre), 377.815 quilos, no de 47.000\$00. De sardinha em lata, esportaram-se:—Em 1895, 8.674.274 quilos, no de 868.000\$00; em 1900, 9.569.826 quilos, no de 1.100.000\$00; em 1910, 18.690.137 quilos, no de 2.221.000\$00; em 1914 (1º semestre), 9.236.536 quilos, no de 830.000\$00. E' de sentir que as estatísticas oficiais, podendo servir-se da brevida-

de favorecida pelas folhas vulgarizadoras, parasse. naquela altura. A esta repartição, pelo menos, ainda não chegaram dados concernentes aos anos seguintes. Lemos, no entanto, que o pôrto paulista de Santos, o qual figura logo após o do Rio de Janeiro, recebeu, em 1914, 751.128 quilos; em 1915, 408.356 quilos; em 1916, 917.108 quilos; em 1917, 579.075 quilos. Faz-nos concorrência, lá e nos outros estados brasileiros, a sardinha espanhola, de que se introduziram, ali, em 1914, 79.422 quilos; em 1915, 86.716 quilos; em 1916, 99.804 quilos; em 1917, 184.258 quilos. A maior parte dela vem da Galiza, havendo-se estabelecido a indústria das conservas em Vigo, por 1862, sem avanço notável até 1890. Mas já conta 70 fábricas, com 25.000 operários, tendo produzido, em 1913, 19 milhões de quilos; em 1914, 18 milhões; em 1915, 16 milhões; em 1916, 22 milhões; em 1917, 24 milhões. As nossas 212 fábricas, sustentando 16.104 trabalhadores, que necessitam de se precaver, e em particular os centros piscózios de Setúbal, o principal de todos, Olhão, Lagos, Cezimbra, Espinho, Ovar.

A cortiça oferece-nos um garantido elemento de abastança. Mas nunca o quizemos aproveitar a sério, industrializando-a. A produção anual regular por cem milhões de quilos. De acordo com a monografia que tivemos a honra de organizar, quando secretariavamos a comissão do fomento de esportação do ministério dos estrangeiros, en-

viaram-se para as praças esternas, em 1900, 44.757.249 quilos, incluindo a cortiça em aparas, bruto, prancha, quadros, serradura, virgem, rô-lhas, obra, no valor de 3.325.968\$00; em 1904, 55.803.815 quilos, no de 3.948.093\$00; em 1908, 60.842.507 quilos, no de 3.881.195\$00; em 1912, 86.596.280 quilos, no de 4.721.259\$00; em 1916, 1º semestre, 41.832.627 quilos, no de 1.972.821\$00. Rezumindo:—De 1900 até essa última data, Portugal esportou 1.076.827.513 quilos de cortiça, no valor de 66.381.332\$00. Dizem-nos as estatísticas oficiais que a superficie cultivada dos sobreiros é d^a 366.000 hectares.

O excursionismo seria uma bela fonte de receita, em todos os sentidos, se a nossa pobreza de estradas e de linhas ferroviárias fosse menor. Raiam o limite do irrigório tais meios de locomoção, pois naquelas estacámos em 12.500 quilómetros e nesta em 2.998 quilómetros, com alguns a construir e poucos em projeto. As províncias portuguêzas enxameiam, no entanto, de atrativos. Mas a rudimentar instrumentajem transportiva assusta os que desejariam entregarse ao despórtio de montanhismo.

Em 1916, por exemplo, de volta das térmas do Gerês, cuja rudéza nos impressionou, demoramo-nos uns dias em Coimbra, terra lendária das batinas, dos bardos, das tricanas, dos poentes lindíssimos e da porcaria. As cazas de hospedagem não tinham quaze nenhum conforto. O Mon-

dêgo, seco, despedia-nos umas moscas maláricas, de mordedura tão nociva que abria ferida. Lembrâmo-nos de vizitar o Bussaco, o seu soturno mosteiro, a sua mata encantadora e o seu hotel suntuozo. O *chauffeur* levou-nos ao campo em que as nossas tropas desbarataram as napoleónicas, dirigidas por Massena. Havia ali uma cruz—a Cruz Alta, por demais tóscas. Espalhámos a vista em torno. Baldios, á direita e á esquerda, e em face, a dominá-los, a serra da Estréla, recordando as lutas dos herminios de Viriato contra o romano. O espirito assombrou-se-nos. Afigurou-se-nos viver nessa remota época, em que as florestas, pelo menos, se ostentariam densas e seivozas. Salteou-nos a crença de que só temos destruido. Os caminhos apegam-se talvez aos tons primitivos,—ziguezagueantes, a formigar de verédas, esburacados, os pedregulhos á mistura com o cascalho, gozando a plena auzéncia dos cantoneiros. Mais perto, a uma centena de metros, admiram-se as sólidas macadans da Pampilhoza e de Penacova. Em Coimbra, para percorrer os recantos da vetusta cidade, andáramos aos solavancos num trem indecorozo, por não haver que escolher. Que prazer advirá aos turistas, se os tratam de semelhante modo? Abandonâmos, de ânimo ligeiro, essa canalização dos forasteiros e os corolários que dêsses passeios dimanariam.

Desinteressâmo-nos de tamanha exuberância, que se eviçâencia aos olhos de todos, como despre-

zâmos os tezoiros que se ocultam no subsólo—o tunguesténio, o urânio, o rádio, etc., estraindo por processos rudimentares os mármoreos, as águas minerais, as inúmeras águas de meza,—a gente e os recursos dos Açores e da Madeira, os recursos e a gente das dependências ultramarinas. Descognecemo-nos, e persistimos em desconhecer que nos derruímos a nós próprios.

Ignorâmos as cifras da balança dos pagamentos, agora. Mas o *deficit* da balança mercantil amedrona os mais intrépidos. De 1890 a 1914, o nosso paiz importou 1.387.754.000\$00 e esportou 723.039.000\$00. *Deficit*, nos 25 anos, 665.715 000\$. A média da importação atingiu 55.500.000\$00, a da esportação 29.322.360\$, a do *deficit* 26.628.600\$. Por que forma se tem solvido este *deficit* anual? Com as remessas dos emigrantes do Brazil e do nosso ultramar? Com os juros dos capitais que porventura estejam empregados nas nações estrangeiras? Mérulas hipóteses. O indiscutivel é que a importação aumentou 68 %, de 1890 a 1912, a esportação 59 % e o *deficit* 77 %. Este subiu sem pauza, esceto de 1890 a 1892, período em que desceu de 22.763.000\$00 para 6.198:000\$00, voltando à expressão de 1890 nove anos depois, tangido pela tremenda crize dessa ominosa quadra.

Em 1912, verifica-se um novo descalabro.—importações, 74.612.000\$, esportações, 36.634.000\$, *deficit*, 53.257.000\$00, os pezos mais volumozos

da balança, nesse quartel do século. Em 1914, observa-se uma depressão—70.343.000\$, 28.848.000\$ e 41.495.000\$00. Em 1917, as importações da praça de Lisboa avaliaram-se em 53.000.000\$00 e as esportações em 25.000.000\$00, o que significa, comparando esses números aos de 1915, um abatimento de 12.000.000\$00 nas importações e um acréscimo de 3.000.000\$00, nas esportações e re-esportações. A capital portuguêza entra com 56, 5 % nas importações e 67, 1 % nas esportações; o Porto, com 39, 2 % e 29, 4 %.

Fundamentando-nos na folha vulgarizadora já citada, a nossa pátria ocupava o 15º degrau, na importação e esportação, em 1897; o 10º na importação e o 15º da esportação, em 1902; o 13º na importação e o 17º na esportação, em 1912. Infere-se destas graduações que as fôrças trabalhadoras do paiz permanecem estacionárias, crescendo as do consumo. Contrastos? Na primeira das fases, apenas ficaram abaixo de nós a Sérvia, a Bulgária, a Rússia e a Turquia, numa e noutra coixa. Na segunda, importámos mais do que a Grécia, Itália, Roménia, Espanha, Austria-Hungria, Turquia, Bulgária, Sérvia, Rússia, e esportámos menos do que aqueles quatro paizes. Na terceira, escederam-nos nas importações, dos de 1902, a Itália, a Austria-Hungria, a Grécia. Mas nas esportações apenas nos fôram inferiores a Rússia e a Turquia. Examinando o quadro, no aluzivo ao *deficit* ou *superavit* da balança comer-

cial, depreende-se que resvalámos ao infimo posto, em 1902 e 1912. Entre 1897 e 1902, a Roménia, a Bulgária, a França, a Suiça, a Inglaterra, a Noruega, a Sérvia levantaram-se. Os outros 19 povos europeus dêste mapa decaíram, achando-se Portugal no último lugar da série.

Iluminar-se-á esse quadro negro, se os nossos governos, entre outras medidas enérgicas, efetuarem, à maneira da Rússia dos tsares, do Brazil e mais algumas nações, uma razoável, mas rigorosa cobrança dos direitos pautais em oiro, para corrigir os perturbadores desvios da balança mercantil. Quando se promulgou essa enfreadora determinação, em abril de 1918, vinhamos num lastimável retardo. Apezar disso, este ato de prvidéncia, desde muito incubado, escarmentando a ganância e defendendo o sistema financeiro, que se deveria estear em melhores bases tributárias, talvez nos desafogue do fôsso onde nos precipitámos, descerrando-nos um amplo horizonte de possibilidades. O certo é que só nos libertaremos dos abrolhos que nos impedem o passo, quando rezolvermos dois problemas primordialíssimos—o da produção e o do transporte.

Se dispuzessemos, para os levar ao cabo, do concurso dos que emigram das ilhas atlânticas para os Estados Unidos como se dispõe do entusiasmo patriótico e da coadjuvação monetária dos que veem para o Brazil, as soluções facilitar-se-iam. Mas o *yankee* desnacionaliza os açorianos,

os madeirenses e os caboverdeanos que se associam aos seus afazeres, despedindo-se dos lares natalícios em lances trágicos, oprimidos pelo ostracismo a que os poderes públicos da metrópole sempre os condenaram. Esquecem-se, portanto, das cruézas dessa contumaz madrasta, logo que a fortuna os bafeja, lonje dela.

A cooperação assídua da família portuguêza, dispersa pelos quatro ventos do universo, e que se centraliza no Brazil, Argentina, Uruguai, nas regiões do leste e oeste dos Estados Unidos, no arquipélago do Havaí,—essa família incansável, revestida de virtudes inapreciveis, num ímpeto de solidariedade, entendeu que lhe cumpria alargar a sua iniciativa nos institutos de crédito. E, em vez de ceder aos afagos dum repouzo apetecido, no regresso ao ninho pátrio, após uma áspera existência, decidiram conjugar os seus esforços aos que prosseguem na estacada, num legítimo anseio de abroquelar o que auferiram e de apertar a mão aos que encetam a róta. Instalou-se no Rio, primeiramente, uma agência do Banco Ultramarino, que disseminou depressa, pelas principais praças brasileiras, diversas agências. Sucedeu-lhe, com idêntico intuito, o Banco Português do Brazil, que montou a sua sede na cidade matriz desta república.

Os seus triunfos atestam-se nestes factos:— Em 30 de junho de 1914, os bancos alemães, com

o capital de 20 mil contos, moeda local, tinham no passivo, por depózitos a prazo e á ordem, 52.203 contos. Em 30 de junho de 1918, os dois bancos portuguêzes acima referidos, com um capital realizado que orçava por pouco mais de 15.000 contos, em ambos, viam no passivo uma quantia superior a 125.000 contos de contas correntes, a prazo e á ordem, com juro e sem juro, ou mais que o dôbro dos tres bancos germânicos, em 1914. Estas mesmas casas, nessa data, declaravam ter no átivo 58.919 contos de letras a receber e letras descontadas. Em junho de 1918, essas duas instituições bancárias assinalavam o total de 95.207 contos, por iguais efeitos. Ha um quinquénio, os tres bancos alemães tinham em caixa apenas 12.294 contos, o que não chegava á quarta parte da soma neles depositada pelos seus correntistas, ao passo que os dois bancos portuguêzes, em 30 de junho de 1918, possuam em cofre cerca de 38.000 contos,—afiançando um têrço de lastro, conforme a praxe. De contas correntes, garantidas, os tres bancos inimigos, nos seus balanços de junho de 1914, averbavam 25.212 contos, enquanto os nossos dois, em junho de 1918, demonstravam um valor de 50.894 contos, na mesma rúbrica. O Banco Portuguêz do Brazil, que alcançou uma enorme aceitação e se incorporará com o capital de 25.000 contos, elevou-o ao duplo, para corresponder ás suas numerosíssimas opera-

ções, e o Ultramarino fundou sucursais em Londres, Paris, Nova Iorque.

Os negociantes maranhenses já se empenharam, em várias oportunidades, para que o Banco Ultramarino estabelecesse aqui uma sucursal—e ultimamente a Câmara Portuguêza de Comércio do Maranhão dirigiu-se ao Banco Português do Brazil, com um fim análogo. Mas, até hoje, frustraram-se esses anelos, apesar das compensações que se lhes dariam. Os nossos compatriotas daqui, cujos haveres se calculam em 45 a 50 mil contos, conceder-lhes-iam a preferência e os lucros seriam indubitaveis. Ainda sofrendo a penúria das comunicações, o estado efetuou o intercâmbio de 3.239 : 717\$600, nas compras a Portugal, e o de 13.673 : 452\$690, nas vendas, durante os últimos oito anos (1911-1918). Nada melhor.

Regozijemo-nos, pois, os maranhenses e os portuguêzes, com esta estreita aliança das nossas comuns aspirações e dos nossos caros ideais, em que se encerram desejos de ordem superior á transitória passagem dos males terrenos.

VII.—Os negócios esternos (1)

Ha um livro a escrever, e dos não menos interessantes, sobre os diplomatas e os cónsules por-

(1) Este capítulo e o imediato não figuraram no relatório. No primeiro, englobamos vários artigos, saídos na imprensa de Lisboa, quando ali estivemos (1916-17), precedendo-os agora dumas considerações gerais.

tuguêzes. Deveríamos abster-nos de falar dos ministros que reprezentam o nosso paiz no estrangeiro, porque os seus testemunhos de perspicácia ou de inércia guardam o sigilo dos deuzes. O certo é que, desde o visconde de Santarem (Manoel F. de Barros e Souza), que vivêu de 1791 a 1856, e fez imprimir o substancioso *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com diversas potências do mundo*, ninguem mais se entregou á melindroza tarefa de historiar as vitórias ou desenganos dos nossos delegados no exterior. Somem-se, pois, na vorajem do olvído, os atos dessas personajens, entre as quais, sem dúvida, algumas haverá de subido mérito. Outro tanto se não se dirá dos cónsules, que recheiam as páginas do Boletim Comercial, faz longos anos, embebidos nos relatórios da praxe. Infira-se dêles o esforço ou a preguiça dêsses esquecidos obreiros.

A guerra, derruindo os ídolos de barro, investiu contra uma diplomacia carcomida, que se estagnara no culto de pragmáticas grotescas, sem a noção dos deveres inseparáveis das suas responsabilidades, e que nem sequer soubera prever-se dos perigos. Aberta a faze da beligerância, os governos da *entente* relegaram as luzes de tais senhores, como sempre se prezencia, aliás, nos tempos de paz, quando surgem desavenças de tâmo,—e as conversas travaram-se de gabinete a gabinete. Lloyd George foi o primeiro a desenvencilhar-se da rotina amanuenseira das notas e

outros papeis morozos. Abandonou as palavras dúbias do estilo cortezanescos, optando pelas deliberações rápidas, categóricas. Educando-se no convívio dum operário, detestando as afétações, o destemido estadista britânico, de hábitos democráticos, não se inclinou, contudo, para o extremo a que Bismarck, na sua arrogância canibalesca, chamava “diplomacia em mangas de camiza”. Lloyd George declarou, assim, a faléncia daquela engrenagem palaciana, misto de arteirice e doblêz, enveredando pelo rude caminho da franqueza. Todos os chefes de ministério aliados se demonstraram infensos ao nocivo sistema que enredava as questões mais claras, em vez de as rezolver num relance, tal o momento impunha. E decretaram, unâimes, a bancarrôta da diplomacia clássica, referta de sorrizos, chás, bailes, cazacas, comendas. Até nós, em Portugal, tivemos quem repudiasse esses métodos—o dr. Augusto Soares, na data á frente da política esterna.

Mas, ordenando as cabalísticas razões ou conveniências de estado que se uze de rezerva, no que concerne aos plenipotenciários, os parlamentos, as gazetas, os lavradores, os industriais e os comerciantes tomaram para bôde espiatório os cónsules, cobrindo-os de todos os apôdos possíveis ou imaginaveis. Em 10 de fevereiro de 1915, aparando as censuras que o ilustre sr. António da Silva Cunha, honesto presidente da Associação Comercial do Pôrto, lhes dirigira, num offício

de 12 de janeiro dêsse ano, o digno dr. Alberto de Oliveira, então cônsul geral da República Portuguesa no Brazil, retorquiu a essas acusações em frazes perentórias, embora corteses. Repetindo as afirmativas do sr. Cunha, o qual aludira aos "relatórios consulares que o Boletim Comercial publica com uma grande falta de oportunidade", e descrevia do êxito da comissão do comércio esportador, instituída no ministério dos estrangeiros, por se servir dos cônsules para incrementar aquelas relações, recuzando-lhes competência nas matérias dessa espécie,—o dr. Alberto de Oliveira friza a velha desconfiança daquela corporação perante os agentes consulares, "a quem compete, no entanto, a propaganda e a defesa dos seus interesses no exterior". Acha que se devem robustecer as ligações diretas, "únicas eficazes e fecundas, entre os nossos cônsules e o comércio". Não vê razões justificáveis, para se increpar a fórmula por que se recrutam êsses burocratas, pois é análogo ao dos outros países, onde se acumulam os "candidatos à dupla pena do exílio e da pobreza crônica". Acoimam-os de ignaros nos problemas económicos, como se o apreciá-los fosse privilégio desta ou daquela classe. O dr. Alberto de Oliveira, a propósito, recorda os nomes do falecido Inácio da Costa Duarte, podendo relembrar-se também os de Eça de Queirós, Raimundo Capela, Adelino das Neves e Melo, Joaquim de Araújo—e, entre os vivos, os de Jaime Batalha

Reis, do almirante Demetrio Cináti, Constâncio Roque da Costa, Jaime de Séguier, Armando Navarro, "cujos relatórios são tão notáveis, são frequentemente mais notáveis que os dos mais distintos funcionários francêzes, inglêzes ou alemães. E de alguns desses trabalhos sei eu que, apesar de quase inéditos entre nós, por falta de leitores, fôram estudados e aproveitados no estrangeiro".

Salienta, depois:—"Em toda a parte, e não só em Portugal, as corporações pedem aos governos que dêem maior valor prático ao serviço consular, e em toda a parte os governos se vêm forçados a estabelecer um meio termo entre essas reclamações e a natureza das funções consulares, que não são apenas comerciais—e, ainda que o fossem, não poderiam dispensar nunca a intervenção, direta e pessoal, do próprio comércio". Narra as suas fainas de Berna e de Berlim,—ali, ajustando um tratado, aqui, protestando contra as falsificações dos vinhos do Pôrto. "Contam-se pelos dedos as cartas, as solicitações de informes, ou as simples palavras de incitamento", que recebeu, na Suiça. Mas na Prússia não se lhe deparou um só compatriota que o coadjuvasse, nessa árdua campanha patriótica. Rememora os empecilhos vencidos pelos seus cooperadores, na Câmara Portugueza de Comércio do Rio. E pondera:—"O estabelecimento de relações diretas das associações comerciais com os cónsules é da maior vantagem

recíproca. De uma correspondência àtiva, e até agora quase inexistente, entre os esportadores e os cónsules, é que podem nascêr, para estes, a experiência e um sólido conhecimento das questões a versar". Porque ás agremiações de negociantes cumpre esforçar-se por persuadir os seus colegas —“de que os funcionários consulares são sêres progressivos como todos os sêres humanos”.

Ratificando uma das luminosas passagens dêsse concluzivo debate, o consciencioso economista, sr. M. Augusto Edmond Santos, dedicadíssimo secretário do conselho superior do comércio esterno, corpo consultivo do ministério dos estrangeiros, espendeu esta opinião:—“Quantas idéias boas ha espalhadas por essa útil publicação (*o Boletim Comercial*, “que a maioria dos interessados não lê”, sem que pessoa alguma tenha feito cazo delas; quantas informações preciosas, para a esploração de um campo de iniciativas, ali ficaram inertes, e, estamos convencidos, hão de continuar no mesmo estado, a despeito dos grandes esfórcos, feitos pelas associações comerciais e industriais do nosso paíz, que trabalham, justo é dizê-lo, com denôdo, para transformar a nossa indoléncia”. (*Jornal do Comércio*, de Lisboa, 18-IX-919). O sr. Santos, que se especializou nos assuntos alfandegários, verbera as infinitas lacunas da nossa técnica de esportação, cuja inópia irrita os mais insensíveis. Traz a pelo as sensatas críticas do comerciante Vitor Boret,

ao tempo deputado e mêzes após ministro das subsisténcias, com Clemenceau, que reuniu algumas no sadio volume *La bataille économique de demain* (Paris, 1917).

Aquele deputado, que promovêu um inquérito entre os membros das principais colónias francêzas, reaviva palestras com os seus compatriotas do meio comercial, aos quais ouviu, vulgarmente: —Os cónsules fizeram-me sempre esperar largo tempo por insignificantes respostas, de sorte que não podemos confiar neles, para nos secundarem, nas diligências empregadas. Em oposição, diz o mesmo deputado, falando com os cónsules francêzes, muitas vêzes lhes ouviu:—Nunca vimos que os nossos negociantes venham pessoalmente aos paizes que seria do seu interesse vizitar, como seguro meio de desenvolver os seus negócios. Se lhes fazemos observações, no intuito de se amoldarem á moderna fórmula de comerciar, como o de compelir as indústrias a modificar os seus produtos ao gôsto dos consumidores, nenhuma atenção prestam ás nossas informações. Assim, é o intermediário, de que se servem, quem substitue completamente o negociante francêz.

O sr. Boret apanhou, em flagrante, a psicologia de uns e outros, em tudo idéntica á da nossa gente. Os francêzes, até hoje, ainda se não aperceberam da engenhoza arte de adquirir freqüentes fóra dos seus muros, porque se esquecem de inquirir das circunstâncias dos mercados em

que pretendem instalar-se—predileções, prazo dos pagamentos, embalagem, etc. Dá-se o mesmo conosco. Escétuando dois ou quatro esportadores de vinho, as grandes caças das nossas melhores praças reputam ociozo enviar ao Brazil qualquer agente, para conhecer os artigos preferidos, as condições de embôlso, ficando a par dos métodos empregados pelos concorrentes. Os alemães, adulterando os produtos portuguêzes—papel da companhia do Prado, louça das Caldas, etc., conseguiram desalojar-nos em muitos lugares, devido ao preço e ao crédito que facultam aos importadores. O exército dos seus caixeiros viajantes mostrava-se tão impetuoso, neste paíz e nos demais do mundo, conduzindo mostruários, como no assalto às regiões vizinhas e às distantes, de armas na mão. Se se satisfizessem com o ganho material, e não ambicionassem o mando político, tornar-se-iam os fornecedores máximos do planeta. Mas obcecaram-se. Estúpidos e perversos !

Nos torneios retóricos dos produtores, dos deputados, dos comissionários, dos jornalistas, as culpas dessa apatia recaem sempre nos membros do corpo consular. Supõe-se talvez que ainda fruem os ditoriais poderes que fruiam na velha Roma. As reclamações e os aleives generalizam-se. O secretário parlamentar do *Board of Trade* exigiu do império britânico a *nacional política dos negócios*. Lá mesmo, porém, na orgulhoza Gran-Bretanha, o publicista Percy Martin, que préza

as escursões e as comparações, encomiou a organização estadunidense de tais serviços, superiorizando-os aos inglêzes. Na revista londrina *Financial Review of Reviews*, enalteceu a rede yankee dos inspetores consulares, criados pelo presidente Roosevelt, que viajam sem cessar, operando vizitas inesperadas. E transmite-nos esta novidade:—“Quando um funcionário deixa a Inglaterra, para exercer um cargo no exterior, é logo esquecido. Os seus relatórios, quando os redigem, remetidos de tempos a tempos, assim como os pedidos de licença, trazem-os raramente á mente dos chefes. Salvo estes cazonas, ninguém se importa das suas pessoas, nem dos seus trabalhos, e êles muito menos”. O humour do sr. Percy Martin estará um pouco azêdo.

Mas o ataque vai mais longe. Obtempéra que, enquanto os ufanos senhores de Albion se entretinham a discutir se convinha ou não refundir tais serviços, os netos do tio Sam reformavam os seus dos pés á cabêça, colocando os funcionários de acordo com as aptidões. O departamento respetivo, que era um dos piores, passou ao pólo inverso. Mobiliza mais de mil desses burocratas—cónsules gerais, cónsules, vice-cónsules, emissários consulares e outros, distinguindo-os pela capacidade e não pelo empenho dos políticos. A lei Root-Lodge, que reconcertou a imensa máquina, regista um decénio de vida, e os seus efeitos demonstram-se magníficos. Prevalecendo-se das oca-

ziões oportunas, e prevendo o espansionismo dos negócios, o governo de Washington elabora planos, para desenvolver o já formidável comércio dos Estados Unidos na América do sul, fixando os cónsules de maior competência nos portos do Brazil, da Argentina, do Chile, e duplicou o número das zonas consulares nestes países.

E nós como procedemos? Espedimos para esta república, a que tantos vínculos nos juntam, qualquer dos terceiros oficiais do ministério, sem refletir nos desazos que de tamanha indiferença nos redundam. Se medissemos as consequências dessas nomeações, e dos interesses morais, económicos e mentais que se lhes prendem, timbraríamos em manter, nesta segunda pátria, um selecionadíssimo corpo de cónsules e de agentes comerciais, fazendo as transferências dentro do Brazil, e conferindo a semelhantes consulados os fóros de mais alto gráu da escala. Ainda:—Obrigáremo-nos todos os secretários de legação e cónsules a tranzitar pelos postos brasileiros, mas não com bilhete de ida e volta. Os lugares europeus significam um prémio e um descanso, olhada a levéza das atribuições, ali, conforme exarou o dr. Alberto de Oliveira, na sua resposta ao honrado presidente da Associação Comercial do Porto. “Na Európa, quase não temos núcleos de população portuguêsa, nem firmas portuguêzas, estabelecidas fóra do país. Um cônsul é, aí, como auxiliar do nosso desarrôlo económico, um viajante

perdido no deserto. Não tem quem o informe, quem o documente, quem o estimule". Evidencia que não existem, nessa parte do globo, escursionistas portuguêzes de comércio, nem agentes dos negociantes portuguêzes, nem sequer correspondência com cazaças portuguêzas.

Aplaudindo as palavras do atual ministro da nossa república em Buenos Aires, numa carta, a 16-VI-915, asseverámos-lhe:—"Aqui, pelo idioma, raízes étnicas, laços familiares, identificação com os hábitos nacionais, que se estende até às lutas partidárias, muitas vezes, o papel dos cónsules diverge, por inteiro, do que se desenvolve noutros pontos. Torna-se mesmo difícil, em diversos ensejos, realizar a destrinça dos interesses de ambos os povos". E terminavamos:—"Seria fácil escolher, entre a burocracia do ministério dos estrangeiros, dôze ou catôrce homens de tino prático, para os pôr á testa dos distritos, e convencer os esportadores de que lhes incumbe mandar, todos os anos, alguns dos seus representantes, ou virem êles próprios, ás praças brasileiras. Assim, desapareceria o mal-entendido, a "tradicional desconfiança", acabando-se a discordância nos processos de trabalho".

Devemos atender, em especial, quando tratarmos de qualquer assunto respeitante ao Brasil, ás suas extraordinárias dimensões, relendo o seu mapa, para se não repetirem os contínuos lapsos da lista dos funcionários consulares, ao

mencionar-se as localidades em que se encontram, nem se alterar a área dos distritos á tâa. Num cochilo geográfico, alvitrava-se, na proposta de 1917, que a encarregatura de negócios, com séde na Venezuela, se ingerisse noutros paízes da América do sul, desprezando-se as distâncias, que tambem influem grandemente, pelo que toca a esta república, onde os nossos embaixadores e os nossos cónsules precisam duma ampla liberdade de áção.

Mas é-nos impossivel delinear, sequer, a estrutura do livro a que nos referimos, no comêço do capítulo. Enunciaremos os seus aspéitos de maior preméncia—a lei orgânica, o regulamento consular, que permanece incólume, no vocabulário monárquico, desde 1903, os concursos, dotações, licenças, acéssos, classificação dos lugares, o ensino prático e teórico, inspétôres consulares, boletim comercial e outras publicações de propaganda, agentes de venda, subsidiados pelos esportadores, mostruários, câmaras de comércio, espólios, costumes negociais, prazos de pagamento, embalajem, tipos,—repartição de informações brasileiras, cadeira de estudos sobre o Brazil nas faculdades de letras, etc.

Coordene-se o trabalho, mas abolindo-se de facto o divórcio dos quadros diplomático e consular, “barreira absurda”, no dizer de Percy Martin, e que a lei orgânica de 1911 baniu, num rasgo digno de se efetivar. Eduardo Herriot, no seu

admirável *Agir* (Paris, 1917, pgs. 220), ironiza:— “*Ne comptons plus sur les diplomates; nous avons pu les juger. A' part d'honorables ou d'éminentes exceptions, ils se divisent en deux catégories: ceux qui lisent les journaux et qui en savent tout juste autant que nous; ceux qui ne lisent pas les journaux et qui ne savent rien du tout*”. E o diplomata Vitor Cambon, em *Les derniers progrès de l'Allemagne* (Paris, 1916, pgs. 260) opina assim acerca dos cónsules:—“*Prétendre, comme certains le proclament, que nos consuls ne sont pas, le plus souvent, à la hauteur de leur mission, servit injuste; disons plutôt qu'ils y sont inégaux, et nullement par leur faute, car, si l'on veut un modèle d'administration qui dédaigne l'utilité de la compétence, il faut citer, en première ligne, notre ministère des affaires étrangères*”.

O ideal será que todos os reprezentantes de qualquer paíz, no estrangeiro, percorram toda a escala burocrática, desde a de maquinal copista de ofícios, na secretaria, pela de cónsul, até ás legações, ou conjuntamente. Curvemo-nos ao tecnologismo. Os melhores plenipotenciários ou diretores gerais saem dessa escola, fértil em lições. Salientaremos, no Brazil, as figuras de Rio Branco e Salvador de Mendonça;—em Portugal, as dos srs. Gonsalves Teixeira e Batalha Reis. Começaram nos consulados e atingiram os mais altos cumes, a dentro dessa linha sinuosa, cheia de surpresas e de precipícios. Os que principiam por

ministros a nada aspiram, porque se lhes assegura, de antemão, o ripanso dos gloriosos. Isto não quer dizer, no entanto, que sejam aos borbotões as sumidades, no quadro dos secretários legatícios e no dos cónsules. Ruminemos a doutrina dos relativismos, em que se cristaliza o zimbório da sabedoria humana.

Poderíamos enumerar dezenas de juizos, pro e contra as duas classes, sujeitas, como todas as outras, á simpatia ou antipatia dos tranzeuntes. A verdade, porém, é que os criticados, em regra, pairam muito acima dos criticantes, partam essas vozes da imprensa, dos legisladores ou d's intimamente interessados em utilizar-se de tais degraus, que nem sempre os transportam ao fim da escadaria. Capacitemo-nos, todavia, de que urge diminuir o número dos plenipotenciários e aumentar o dos cónsules. Ha muitas coizas a reconstituir e a criar, não sendo a de menor importância a de difundir e defender Portugal no exterior, pois que nos deixam na sombra até no que atine á guerra européia, riscando o nome da terra de Nun'Alvares e de Albuquerque da maioria dos informes oficiais, a que apensam a chancela do supremo conselho de París.

Quais as razões disso ? A modéstia da nossa existéncia ? O desassossêgo dos partidos ? As rixas intestinas ? Mas estas derramam-se em todos os rumos. E' inquestionável, entanto, que o nosso prestígio tremerá além-fronteiras, se não

acalmarmos a política interna, dedicando-nos, com alma, à nobilitadora tarefa de reconstituir a pátria e de consolidar a república.

A penosa situação financeira do nosso paiz é uma das infinitas heranças más da monarquia. Em 1 de julho de 1914, ao estalar a catástrofe, o governo republicano já normalizara a lei orçamentária, eliminando a dívida flutuante Reduzira a dívida pública, de 800 milhões de escudos, a 650.892:435\$00 ou libras 145 milhões, cabendo 109\$00 a cada um dos habitantes, numa população de 5.957.980. Os encargos dessa dívida sorviam 22.511:286\$00 anuais ou 5 milhões de libras. Indo a receita a 54.878:767\$ ou libras 12.200.000, o que onerava cada portuguêz em 9\$29, aqueles compromissos devoravam 41 % da receita. Depois da guerra, a dívida pública em circulação montava, em 1 de julho de 1918, a 1.022.382:652\$000 ou 227 milhões de libras, aumentando a quota pessoal dos habitantes para 38 libras e 4 schillings. Os encargos da dívida, por seu turno, elevaram-se além de 42 milhões de escudos ou 9.350.000 libras.

Suporá Portugal essas pesadíssimas cargas ? A riqueza pública da nacionalidade reputase em dois a dois mil e quinhentos milhões de escudos (445 a 555 milhões de libras), ou 75 a 93 libras por habitante. Na França, na Bélgica, na Ingla-

terra, nos Estados Unidos, tal riquêza avalia-se em libras 200 a 400, para cada um dos seus filhos. Verifica-se o mesmo fenômeno com o rendimento ou riquêza social, que se julga no *totum* de 530 milhões de escudos (117:500.000 libras), ou 21 libras de cada português, alteando-se, na França e na Inglaterra, a 34 e a 66 libras. Condensando: —A quota individual da fortuna pública estima-se, em Portugal, na soma de 100 libras; na Inglaterra, em 380; a do rendimento, nos dois países, em 21 e 57 libras; a captação da dívida, idem, idem, em 41 e 132 libras. Os ónus desta, em Portugal, roçavam por 50 % dos impostos arrecadados e 39 % das receitas ordinárias. E, como uma parte deles se saldava em ouro, os câmbios elevaram-se desmezuradamente.

As grandes compras, no exterior, de materiais para a indústria, de comestíveis, de carvão, de equipamentos, etc., também pioraram as taxas. Antes da conflagração, o nosso câmbio sobre Londres era 42, em média. Caiu para 35 e 34, tendo, na primavera e no estio de 1918, descido a 27. Nos primeiros mês de 1919, levantou-se até 33, baixando agora para 25. Mas o que se observa nas bolsas portuguêzas objética um simples reflexo da insondável depreciação de valores que envolve o mundo inteiro, premido, ainda, por uma feroz agiotagem. A superabundância de emissões papelísticas, o malôgro dos antigos processos de comerciar por meio de cheques (*clearing*

house), a sequioza procura de moeda metálica, a única de quilate incontestado, etc., desniveleram os métodos bancários de *avant-guerre*. Mas o equilíbrio não tardará.

A vitória dos ideais emancipadores trouxe um acréscimo de vigor ao povo, imerso num profundo letargo. As iniciativas salutares, em todas as esferas do trabalho português, desbordaram-se. Os governos, apesar de instáveis, acompanharam ou sugeriram esse impulso para a vanguarda. A guerra, porém, desviou essa marcha desanuveadora. A nossa pátria, por motivos de ordem moral e política, tinha de intervir no estupendo conflito, embora soubesse que jamais lhe resultaram compensações de se intrometer nos embates europeus, pois sempre a sacrificaram.

Os compromissos trazidos pela estupenda carnificina, desde agosto de 1914 a 31 de julho de 1919, alcandoram-se a 356 milhões de escudos, fóra o suprimento de libras 3.474.000, feito pela Gran-Bretanha. Por seu lado, o último projeto orçamentário avalia a receita em 113.295.000 escudos, fixando a despêza em 154.982.000 escudos, o que dá um *deficit* de 82.125.000 escudos. Como acudir a esses asfixiantes obstáculos? Se os vencidos pagarem as reparações de guerra, que se calculam em 130 milhões de libras, tudo se remediará depressa. No caso contrário, Portugal terá de confiar só nas suas fôrças. E tais fôrças não se revelam tão diminutas como alguns supõem.

A fortuna do paíz duplicou. E' certo que a moeda fiduciária cresceu, de 104 milhões, em dezembro de 1913, para 274 milhões, no fim de igual mês, em 1918. Comprovou-se o mesmo inflacionismo papelista por toda a parte,inda nas nacionalidades que se neutralizaram. O acréscimo, todavia, não chegou ao triplo, conquanto se lhe avizinhasse, em 25 de junho de 1919 (296 milhões). Ora os depósitos, em sete bancos, escluindo o emissor, caminharam a passos estugados, de 53.318.000 escudos, em 1913, para 186.378.000, em 1918—ou mais 132.060.000. Os do Banco de Portugal quase quadruplicaram. Eram 338.799.000 escudos, em 1913, e atingiram 1.906.277.000, em 1918. Isto demonstra o prestígio das instituições, provando-nos que os fatores morais excedem, muitas vezes a ressalva das rezervas metálicas.

Diga-se mais que aquele estabelecimento, o Ultramarino, o Portuguêz do Brazil, o Predial, o Montepio Geral, o Portuguêz e Brazileiro, o Lisboa & Açôres, a Caixa Geral dos Depósitos, etc., ampliaram muitíssimo as suas transações e tratam, vários deles, de alargar os seus escritórios. As casas bancárias pululam nos bairros comerciais de Lisboa, do Pôrto, Braga, Setúbal. Surgen novos institutos de crédito—o da Previdência Agrária, o Colonial, o do Crédito Popular, o da Economia, o do Fomento, etc. Incorporam-se diversas emprêzas náuticas. As companhias de seguros enxameiam, indo as suas responsabilidades,

só na secção marítima, em 1917, até 349.816.833 escudos, quando, em 1912, se quedavam na cifra de 45.684.680 escudos. Transferem-se — o *Diario de Noticias*, o *Primeiro de Janeiro*, gazetas a *Capital*, por somas vultuosas. Montam-se grandes hoteis e grandes armazens.

A corroborar os factos descritos, nos fins de outubro, o telégrafo transmitiu-nos estas agradabilissimas notícias:—Os jornais referem-se ao *consortium* financeiro que se acaba de fazer e que reprezenta, na história monetária do mundo, a mais homogénea organização de finanças que já se criou, em qualquer nacionalidade. Todos os bancos e banqueiros de Lisboa e do Pôrto, com duas das maiores companhias, orientadoras das relações financeiras com Paris e Londres, como a Banque de Paris et Pays Bas,—as companhias dos tabacos e dos fósforos,—realizaram um estreito *consortium*, sem escluir nenhuma atividade financeira de Portugal. Entregou-se a chefia ao Banco Ultramarino.

Entre outros negócios, a gerir, destacam-se os seguintes, que vão comunicar ao povo português um enorme desenvolvimento económico e serão, talvez, o início de uma nova era de prosperidades:—A conversão da atual dívida interna, de 3 %, 4 % e 4 ½ por cento, correspondendo a 1903, 1890, 1888, 1889 e 1905, amortizável, em dívida fundada, unificando-se; o aproveitamento do acréscimo das rendas alfandegárias, que sóbem,

hoje, ao triplo das de 1901, fica para garantia da dívida esterna, da mesma forma que já garante o convénio de 1902, cujo capital está de todo consolidado; o aluguel dos ex-navios alemães, que tencionam incorporar á Companhia Portugueza de Navegação; a irrigação do Alentejo; a desipoteca das lezírias sardinhas e ribatejanas; a valorização das quedas de água do Téjo e do Douro, das quais só uma, neste último rio, pôde fornecer a fôrça motora de quinhentos mil cavalos, computando-se as restantes em trezentos mil,—e outros empreendimentos de incomputável alcance.

Pôde-se crêr, portanto, nos inesgotáveis recursos da terra luzónia, nos que se conteem nos dois milhões de quilómetros quadrados, riquíssimos, dos seus domínios transmarinos, e no dinheiro afluido, para as iniciativas portuguêzas, depletóricas procedências. Acreditemos no porvir—e trabalhemos com fé.

I

No brando outono de 1898, realizou-se aqui um congresso da imprensa. Proporcionaram-se aos que vieram do exterior diversas escursões. Miraram os monumentos, em que a nossa "autofagia histórica" se contempla, e saborearam os melhores vinhos da garrafeira nacional. Julio Claretie, um dos muitos hóspedes, num dos brindes, mimozeou-nos com estas frazes:—"Portugal descobriu

o mundo. Mas nós, agora, revelámo-lo á Európa". Parece que, até então, viveramos fóra dessa parte do universo. O pior é que, noutro dia, ouvimos de alguns parlamentares que as nossas tropas partiriam breve para os campos europêus da batalha... Ha motivos, pelo visto, para nós misturarem á Espanha, confundindo-nos entre os seus catórze pedaços antigos, ou para se manter a chácota de que a Európa finda nos Pirenéus.

Já Castelar qualificava, em 1884, de "infame doação", a do rei leonês Afonso VI, "inspirada em idéas e superstições trazidas pelos malditos príncipes da nefasta Borgonha". Dizia-se isto, criticando-se a *História de Portugal*, por Oliveira Martins, a quem o grande tribuno argúiu de pessimista. E, ao concluir, enunciava:—"Encontro no meu espirito a razão da tristeza de Martins. Ele comprehende quanto a sua pátria necessita d'este acôrdo com os seus eternos compatriotas espanhóis, e quão pouco o deseja".

Magalhães Lima, em carta ao *Século*, alvitrou que se constituísse uma missão de propaganda, sem prejuízo dos serviços inerentes aos diplomatas e cônsules. Xavier de Carvalho lastíma que a república esteja sem uma folha especial na França. Paulo Ozório narrou o cazo picaresco dum emissário galês, ao pretender contrariar o germanofilismo no Brazil, propôr que se publicasse, afim de se distribuir ali, uma gazeta em castelhano. Por último, refunde-se a Câmara de Co-

mércio Franco-Portuguêsa de Paris, convertendo-se num Comité Comercial Franco-Português. Simples mudança de rótulo? Crêmos que não. A Sociedade de Estudos Portuguêses, que Xavier de Carvalho fundara naquela capital, morreu de inanição. E a cadeira de estudos portuguêses, na Sorbonne, para que existe a verba orçamentária de 1.080\$00 anuais, e para cuja regência se indigitou o notável publicista Alberto Dauzat, ainda não sabemos se funciona. Paul Adam proclama "o dia de Portugal", numa esplêndida conferência de Bordéus. Gastão Rageot, incumbido pelo ministério dos estrangeiros do seu paiz, recorda ao povo de várias cidades as nossas glórias de outrora. O *Times* e outros cotidianos exaltam a lizura da chancelaria de Portugal. Estadistas britânicos e francêzes gabam-nos o inverossimil desinteresse.

De positivo, porém, pouco se diviza. Precizâmos, é certo, de que nos fortifiquem os fatores morais. Mas, numa época em que a sordicia egoística domina, necessita-se de atingir as coisas práticas. O comité parlamentar de Roma decidiu que se instituissem, vizando a *entente* inteléctiva, diferentes secções, se igualassem os títulos escolares das nações aliadas, se permutassem os professores, se intensificasse o comércio livresco, etc. Sobre este assunto, segundo frizou Julio Dantas, nem sequer nos assegurámos cá dentro. E o convénio com o Brazil, subscrito a 14 de agosto de

1896, salvo erro, completar-se-ia proveitозamente, se ambas as repúblicas abolissem os impostos alfandegários, no que respeita ás obras impressas. A Argentina desde muito que não cobra um centavo pelos livros que lá entram, sejam de onde forem.

Prevaleçâmo-nos, por todas as fórmulas, da hora que nos confrange. Forneçâmos ao jornalismo e aos economistas dados reais, ácérca da nossa vida atual, que lhes ofereçam temas para artigos, palestras, brochuras. Mas a verdade é que escasseiam os elucidários. Os compêndios de corografia e de história, tirante as escréções do estilo, mostram-se de uma insuficiéncia lamentosa. Há bastantes elementos, e bons, mas dispersos. Um volume, no genero da *Geografia e estatistica geral de Portugal e das colónias*, por Gerardo Perí, saído em 1875, supriria essas faltas, uma vez que o Anuário se congelou em 1910. A estatística agrícola, num "paiz essencialmente agricola", só ha pouco principiou a publicar-se com regularidade, o que se deve ao sr. Urbano de Castro. Porque, convenhâmos, tais subsídios informativos teem um objéctivo—ou político ou mercantil. Vindos tarde a lume, passam á categoria dos papeis de arquivo, perdendo o caráter concreto que, de todo em todo, lhes compete.

Carecemos imenso de nos fazer conhecidos. Serão extraordinários os lucros, sob qualquer aspérito que os avaliemos, das palavras bem confor-

tativas que os aliados nos dirigem. Mas cumpre-nos colaborar nessa indispensável emprêza vulgarizadora. Atualizando, por exemplo, e rezumindo, as *Notas sobre Portugal*, que se redigiram para a espozição brazileira de 1908, preparar-se-ia uma série de monografias esclarecedoras, as quais nos permitiriam, sem muito esforço e sem nenhuma retórica, apresentar aos estranhos uma nitida idéa dos nossos ramos de atividade, dos tempos idos, do lugar em que erguemos as tendas...

Suportarão as tabelas do ministério dos estrangeiros tais gastos? Escluzo o das colónias, recentíssimo, é ele quem menos dispende. Consinta-se-nos um paralelo. Em 1864-65, a secretaría do reino consumia 1:522 contos; a da justiça, 512; a da guerra, 3:110; a da marinha e ultramar, 1:748; a das obras públicas, 2:762; a da fazenda, 9:692; a dos estrangeiros, 190. Total, 19:536 contos. Para o exercício de 1916 17, calcularam-se as despêzas desta fórmula:—Interior, 4:245.904\$32; justiça, 1:341.754\$20; guerra, 11:329.775\$26; marinha, 4:031.491\$85; fomento, 3:788.566\$62; colónias, 344.113\$70; instrução, 3:785.947\$94; trabalho, 7:981.898\$70; finanças, 40:303.672\$47; estrangeiros, 609.585\$74. Despêzas extraordinárias, 10.354.627\$11. O total montou a 88:117.337\$81. Nos gastos extra-orçamentais, cabem 22.000\$00 ao ministério dos estrangeiros, elevando a sua verba a 631.585\$74. O acréscimo dos gastos globais subiu a 45 %, em 52 anos. O que

se efetuou com as relações esteriores quedou-se em 33 %.

Também, quando os funcionários das demais secretarías melhoraram de ordenado, os que particularizámos, e que são em menor quantidade, petrificaram-se no que recebiam há muitos anos atrás. As dotações consulares, num modo genérico, persistem no que eram, sem se ponderar que todos os preços se desmediram, quer na Europa, quer na América. Os cónsules de Marselha ou de Liverpool, *verbi gratia*, como os do Pará ou Pôrto Alegre, recebem o bastante para se endividar. Exigem-se a esses representantes de Portugal variadíssimos conhecimentos, cometendo-lhes mil encargos. E, todavia, marcam aos de terceira classe o ordenado anual de 400 escudos, aos de segunda o de 600 e aos de primeira o de 900 escudos. Concorde-se em que se trata de ninharias, pois que, se os compelirem a deixar os seus postos, conforme aconteceu agora a diversos, com a catástrofe mavórcia, ficarão sem o subsídio de residência e, por conseguinte, às portas da miséria. Idêntica situação os aguarda, apozentando-se. E a propaganda ininterrupta, lá fóra, impende-lhes, sobretudo, a êles. Os relatórios dessas entidades, que se não elaboravam há muito, consoante afirmou o sr. Alberto de Oliveira, cônsul geral no Rio de Janeiro, pontualizaram-se, logo que se implantou o novo regime. Estimularam ainda as sessões cívicas, cuidando a valer da sor-

te dos jurisdicionados, que vegetavam no abandono.

Mas, se as emergências da administração interna demandam um plano de conjunto e um sólido *esprit de suite*, as da política internacional pedem, de maneira análoga, uma norma segura. Alcançou-se já um iniludivel triunfo, no conceito dos aliados. Do instável promanam atritos muitas vezes insuperaveis, que, a bem das instituições, se devem prevenir e arredar.

A criação de cadeiras em Boston, Desnerára, Honolulu, para que nelas se lecionem as nossas língua, geografia e história, atesta-nos que as estações ministeriais pensam no espansionismo do nome portuguêz. E' um ótimo comêço, que data do governo provizório, por iniciativa do ilustre dr. Bernardino Machado. A Califórnia (S. Francisco) igualmente reclamaria a presença de um, ao menos, dos referidos professores. Os nossos compatriotas ali rezidentes, sabe-se, contam-se por milhares. Custearão, porventura, algumas aulas dessa natureza, á semelhança do que sucede no Brazil, onde os portuguêzes instalaram gabinetes de leitura, caças de ensino, hospitais, agremiações desportivas, etc. Os centros ou grémios políticos, de par com os gabinetes de leitura, rememoram os feitos pátrios e associam-se ás datas locais, irmanando-as.

O idioma, sem dúvida, como o distintivo mais característico dos povos, o que lhes consagra o in-

dividualismo, deverá merecer ás pessoas, que nos reprezentam além-fronteiras, um zélo atentíssimo. Seria até de incalculaveis consequéncias o instituir-se, aqui, uma aliança ou liga da lingua portuguêza, nos moldes em que atua a da França. Porque, julgâmos oportuno frizá-lo, um dos autores que tem maior número de consulentes no paiz fraterno é o dr. Cândido de Figueiredo, cujos trabalhos filológicos se difundiram, lá, por todos os recantos. Isto certifica-nos qual o aprêço que se vota, no Brazil, ás questões linguísticas, matéria de que nós raro nos apercebemos—e, por isso mesmo, proferimos ou escrevemos, volta e meia, tremendas calinadas,—nos livros e nos periódicos.

As companhias de teatro comprovam-se-nos, também, um belo veículo de propaganda. Mas sob condições—a de as persuadir a escolher ás peças esportativas; a de pôrem um freio ás buundangas das revistas, ou, se lhes fôr dolorozo tamanho sacrifício, que não levem para terras alheias, espungindo-se, as mazélas próprias; a de arranjarem quem fiscalize a sintaxe de alguns revis-teiros e a prozódia dos intérpretes. O teatro, se os nossos dramaturgos e comediógrafos se despissem de mesquinhas emulações, contribuiria muitíssimo, e num gráu poderoso, para que os laços luso-brazilenses se apertassem, sustentando-lhes o indestrutivel vigor. Quizessem-o e não iriam mais para longe uns tantos escárneos da arte cénica.

Nem só os palcos da nacionalidade aniga nos devem, todavia, concitar os talentos teatrológicos. As colónias, dentro de mês no gôzo das suas franquias administrativas e financeiras, provocam-nos, por igual, extremas atenções. Campo virgem, as nossas átrizes e os nossos atores, que de certo não são melhores do que os francêzes, os quais pizam amiude os tablados da Senegâmbia, encontrariam em Cabo Verde, na Guiné, em S. Tomé, Angola e Moçambique, junto dos loiros, a recompensa que vizionam todos que trabalham. Realizariam, por outro lado, uma obra patriótica.

E os *commis-voyageurs*? A sua áção admirável, profundissima em corolários que se não bitolam, conduz os produtos portuguêzes às mais remotas parajens. A maioria, porém, move-se a expensas das firmas estabelecidas nas nações em que exercem o seu labor. Pouquíssimos se deparam, mandados pelos nossos esportadores, que confiam quaze tudo à divina providência—e ao governo, teimando em revesti-lo de virtudes patriarcais. Ele é que tem de pensar e de proceder por todos nós, preguiçozos incorrigíveis. Assim, guindámo-lo a dador de trigo, açúcar, milho, etc., como se lhe pertencesse a cornucópia da fábula. Neste passo, regressaremos ao madraço comunismo de ha vinte séculos. Ditoza gente!

Mas adiante.

Os paquetes da linha do Brazil, prezumimo-lo, encetarão as suas viagens nas primeiras sema-

nas de 1917. Bom seria que a Sociedade de Propaganda de Portugal fôsse aprontando albuns e guias, para que os passageiros os relanceiem a bordo. Imprimam-se indicadores á farta dos nossos colégios, estâncias termais, praias, hoteis dignos de nota, horários das vias férreas, recintos de turismo, estabelecimentos industriais, tráfego marítimo, etc.

Semeemos com afan, se pretendemos colher proveitos. (1)

II

Com o interesse que nos merece tudo quanto se refere á reprezentação de Portugal no exterior, vimos o artigo que o sr. dr. Henrique de Vasconcelos inseriu no *Mundo*, a 30 do mês findo. Muito se tem dito e escrito, no parlamento, nas associações e nos jornais, sobre os serviços diplomáticos e consulares. Uns apodam-os de estéreis, outros exigem-lhes impossíveis. Na maioria dos casos, pouparam-se os plenipotenciários, como se ainda estivesssem na época dos mistérios, e os enviados políticos perante o estrangeiro fossem intocáveis. Os dardos assestam-se, de preferência, aos cónsules. Quem se escuda no critério mercantilista, pretende que êles sejam méros caixeiros. Os examinadores, ao inverso, querem-os na posse

(1) No *Século*, — 7-XII-1916.

de todos os cursos das faculdades universitárias. Ninguem se preocupa do meio termo,—o da virtude. A ordem natural das coisas indica-nos que os agentes consulares, sem o apoio dos seus compatriotas e a simpatia dos paizes em que funcionam, poucos efeitos práticos obteriam. Seja qual fôr o motivo, porém, parece-nos que nem sempre se procede, na sua escolha, de acordo com o seu gráu de cultura, pelo que respeita aos lugares a que os destinam. Quanto aos ministros, manda o protocolo consultar os demais governos, inquirindo se é *persona grata*. Mas os cónsules seguem á revelia para os seus distritos, a cuja vida se revelam, não raro, quaze alheios.

Julga o sr. Vasconcelos que o ministério dos estrangeiros precisa de uma radical remodelação, que a maior parte dos funcionários de carreira se empederniu num espirito obsolêto, que os lá de fóra tendem a burocratizar-se, a transformar-se em mangas de alpaca, que o respérito regulamento se antiquou, a lei orgânica pouco alterou dêsse organismo rotineiro, etc. Dezeja que se criem postos novos e se reforme a secretaria, antes da guerra concluir. O aumento na despêza compensar-se-ia na da receita dos consulados e pelo impulso á matéria esportável. Ambiciona que se concentrem, nas Necessidades, todas as informações prestáveis, que parta dali a dirêtriz esclarecida, que se coordenem os esforços, que se não desamparem os que trabalham bastante, êstramuros, em prol

da pátria, que se paralelizem os labores esternos aos internos.

Tolere-nos o ilustre articulista umas desprendidas objeções, restritas á passagem aluziva aos "manga de alpaca", em exercício no Brazil. Naquelas alturas, mesmo os comodistas, os que suspirassem pela pacatêz do amanuensismo, teriam de renunciar a isso, porque as nossas massas emigratórias não admitem o mandarinesco *savoir vivre*. Aqui, poucos se capacitam do papel que os reprezentantes consulares da nossa terra desempenham na terra irmã. Ha distritos que abrangem 2.085:000 quilômetros quadrados, como o do Amazonas, acrescentando-lhe os departamentos do território do Acre. O do Pará estende-se por 1.149:000; o do Maranhão, incluindo o estado dêsse nome, os do Piauí e do Ceará, alonga-se por 795.660; o de Pernambuco, metendo este, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Alagoas, por 317.000; o da Baía, com Sergipe, por 465.000; o do Rio de Janeiro, compreendendo este estado, o do Espírito Santo e o distrito federal, por 113:394; o de Minas Gerais, com o de Goiaz, por 1.324:000; o de S. Paulo, com Mato Grosso, por 1.668:000; o do Paraná, com Santa Catarina, por 255.000; o do Rio Grande do Sul, enfim, por 236.000.

Ora o nosso povo dissemina-se por todas essas imensidões. Os cónsules, nas suas áreas, teem que rezolver de pronto um sem-número de cazos

comuns, e alguns extraordinários. As enormes distâncias, e a relativa escassêz de transportes, não lhes dão margem a pedir conselhos ao ministro, nem ao embaixador, nem ao cônsul geral, cujo título se conserva honorífico, pois se não aplicam os dispostos da lei orgânica. Vindo o novo regime, a labuta quadruplicou, já nos informes oficiais, já no carinho que se dispensa aos nossos compatriotas, dos quais, os infelizes, quase não tinham quem lhes acudisse. Avigorou-se o culto cívico. Os próprios relatórios, apesar das obrigações regulamentares, haviam caído em desuso, em muitos distritos. Os que cumpriam o seu dever limitavam-se á secura dos gráficos, sem uma palavra esplícata ou comentadora.

Respondendo á pergunta dum jornalista, que o entrevistára em setembro de 1913, o respeitável embaixador portuguêz esprimiu-se desta forma, sobre os nossos cônsules na república irmã:— “Necessário se torna que, em Portugal, se conheça melhor o Brazil. Até sou de opinião que só se deveria dar um consulado a quem já tivesse vivido aqui e conhecesse o paíz suficientemente. Em Portugal, não se faz idéa do que é o Brazil; daí as nomeações, ás vezes erróneas, que se realizam. Insisto com os homens que nos governam, sobre as medidas a tomar, quanto á nossa representação nesta nacionalidade. Mas êles n̄ me acreditam, porque o desconhecem”. Tais frases indicam, a primor, o caminho a trilhar, pelo que

se refere á escolha dos nossos cónsules numa nação a que tudo nos identifica—a língua, as raízes étnicas, os vínculos de família, os costumes regionais, que se confundem até nas lutas políticas.

As responsabilidades que tão alta soma de circunstâncias confere aos reprezentantes portugueses nas unidades federativas, em face dos poderes estaduais, divergem imenso das que surgem noutras partes. Deparam-se-lhes questões, a cada instante, em que a destrinça dos interesses de ambos os embaraça devéras. De que maneira obviar ás inconveniências da nossa ignorância ácerca das coizas brasileiras?... Determinando, porventura, que os nomeados façam um estágio na séde consular do Rio. Outro mal promana da pequena demora nos distritos. Alguns ha que embarcam, parece-nos, com bilhete de ida e volta. Em rezumo, as maiores cautelas serão poucas, quando se outorgar carta-patente aos reprezentantes de Portugal no Brazil. Por outro lado, instituindo-se, no ministério dos estrangeiros, conforme os intuitos do ilustre dr. Augusto Soares, um serviço de propaganda mútua, ou seja do Brazil em Portugal e de Portugal no Brazil, os cónsules que aspirassem a ir para ali poderiam tirocinar desde já, estudando de perto os problemas cardiais da pátria amiga. Um pouco de senso prático bastaria para discernir, naquelas vastíssimas extensões, os élos que nos ligam e a que nos estrei-

ta uma intermina cadeia de aféitos. E depois, mapa na déstra, provêr-se-iam de vários volumes de geografia, história, literatura, etc.

Falqu o sr. Vasconcelos nas dotações, apetecendo-lhes a melhoria. Distingâmos, mas reparando-se em que, transcorridos quarenta anos, como se deduz do seguinte quadro, aluzivo a 1876, as dotações se conservam quaze as mesmas:—Pelo ministério dos negócios estrangeiros, gastou-se a quantia de 103:500\$000 réis, com o corpo diplomático, 2:400\$000 réis, com as condecorações, 54:380\$924, em despêzas eventuais. A legação portuguêza em Londres levava ao estado 12:800\$000 réis; a de Madrid, 11:000\$000 réis; a de Paris, 11:800\$000 réis; a do Vaticano, 11:000\$000 réis; a da Itália, 9:500\$000 réis; a do Rio de Janeiro, 17:000\$000 réis; a de S. Petersburgo, 4:500\$000; a de Washington, 5:500\$000; a de Bruxelas e a de Haia, 5:400\$; a de Viena e a de Berlim, 5:500\$; as de Estocolmo e Copenhague, 4:000\$000 cada uma.—Os consulados dispendiam a soma de 59:160\$000 réis. O consulado do Rio de Janeiro destinava ás despêzas de material e expediente a verba de 11:000\$000 réis. O rendimento dos consulados de 1^a. classe, no Brazil, Inglaterra, Tânger e Paris, no ano económico de 1874-1875, foi de 108:859\$454 réis.

Discriminem-se os paizes em que o custo da vida, nos tempos normais, claro, se manifesta mais onerozo. E, dentro dêsses paizes, as zonas

onde a carestia se eleva ou esbate. No Brazil, por exemplo, os objétos vendidos no Pará e no Amazonas subiram a quantias fantásticas. O aluguel das caças chegou a preços incríveis. Mas agora, descendo o valor da borracha, diminuiram bastante, reduzindo-se o "trem" a quaze metade. *Malgré tout*, a maioria dos géneros essenciais reclama bastante dinheiro. Seria justo, por isso, que se acrescessem as verbas de rezidéncia e de material. O mesmo adiantaremos sobre Pôrto Alegre a que se distribue um mínimo, e S. Paulo. Verifica-se o mesmo facto em algumas legações, entre as quais apontaremos a de Buenos Aires, que jurisdiciona os patricios moradores na Argentina, Uruguái, Paraguái e Chile. Nem sequer lhe resta com que pagar um amanuense. E' essa uma das legações consulares. Não se percebe, efetivamente, que se apartassem os plenipotenciários dos assuntos de caráter económico, os primordiais.

O programa republicano de 1891, redigido por Teófilo Braga, honra e orgulho da nossa civilização, suprema figura moral e mental, invulnerável á dentuça dos ricardos, prescrevia que aquelas legações se convertessem, logo que se triunfasse, em consulados. E assim se executou, chamando-as ao terreno das realidades e tirando-lhes o feitio decorativo. O Brazil, de que muito dependem os nossos produtores, embora se refundissem os distritos consulares, em 1914, alargan-

do-os, por iniciativa do sr. dr. Bernardino Machado, carece de agentes do quadro em Santos, o segundo pôrto daquele paiz e onde labora um grande enxame de compatriotas. Ainda no território paulista, conviria que houvesse cónsules de carreira em Ribeirão Preto, o empório do café, por onde tranzitam 33 comboios diários, e Campinas, onde moirejam 12.000 portuguêzes. Os nossos bens urbanos concretizam-se, ali, em 140 milhões de escudos. Diversos vice-consulados solicitam subsídios, e razoável seria concedê-los aos de Niterói, capital do estado do Rio, cidades do Rio Grande do Sul, Pelotas, Cuiabá, capital de Mato Grosso, etc. Não se deve olhar apenas aos proveitos diretos, porque os indirétes—20 milhões de escudos anuais, pelo menos, em remessas dos colonos—são mil vêzes maiores. Olvidam os que nisso matutam os elementos éticos, que sobrelevam quaisquer outros. Se tal não sucedesse, os emissários políticos, junto das nações estranhas, deviam reputar-se absolutamente inuteis. (1)

III

Radicou-se o hábito, muito de acordo com o nosso feitio de “vencidos da vida”, de adiar a solução de todas as questões para depois da guerra, a qual nos apanhou inteiramente descalços, em

(1) No *Mundo*,—10-XII-1916.

quaze tudo. Confiando a marcha de maior parte das coizas ao acazo, embalavamo-nos em sonhos côn de roza, quando o cataclismo nos bateu á porta. Encolhemos os ombros, e esperámos que o governo—o “Deus super omnia” do estilo—cogitasse e decidisse pelo paiz.

O atual epízódio dos transportes, problema em que ás classes produtoras cumpria intervir, logo que o estado se apossou dos navios alemães, revéla como andâmos sempre ás aranhas, no que respeita á vida económica. Completa-se um ano que tal se deu, e parece que só ha dias se passou isso. De quem é a culpa ? Se é grande, pelo que alude aos que mandam, não é menor a do povo, que adormeceu sôbre o assunto. A república, sendo um regime de opinião, deve agitar sem tréguas as questões relativas á existéncia colètiva. Mas não. Só quando troveja nos pegâmos a Santa Bárbara.... E as consequéncias aí se patenteiam, nuas e cruas, ameaçando tolher os passos da nacionalidade, quando tanto carecemos de a reerguer aos olhos do mundo, por um trabalho pertinaz, construtivo, que nos ressarça dos males trazidos pela catástrofe.

Ha uma secretaría a quem incumbe velar, em especial, pelo renome portuguêz lá fóra—a dos negócios estranjeiros. A palavra “negócios” envolve um sentido práctico, inda que as peias burocráticas o desnaturem. Cremos, porém, que se nutre o desejo de se entrar de vêz no caminho da

política económica, que as novas instituições preconizaram, ao implantar-se, pela voz do eminente sr. dr. Bernardino Machado.

Lêmos que o ilustre ministro dos estrangeiros tenciona propôr ao congresso algumas modificações á lei orgânica de 1911. Trata-se, como se vê, de um estatuto bázico. Já diversos diplomas, aliás, o alteraram,—tais a lei n.º 241, de 16 de julho de 1914, a n.º 29-C, de 30 de junho de 1912, retocada pela de igual data, em 1915, a n.º 223, de 30 de junho de 1914, o decreto de 18 de dezembro de 1913, os de 7 de março, 18 de julho, 18 de agosto e 16 de novembro de 1914, o de 13 de dezembro de 1913, as circulares de 28 de janeiro de 1914 e 4 de janeiro de 1915, as leis n.º 418, de 31 de agosto, ns. 437 e 448, de 15 e 18 de setembro, todas tres de 1915, o dec. n.º 355, de 9 de março de 1915, etc. Conviria aproveitar o ensejo e corrigir o lapso do art. 71, § 4º., onde se fala das legações e consulados da América do Sul, Ázia, África e “América”. Quiz-se dizer Oceânia, talvez.

Consta que, além de se intercalarem essas mudanças, o sr. dr. Augusto Soares, num dos seus projétos, garantirá de modo mais equitativo os funcionários, ora melhorando as aposentações aos que se acham com 70 anos e mais de idade, ora marcando as escalas por que se encete, daqui em diante, a peregrinação esterna. Corre ainda que se instalarão novos consulados de carreira no

Brazil, entre êles os de Santos e Mato-Grosso, indiscutivelmente necessários, na América do Norte, na Austrália, na Itália, paiz em que portos da relevância dos de Génova e Nápoles não contam um único reprezentante da república. Só ha que enaltecer essas patrióticas iniciativas do distinto diplomata.

Quanto ás verbas consulares, bom seria que se elucidasse o que atine á de material e expediente. A circular nº. 74-C, de 10 de setembro de 1915, determinando que fique metade do subsídio de rezidéncia para os substitutos dos cónsules, os quais apenas auferiam um têrço, quando estes se licenciavam, poderia estender o principio, deliberando que lhes competisse metade da importância que se consigna ao material, em condições idénticas, ou seja quando os serventuários efetivos se auzentassem dos seus postos. Ajustar-se-ia, assim, o art. 48º. da lei orgânica ao art. 6º. da lei de 12 de junho de 1912, mas precisando-se, à bem da claréza—e das contas.

Aludimos, atraç, aos negócios. Um telegrama, ha pouco, transmitiu que a Rússia planeava a constituição de um governo em que cooperassem os "homens de negócio". Desvirtuar-se-ia, ali, o papel dos dirigentes politicos? Ninguem o imaginará, mesmo porque o mistér comercial deixou de ser o que era dantes,—um estigma, consciente o parvo entender dos peralvilhos. Melchior de Vouillé, no seu espléndido livro ácérca do romance

moscovíta, demonstrou que o espírito do império dos tsares os impregnava dum misto de idealismo e realismo, predominando esta sobre aquela qualidade. Os objetivadores deslocariam agora, porventura, os lunáticos? Mas não foi sómente em Petrogrado que se reconheceu a urgência de operar uma radical mudança nos processos administrativos. A Gran-Bretanha concentrou o serviço das suas 23 pastas ministeriais em cinco dos seus responsáveis, formando o "gabinete reduzido". A França, que tinha 17, procedeu de forma análoga, e a Itália, com outros tantos, seguiu-lhes ou vai seguir o belo exemplo. Verificaram que o sistema do empata, muito agradável à nossa indoléncia, atrofiava as melhores tentativas, impedindo uma ação enérgica e rápida.

A guerra, nesta época materialona, exibe-se-nos, decerto, como um negócio. Mau, sem dúvida, para os que mergulham no sorvedouro, sacrificando-se para sempre,—pessoas ou nações. Bom para os que tripudiam por cima de cadáveres. Apreste-se Portugal, portanto, e desde já, afim de prevenir os estragos inevitaveis, aparando-lhes os agudíssimos golpes. Devemos esperar o pior.

Ora a secretaria dos estrangeiros tem, entre os seus corpos consultivos, um conselho do comércio exterior, uma comissão do fomento esportativo, outra da ação económica contra o inimigo. Enquanto a secretaria do fomento se não transforma em secretaria ou ministério do comércio,

abrangendo a agricultura, indústria, etc., poderiam aqueles tres organismos fundir-se num unico, mas sèctionando-o. Funciona ali a direção geral dos negócios comerciais e consulares. Ampliando-se-lhe as atribuições, preencher-se-ia o escopo em vista. Sabe-se que trabalha na França, com plena autonomia, embora se subordine á pasta respetiva, um *office national du commerce extérieur*. Distribue os seus labores por quatro vastas repartições, subdividindo-as em sècções.

Dentro da estreitèza dos nossos recursos orçamentários, e quando se não pudesse desmembrar aquela direção geral em duas, por incompativel com os apertos do costume, e ainda sem acréscimo de gastos, se se recrutassem funcionários nos outros ministérios, não seria difícil montar duas repartições que se encarregassem da propaganda, publicando uma *Folha de informações*, semanal, onde se incluiriam as tabelas do que importâmos e esportâmos, mediante as notas fornecidas pelos cónsules portuguêzes na Európa, Estados Unidos e no Brazil; um *Boletim comercial*, o que existe, mas atualizando-o na medida possível, em que se reuniriam a matéria da *Folha de informações*, os relatórios consulares, os atos das secretarías de estado que se relacionassem com a vida económica, desenvolvendo-se a parte brasileira, por ser a que mais de perto nos interessa. Obedecendo á carta geográfica, organizariam monografias, manifestamente sobre as nações a que

se destina a emigração portuguêza, mapas das mesmas, guias do colono, anuário dos portuguêzes no estrangeiro, etc. A segunda repartição, também com duas seções, ocupar-se-ia de inquéritos agrícolas, industriais e comerciais; de pesquisas relativas à honorabilidade mercantil, interna e externa; das câmaras de comércio que os nossos compatriotas abrissem lá fora; do registo de esportadores, indicação e procura de mercados dos agentes de venda; de exposições; do confronto das nossas estatísticas com as dos restantes países; das pautas e serviços alfandegários; dos transportes terrestres, fluviais e marítimos; da legislação económica.

Objetar-se-á que se trata de uma duplicata de encargos. Errará quem o julgar, porque o ministério dos negócios exteriores deveria possuir todos estes serviços—para corresponder de pronto ao que lhe solicitam os demais governos. E'-lhe indispensável, comprehende-se, a colaboração dos outros ministérios, como acontece ao das finanças. Mas não prescinde, numa faze como a que se desenrola, e cujas exigências se intensificarão após a guerra, dos instrumentos de consulta e de informe que citámos, atendendo a que a chancelaria não pode retardar o seu influxo perante os estranhos. A despêza a realizar parece-nos que seria pequena, se, repetimo-lo, se adissem os suficientes funcionários das outras secretarías, conforme as especialidades, á dos estrangeiros, como

se fêz com a contabilidade. O seu quadro interno é diminuto, apesar de avultarem os burocratas civis em Portugal—uns 16 mil.

O departamento francês a que nos referimos, e que se estabeleceu a 4 de março de 1898, acentuou que as esportações daquela república se elevaram de 3 510.900.000 francos, nesse ano, a 6.076.900.000 em 1911, data do relatório que compusmos. Não se atribuem os diretores do "office" o exclusivo mérito de semelhante impulso. A verdade, porém, é que a sua ação concorreu muitíssimo para os efeitos que se assinalam. Alguns factos:—A correspondência, que fôra, em 1907, de 66.025 números, chegou a 130.093, em outubro de 1912. As comunicações verbais subiram, no mesmo prazo, de 17.733 a 25.313. A "Folha de informações" espalhava-se, em 1911, por 1.320 "gares". Dos "dossiers commerciaux", tiraram-se 113.090 exemplares. Em 1911-1912, espediu 20.986 fichas sobre a respeitabilidade comercial, sendo 11.430 boas, 3.844 passáveis, 3.899 duvidosas, 1.813 más.

Seria praticável uma organização deste gênero entre nós? Supomos que sim. Urge substituir as peças carcomidas e trocá-las pelas que melhor se adaptem à situação que o conflito universal nos criou. Escorregâmos em cascas de laranja, enredando-nos, para séculos, numa chusma de problemas que persistimos em tornar insolúveis —vinhos, trigos e pão, azeite, cascara, carvão, transportes, etc., etc. E agora surge mais um,—

o da lista negra no Brazil, que não apareceria, se a tempo houvessemos encetado a linha de vapores para ali. (1)

IV

Lêmos, com a simpatia devida, a interessante entrevista que o nosso antigo camarada na imprensa, sr. Melo Barreto, facultou á *Manhã*. Tencionavamos enviar-lhe um abraço, quando saisse a segunda parte prometida. Mas, tendo tardado, e sendo já do público dominio o projéto remodelador do ilustre sr. ministro dos estrangeiros, não fará mal que cavaqueemos uns minutos.

Começa o sr. Melo Barreto por salientar a enorme vantagem de se haver constituido um só corpo de funcionários, quando o venerável dr. Bernardino Machado promulgou a lei orgânica de 26 de maio de 1911. O certo, porém, é que a força do preconceito pôde mais do que esse critério fundamental e, até hoje, com raras exceções, o quadro ministerial apenas se uniformizou na tabela dos honorários. Os que estavam nas legações por lá continuam a locomover-se, acontecendo o mesmo aos que se encontravam nos consulados. Não permutaram. E' que os diplomatas se conservam imóveis, como lembrou o parlamentar italiano Alfredo Petrillo, de que o dr. Henrique de Vasconcelos referiu as seguintes palavras:

—Observai este fenómeno de sobrevivência:

(1) No *Século*, —de 18-II-1917.

tudo mudou no mundo, tudo é mutável, salvo a diplomacia. A do século XX é idéntica á dos séculos XIX e XVIII.

Qual a fórmula de lhe desemperrar os gonzos ? Por que modo infiltrar-lhe o espirito novo, o espirito vivo das nações que reprezentam ? Substituindo-os pelos que se fizeram na secretaría ou pelos que se educaram nos distritos consulares ? Os da secretaría, ponderando-se as uzanças amanuensais, que amortecem as melhores iniciativas, definhando-as entre montanhas de papelório, essas levar-lhes-iam uma temperatura de estufa, quando se exige um contacto direto e perseverante com os grandes centros da laboura, da indústria, do comércio. Suprirão os cónsules as deficiéncias que se apontam ? Talvez, escolhendo-os. O seu número é muito maior do que o do funcionalismo interno. Provém disto a facilidade em recrutar elementos—o que não significa, em nenhuma hipóteze, que inexistam na secretaría.

Uma simples amostra evidenciará as desarmonias. No gabinete do ministro, ha onze pessoas ; na direcção geral dos negócios políticos e diplomáticos, outras onze; na direcção geral dos negócios comerciais e consulares, döze. Ao todo, 34. Na diplomacia, compreendendo um embaixador, dezasseis chefes de missão, dez primeiros secretários, oito segundos e tres terceiros, apuram-se 38. Nos consulados, temos döze de primeira, trinta de segunda e cinco de terceira classe, ou se-

jam 47. Escluindo os dirétóres gerais, os chefes de repartição e sècção, que somam onze, ficam 23 empregados disponíveis na secretaria, aptos a partir, de um momento ao outro, para os consulados ou legações.

E quem os revéza ? Pensa-se em obrigar os cónsules e os secretários de legação, após uma dada permanéncia lá fóra, em vir prestar serviço no quadro interno. A medida seria magnifica, se se pudesse instituir a periodicidade dos turnos, sem injustiça vizivel. Parece-nos, entanto, que se tropeçará num obstáculo—o de haver sómente aqueles 23 lugares de primeiros, segundos e terceiros oficiais, a que juntaremos os de cinco chefes de repartição e três de sècção, no total de 31. Ora os 47 cónsules e os 21 secretários oferecem-nos o *totum* de 68. Deslocar-se-ia, assim, metade em cada ano, ou de triénio em triénio. E o gasto das viajens ?...

Em téze, o alvitre apresenta-se-nos mais do que aceitável. Mas, enquanto se não viabiliza, poder-se-ia determinar que, depois do prazo precizo à praticajem burocrática, os empregados frequentassem uma nova escola—no Rio de Janeiro, em Londres ou Xangai,—conforme recomenda o sr. dr. Augusto Soares, na base 9^a. do seu projeto de 29 de março. A esperiéncia é a melhor ciéncia. Já Camões no-lo ensinava. O princípio da escala, para se promoverem os cónsules, arrancará aplausos ás consciéncias equânimis. Evitar-se-á desta

maneira o arbítrio. Ha secretários e cónsules que se abandonam a um cruel ostracismo e outros que se deleitam em constantes passeios, a espensas do tezouro, e que, máu grado isso, sobem sempre e abicham os lugares a que fazem jús os mais dignos, pelo seu assíduo labor e pela provada inteligência, ora nos relatórios, ora nas atenções que alcançam para o paiz, ora nos empreendimentos individuais. Organize-se uma rigorosa tábua de valores, separando-se o trigo do joio. A proposta, pela sua larguêza de vistas, que importa numa transformação completa, procurando introduzir energia no mecanismo do ministério, decerto provocará alguns debates no congresso e nos jornais. Dividem-se os trabalhos com outra equidade, criando-se uma repartição de negócios ultramarinos e outra de informação e propaganda comercial, o que demonstra a necessidade, ha muito reconhecida, mas agora inadiável, de prover aquela secretaria dêsses indispensabilissimos órgãos. Os problemas económicos, que atearam o atual incêndio bélico, só se estudam ali por intermédio de corporações consultivas, compostas de técnicos, as quais se dispersam numa ação quaze sempre dúbia. Obter-se-á dêsses homens autorizados um inestimável concurso, no dia em que as estações oficiais se resolverem a executar o que êles sugerem. Mas, para que tal se verifique, convém que a burocracia se especialize um tanto nos assuntos, perdendo o feitio automático.

O perspicaz estadista suprime, na sua proposta, as legações consulares do Panamá, compreendendo esta república, as de Costa Rica, Colónbia e Venezuela, e a de Guatemala, com Nicarágua, Honduras e S. Salvador. Instala-se, compensando, um consulado na Venezuela. Seria mais razoável manter dois, nos países da América Central e nos do noroeste da América do Sul. O de Hong-Kong, que se planeia, torna-se uma redundância, porque se custeia o de Cantão, a duas horas daquela possessão britânica, e Macau acha-se defronte !

Julgâmos preferível estabelecer um de carreira em Singapura, atentas as circunstâncias especiais do seu movimento, montando um na capital do arquipélago da Sunda e outro na Austrália, consoante se tentou no governo provisório. Olhemos quanto antes para o Pacífico, chamado a um papel de relevo, num futuro bem próximo. Parecemos também desnecessários o da Corunha, a dois passos de Vigo, e o de Montevidéu, a não ser que se pretenda remunerar, como de rigor, os altos serviços do prestante cidadão que o gere.

Outro ponto—o da classificação dos consulados... A proposta referida reparte-os em grupos, colocando no primeiro todos os da Európa, salvo os da fronteira, os de Tanger, Pretória, Cabo, Durban, Montevidéu, Venezuela, Xangai. Será justo aduzir-lhes os do Rio de Janeiro, S. Paulo, Nova Iorque, Boston, S. Francisco da Califórnia,

passando para o segundo Montevidêu, Venezuela e Durban. No grupo seguinte, figuram Bombaim, Cantão, Hong-Kong, Bangkok, Honolulu, Baía, Belo-Horizonte, Coritiba, Caza Branca. Convirá transferir para êle os consulados de Santos, Pernambuco, Pará e Manáus, cuja importância não é preciso encarecer. Ficariam no terceiro grupo os de Aiamonte, Badajós, Cáceres, Corumbá, Salamanca, Boma, Zanzibar, Demerara, Singapura. As primeiras nomeações deveriam fazer-se para os dêste grupo e após a frequéncia das escolas de tirocínio.

Cria-se, enfim, no Brazil, mais um posto consular do quadro: o de Santos. Anexando-lhe o de Mato Grosso, estado de assombrosos recursos, e onde labuta uma apreciável massa de compatriotas, que remetem vultuosas quantias á Cruz Vermelha e á Cruzada das Mulheres Portuguêzas, todos os mês, a terra irmã contaria dôze consulados, superintendidos por funcionários que se deveriam selecionar, e que patenteariam á pátria de tantos vultos notaveis a profunda estima que o novo regime lhe consagra. Destarte, as áreas dos distritos satisfariam inescindivelmente as necessidades impreteríveis da nossa reprezentação e da geografia brasileira. Cumpre a Portugal restringir as suas legações. E, se as conveniências politicas o inibem de efetuar semelhante ato, reflita-se em que de se multiplicarem os postos consulares e os agentes comerciais, que sustentem ou

conduzam mostruários a toda a parte, colaborando com os caixeiros-viajantes, dependerá por muito o porvir do espansionismo económico da nação —o que equivale a dizer da sua independéncia integral. (1)

V.—O intercâmbio mental

No *Século*, edição da noite, João Braz, júnior, discreteia ácérca duma cadeira de estudos brasileiros, que a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa decidiu estabelecer, e que o congresso criou, na sua última sessão. Dispôz o respetivo decreto que reja essa cadeira, em regra, um brasileiro de "reconhecida competéncia". Parecem-nos tão vagos tais termos como largas as matérias que formam aquele ensino, mais próprio dum curso, segundo esclarece, com perfeita justiça, o referido articulista.

Ha uma necessidade impreterivel, sem dúvida nenhuma, de assentar em bases duradouras os laços intelètuais das duas nações. Não se concebe, de facto, que semelhantes vinculos não existam, colocando-nos na penosa situação de ignorarmos quaze tudo quanto respeita aos produtos literários da república irmã. Passa-nos despercebida, em absoluto, a sua vida mental, o que nos leva a supor que os seus homens de espirito e a sua massa ledóra ainda hoje se prendem aos livros inócuos. A média da cultura elevou-se muito, sobre-

(1) Na *Manhã*,—de 15-IV-1917.

tudo onde funcionam escolas superiores. O Rio de Janeiro, S. Paulo, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, a Baía, o Recife, Belem do Pará, etc., constituem meios académicos de relevância, em que todas as correntes científicas e filozóficas se espõem e debatem.

Não faltam ao Brazil homens capazes de assumir a regência daquela cadeira. A' hora em que o *Século* circulava, falavamos sobre o mesmo assunto com o decâno da Faculdade de Letras, e que é tambem a nossa maior personalidade intelectual, mencionando, entre outros, os nomes de Oliveira Lima, antigo aluno daquela faculdade, Rocha Pombo, Bazilio de Magalhães, que julgámos no caso de ser investidos no cargo de que se trata. Seria preferivel, todavia, organizar um curso á maneira do que o ilustre dr. Betencourt Rodrigues conseguiu que se efetuasse na Sorbonne.

E', na verdade, vastissimo o programa que se assinala a um só professor, obrigando-o a lecionar—etnografia, geografia, história social, economia, literatura, arte. Os elementos necessários para o estudo em questão superabundam,—em obras de autores nacionais e estrangeiros, e nas revistas dos institutos arqueológicos, geográficos, históricos, do Muzêu, do Arquivo, das bibliotécas do Brazil. Resta metodizá-los.

A cadeira ou curso, já lembrado pelo indefeso dr. Sobral Cid, em 1914, quando geriu a pasta

da instrução, no ministério da prezidéncia do respeitável dr. Bernardino Machado, essa cadeira ou curso, diziamos, orientaria o que concerne ás relações intelètivas dos dois povos. Concretizariamós, assim, o intercâmbio espiritual de ambos os paizes, ainda agora afastadíssimos, num campo de interêsses igual ou superior ao mercantil. Não materializemos demais os afetos que nos ligam á estensa nacionalidade. Um grão de poezia nunca fará danos a ninguem, nas lides cotidianas. E esse grande sôpro de idealismo deverá encaminhar-nos a uma realidade plena, neste problema imprescritivel.

Preceitua-se no decreto que se convidem ou consultem os eruditos e pensadores brasileiros em evidéncia. Prefigura-se-nos, porém, bem mais práctico dirigir a consulta á Academia de Letras, uma vez que não ha, ali, uma faculdade análoga á das universidades de Lisboa ou de Coimbra, em que se ventilem as disciplinas aludidas. Não crêmos, no entanto, que derivem de tal "démarche" bons rezultados, não pela recompensa monetária, mas pela mudança de rezidéncia que o magistério trará. Opinariamos pelos cursos temporários, com permuta dos nossos catedráticos, os quais iriam prelècionar ao Rio, na Escola de Altos Estudos, prestes a instalar-se, ou em qualquer outra.

Desta forma, aplanar-se-ia o terreno para o inicio duma nova época, no ensino universitário

e tecnológico de Portugal. Entrelaçariamos, nos seus programas e depois nos liceais, os assuntos relativos ao Brazil,—nação que os professores e publicistas de cá poderiam vizitar amiude, afim de o vêr e sentir de perto. (1)

Um telegrama de hoje, 4. comunica-nos a bela notícia de que o engenheiro Miguel Calmon aceitou a designação que dêle fez a Academia Brazileira de Letras, para a regência do curso relativo á república irmã. Após a recusa do ilustre crítico, sr. José António de Freitas, que se educou aqui e aqui vive ha longos anos, muitos recearam que se não deparasse, no Brazil, quem se quizesse incumbir do espinhozo cargo. Porque o certo é que raros se sujeitariam á tacanhice de setecentos escudos anuais, o magro estipêndio concedido aos catedráticos da Faculdade de Letras de Lisboa. Nas escolas universitárias do paiz amigo, a média mensal dos honorários, aos professores, anda por 266\$56, ou sejam próximo de 3.200\$000, no ano.

Estava nisto a parte fraca. Mas, publicando umas linhas ácérca do assunto, aventámos que se não deixaria de obter quem se encarregasse da citada regência só por semelhante embaraço. E

(1) No Século,—de 17-VII-1916.

não nos iludimos. O dr. Miguel Calmon reune, realmente, aos seus invulgares dotes de homem instruído, o de se achar em razoáveis condições de fortuna. (1)

Antigo secretário da agricultura, no estado da Baía, cujo governo o comissionou para percorrer os principais centros produtores da América do norte, da Oceânia e da Ásia, ministro da viação, antes dos 30 anos, no quadriénio Afonso Pena, representando a sua terra, várias vezes, no congresso federal, imprimiu o magnífico livro "Questões económicas", apresentou e defendeu, no parlamento, o projeto de se montar um instituto que aparelhe mestres para os liceus e escolas superiores, promovêu e conseguiu que se realizasse, com brilho, há dois ou três meses, uma concorrida assembléa algodoeira.

Conhecendo, de teoria e por experiência, os magnos problemas de que promanará o progredir

(1) O *Jornal do Comércio*, do Rio, estampou esta ofoméride, em 1919, da Academia Brasileira de Letras:—"Na mesma data (2 de novembro), em 1916, prezide Rui Barboza. O sr. Filinto de Almeida fundamenta a indicação do nome do sr. Miguel Calmon, para regeir, na Universidade de Lisboa, a cadeira de estudos brasileiros, de acordo com o convite que o governo português dirigiu à Academia. A indicação é unanimemente aprovada, pedindo o sr. Afonso Celso que se registe, por estenso, na ata. São lembrados também os srs. Oliveira Lima, José António de Freitas, Graça Aranha e Magalhães de Azeredo, para fazerem, em Portugal, uma série de conferências sobre o Brazil".

estável da sua pátria, encarando-os como parlamentar, como administrador e como pedagogista, abre-se-lhe um dos mais fecundos porvires, em qualquer dessas esferas de trabalho. Com 40 anos incompletos, claro que pôde pretender altos destinos, pois lhe sobram as qualidades morais e mentais para os atingir. Operando um hiato na sua carreira política, testemunha a Portugal a maior das considerações, facto que os poderes constituidos do nosso paiz, inegavelmente, hão de reconhecer.

As disciplinas de que se comporá o curso—etnografia, geografia, história social, económica e financeira, literatura, arte—teem no dr. Miguel Calmon uma indiscutivel capacidade. De cultura complexa, espirito maleável, adaptar-se-á depressa ao novo “métier”, o que dará lustre á faculdade e proveito aos alunos.

Seria bom que as aulas se inaugurassem nesta época lètiva. Mas, tornando-se impossivel encetá-las agora, convirá que se aprestem as coizas de modo a não cair no olvido a espléndida iniciativa. O dr. Alberto de Oliveira, nosso cônsul geral no Brazil, pediu á Academia de Letras, com séde no Rio, que apelasse para as congêneres dos diversos estados e para os editores, instando no propósito de oferecerem á faculdade os livros dos escritores brasileiros, vivos ou mortos. Assim, organizar-se-á aos poucos uma biblioteca própria.

que sirva de consulta aos discípulos. O ativo funcionário tem dispêndido intensos esforços, no fito de se efetivar esta obra de concórdia intelectual, cuja eficácia é inútil encarecer.

Alberto de Oliveira, poeta de centelha e produtor de cunho, compreendeu a valer o alcance da profícua tentativa da aproximação literária dos dois povos afins. Agindo naquele meio vasto, sentindo-lhe os anseios insopitaveis da "marche en avant", inteirou-se de que nós ficariamos para traz, se a tempo não estreitassemos ainda mais os íntimos élos que nos identificam ás gentes que labutam além Atlântico, senhoras do seu território e da sua bandeira, perante as lutas modernas. Compenetrou-se de que tais laços precisam de revestir um caráter menos grosseiro do que o em que a monarquia sempre os envolvêu.

Estranha Alberto de Oliveira, e com profundos motivos, que em nenhum dos ministérios portuguêzes exista uma repartição consagrada aos negócios do Brazil,—“dentro de cujas salas se contrem especialistas, atentos a estudar e a acompanhar, passo a passo, a vida brasileira, em todos os seus aspéritos, e a rezolver as questões políticas, económicas, sociais, intelectuais, jurídicas, a cada instante suscitadas pelo entrelaçamento contínuo dos nossos interesses”. Lastime-se devéras essa imensa falta. Mas a dezídia vem de longe—e o novo regime, em tão curto espaço, assoberbado por mil obstáculos, se ainda não a sanou, alimen-

tâmos a esperança de que a sanará. Impõe-o a força das circunstâncias—e a patriótica fundação do curso referido. Impõe-o também a insciência formal, em que permanecemos, de tudo quanto atine às coisas brasileiras. Lá, e outros lugares, acontece o mesmo, pelo que nos respeita.

Como obviar a esse desconhecimento mútuo? Mandando, amiudadamente, às plagas sul-americanas emissários de vulto, que façam palestras nas cidades populosas. Tomem-se por tema os conspéitos, “verbi gratia”, da hora que atravessámos, relacionando-os às manifestações da nossa atividade. Introduzam-se nos compêndios escolares, nas lições liceais ou universitárias, as passagens marcantes, aluzivas ao Brazil. Estabeleça-se a linha marítima, o que remataria a obra ciclopica do dr. Bernardino Machado, quando exerceu as funções de embaixador no Rio de Janeiro, e a do gabinete da sua chefia, a quem se deve a idéa de criar núcleos de estudos brasileiros em Portugal. Incorpore-se, enfim, uma legião de brazilófilos.

Desimpedido o caminho, fácil seria, depois, readquirir o que um século de incúria nos levou a perder ou consentiu que se reduzisse a um vergonhoso mínimo. (1)

(1) No *Século*,—de 10-XI-1916.

VIII.—A colónia

Afigurando-se-nos sensivelmente elucidativo, não só para a história da colónia portuguêza do Maranhão como para a das suas autoridades consulares, reproduzimos abaixo um relatório de 1881, impresso no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº. 4, 2^a. série, 1882, devido ao belo espirito de Raimundo Capela, contemporâneo ilustre, na Universidade de Coimbra, de João de Deus, Antero de Quental, Manoel de Arriaga, Eça de Queiroz, José Falcão, Teófilo Braga, António de Azevedo e outros homens eminentes. (1)

Raimundo Capela faleceu no Rio, onde se dedicou ao magistério, numa absoluta pobreza. Aquele documento, que encontrámos nos despójos do arquivo consular, corrigido, é uma peça digna de se restaurar, a bem do culto e honesto nome do seu autor.

Meditem-se as suas considerações:

Tenho a honra de apresentar a v. exa. o resultado analítico do recenseamento da população portuguêza na província do Maranhão, em referência ao primeiro trimestre do ano de 1881, trabalho este que empreendi desde o comêço da minha gerência, mas que só agora pude levar a cabo, depois de vencidas muitas dificuldades e contrariedades. E de certo ainda viria longe a realiza-

(1) Vide *A Escola de Coimbra e a dissolução do Romantismo*, por Fran Paxeco. Lisboa, 1917.

ção do meu intento, se não fôra o benévolos e eficaz auxílio do atual presidente da província, sr. dr. Cincinato Pinto da Silva, e a dedicada cooperação dos funcionários consulares, meus subordinados, particularmente do vice-cônsul Agostinho Coelho Fragozo e chanceler Luiz Corrêa Loureiro, aos quais se deve o recenseamento na capital. Sinto, porém, que os funcionários consulares, nas províncias do Piauí e Ceará, me não tenham dado motivo para igual reconhecimento, e me privem da satisfação de remeter a v. exa. a estatística geral da população portuguêsa no distrito a meu cargo. Espero, contudo, que este exemplo lhes desperte o zêlo e os anime a uma emprêza relativamente fácil.

O presente quadro, apesar dos seus patentes defeitos e omissões, parece-me que se aproxima muitíssimo da verdade numérica, oferecendo, na discriminação dos seus elementos, uma base aproveitável para o estudo demológico das colônias portuguêzas no estranjeiro, tal qual o delineou a Sociedade de Geografia de Lisboa, no questionário que me foi dirigido e recomendado pelo antecessor de v. exa., o sr. Braamcamp.

Mostra-se, com efeito, que a colónia portuguêsa do Maranhão está hoje reduzida a metade do que era em 1852, e que, entretanto, a emigração nada ou pouco tem diminuido, nos períodos decenais que decorreram desde aquela época. Este fenômeno poderia ser filiado em causas muito

complexas, se não encontrasse uma explicação simples e suficiente na extraordinária emigração dos dois decénios anteriores a 1851, a qual, tendo o seu áuge de 1823 a 1846, sobrepuja, em mais do dôbro, a dos últimos trinta anos.

Distingua-se aquela antiga emigração por um caráter aventureiro, que tende a desaparecer completamente, na moderna. Os emigrantes de agora não veem entregues à sorte e fiados apenas nas promessas de sonhos ambiciosos. Quase todos veem atraídos pelo convite protetor de parentes e amigos, que constituem o núcleo sedentário e próspero da colónia. Assim, quase todos deparam ingresso pronto na carreira comercial, que é a mais suave e lucrativa, e onde, com mediana inteligência e atividade, se obtém em menos tempo uma lisonjeira abastança, para a qual corre principalmente o facto dos patrões associarem os caixeiros aos interesses da sua caza. Os poucos que não conseguem acomodar-se aqui transplantam-se para a vizinha província do Pará, por ser um campo mais vasto e vário de ganâncias.

Ainda se encontram, todavia, alguns portugueses cujas circunstâncias, muito parecidas com as da indigéncia, acuzam ou fraquezas e infortúnios pessoais ou o imprevidente escésso da antiga emigração. Compõe-se esta classe de indivíduos analfabetos, sem aptidão profissional, vindos numa idade madura, incompatível com a sujeição a qualquer aprendizagem, e que, para viver, teem

o único recurso do trabalho rude, braçal, que, além de lhes arruinar a saúde, os humilha e degrada, acabando muitas vezes por prostrá-los numa indolente renúncia a melhorar de condição, no bruto desprêzo de si próprios. Arrastam a sua triste existéncia, ordinariamente, dispersos pelos campos e povoações do interior.

A classe mais numeroza, depois da comercial, é a dos lavradores, roceiros e criadores de gado, para a qual contribuiram quaze esclusivamente a emigração anterior a 1851 e a do seguinte decénio. A última contribuição formou a atual colónia portuguêza da vila do Codó, composta de homens e mulheres da freguezia de Avintes e círcunvizinhas, no distrito do Pôrto, angariados por um rico proprietário agrícola, cujos projéts, porém, não tiveram uma execução bastante feliz para estimular a concorréncia de outros colonizadores e de outros colonos.

Em geral, a indústria agrícola, exercida pelos nossos compatriotas, limita-se á esploração de pequenas áreas e portanto a lucros diminutos. A classe operária, que outrora foi considerável, acha-se hoje muitíssimo abatida em número e em interesses, por cauza do aparecimento de operários nacionais, de quem os nossos teem sido mestres. Deve notar-se que a emigração operária procede quaze toda das províncias do sul.

O comércio, que é a principal e mais diléta ocupação dos nossos colonos, comprehende tres ca-

tegorias,—a dos comerciantes (importadores, esporadores e vendedores por grosso), a dos lojistas (mercadores, capelistas, etc.) e a dos quitandeiros (tendeiros ou merceeiros). As duas últimas são ocupadas quase totalmente por portuguêses. Na primeira, porém, con quanto êles tenham ainda a superioridade do número e da riqueza, já defrontam a competência de importantes caças nacionais, que vieram substituir as antigas caças inglêzas e francêzas.

As relações esternas do comércio maranhense podem considerar-se rezumidas, na importação, aos mercados da Inglaterra, Portugal e França, e na exportação aos das duas primeiras destas nações. No valor total da primeira, cabe á Inglaterra, aproximadamente, um quarto; a Portugal e á França, um oitavo a cada uma. No valor total da segunda, entra a Inglaterra com dois terços e Portugal com um terço. Quanto á navegação, a portuguêza reprezenta um terço do número total dos navios á vela e um quarto da respétila tonelajem. A navegação a vapor, cuja tonelajem escede cinco vêzes a daquela, é unicamente inglêza, e serve tanto as relações com a Gran-Bretanha, como com a França e Portugal. Daqui se vê que as tranzacções comerciais da colónia portuguêza abrangem um campo assás estenso e variado, que, se não favorece muito o seu desenvolvimento, lhe proporciona, pelo menos, o emprêgo de uma inteligente e fecunda atividade.

A educação profissional dos nossos comerciantes é, por via de regra, simplesmente prática ou empírica, e toda adquirida neste paiz, para onde costumam emigrar em tenra idade, provídos apenas de uma elementarissima e imperfeitissima instrução, no ler, escrever e contar. A educação moral e social cifra-se, de princípio, na vaga inspiração dos sentimentos religiosos e em estreitos habitos de respeito, humildade e sujeição, que mais tarde se alargam e aperfeiçoam pela dignidade do trabalho útil e pelos exemplos recolhidos no trato de uma população honesta e desempoeirada. A instrução literária, porém, raras vezes chega a ultrapassar as noções ministradas por meio dos jornais politicos, dos romances, dos folhetos e das discussões maçónicas. Mas as crenças religiozas entibiam-se, ou, antes, escondem o seu caráter místico, continuando sómente a revelar-se no gôsto pelas solenidades e pompas do culto.

O amor da pátria, que primeiramente se confunde com o apêgo ao lar e á familia, é talvez o mais tenaz dos sentimentos portuguêzes. Embora mais tarde se transforme num alento de vaidade ou ambição, ou numa indefinida saudade, rarissimamente desaparece de todo. As naturalizações são cazos forçados, estraordinarissimos. No nosso caráter nacional, nunca se extinguem um certo pudor patriótico, que o faz rezistir a todas as al-

ternativas da vida e a todas as tentações de aféto e de interesse.

Aqui, apezar da propensão dos nossos colonos a ligarem-se, pelo casamento, com as famílias brasileiras, pelas quais são de bom grado acolhidos, apezar da facilidade com que se adaptam ás condições d'este meio social e abdicam o domicílio pátrio, quando, de alguma forma, a isso os aconselham as conveniências próprias ou as da nova família, apezar da sincera abnegação com que destinam os seus filhos ao serviço e aumento de diversa nacionalidade,—apezar de tudo, nunca se esquecem da origem e continuam sempre a mostrar-se e a proclamar-se nossos concidadãos. Outra bela qualidade, que exorna os portuguêzes de todas as classes, qualidade filha da índole e das circunstâncias, é a rezistência ás paixões viciosas e criminozas. Durante dois anos, não tive ocasião de notar um só réu de crime público ou particular. Trabalho e economia é a regra constante de viver da classe comercial, regra cuja monotonía sómente, e quando possível, é quebrada pela diversão de viajens á Európa, a que os induz a doença ou a curiosidade. A satisfação desta natural curiosidade é o maior prazer e orgulho do portuguêz-brasileiro, e, sendo estímulo de ambição, importa ao mesmo tempo o sacrifício de outras muitas satisfações.

Interessa ainda falar das boas disposições físicas dos nossos colonos, as quais, aliadas com a

sobriedade, lhes dão, principalmente aos oriundos do norte, as vantagens da força e da saúde, nesta região, que, com ser, entre as do Brazil, uma das mais salubres e izentas de epidemias, tem um clima estremamente debilitante e propício ao desenvolvimento dos germes mórbidos. A aclimação meteorológica dos nossos opera-se todavia rapidamente, sem necessidade de grandes precauções, e bem assim a aclimação patológica, relativa ás febres intermitentes e biliozas e ao béri-béri, tanto assim que a proporção da mortalidade não varia notavelmente, para as populações portuguêza e indigena. Três por cento é a média anual para todos, com escluzão, porém, dos infantes e recem-nascidos, que não podem servir de elemento comparativo.

As ligeiras observações que precedem, quanto especialmente referidas á população desta capital, que é o dôbro da que se acha disseminada pelas localidades do interior, contém matéria aplicável a essa, menos no que toca á cultura intelectual e aos hábitos sociais, que devem estar aí, sem dúvida, em maior atraço.

A concentração da colónia é a consequência necessária da notada diferença no caráter da emigração e tambem de mudança nas condições económicas do paíz.—Quanto á procedéncia dos emigrantes, ministra o quadro anexo dados suficientes, para se formar um conceito justo da im-

portância daquele caraterístico, no estudo que se fizer das nossas colónias.

Resta-me tratar de duas instituições sustentadas pelos esforços colétivos dos comerciantes portuguêzes da capital do Maranhão: o Gabinete de Leitura, fundado em 1853, e o hospital da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, fundado em 1862. Possue o gabinete uma biblioteca, com 4.773 obras, em 7.502 volumes, quaze todos de literatura amena. Os sócios são 190. O movimento anual de consulta é de 7.000 a 8.000 volumes. Entre os leitores, creio, figuram tanto portuguêzes como brazileiros. O hospital é mantido por uma associação de 631 portuguêzes, que, pela contribuição mensal de 1\$000 réis, adquirem o direito a ser tratados nele, pagando uma compensação diária, módica e variável, segundo a classe do quarto. Os indigentes, sócios ou não sócios, são recolhidos gratuitamente. Os enfermos abastados, não sócios e mesmo estrangeiros, podem ser tratados na classe de pensionistas, mediante uma paga mais avultada. O edifício onde está estabelecido o hospital tem uma aparência pitoresca, situação agradável e os cômodos precizos. O seu valor, juntamente com o do terreno contíguo, dos móveis e dos títulos rendozos, possuidos pela sociedade, forma um capital de 69:165\$203 réis. O rendimento montava, ainda há pouco, a 4.646\$868 réis, cujas sobras se aplicam ao aumento do capital. Peza-me, porém, ter de confessar que o amor

dos nossos compatriotas a esta útil e simpática instituição não tem sido tamanho, nem tão geral que habilite a sociedade a dispensar todo o auxílio necessário aos desvalídos.

Rematarei esta longa exposição, condensando numa fórmula simples o meu juizo sobre as condições materiais da colónia:—Nenhum opulento; alguns ricos; muitos abastados; o maior número é de remediados; pobres, bastantes.

Só tenho, no fim, que pedir desculpa a v. exas imperfeições que só uma inteligência muito superior á minha poderia evitar, em assunto de tanta complexidade e vastidão.

S. Luiz, 1 de outubro de 1881.—*Raimundo Venâncio Rodrigues Capela.*

Resumo do recenseamento da população portuguêza, na província do Maranhão, em referência ao 1º semestre do ano de 1881

| Localidades | Sexos | | Estado | | | | Ofícios e ocupações | | | | | | | Datas da emigração | | | | | | Procedências | | | | Total | | |
|----------------------------------|-----------|----------|---------|-----------|--------|----------------|---------------------|-----------|-----------|--------------|-------------|----------|----------------|--------------------|------|--------|------|--------|------|--------------|------|----------------|-------|-------|-------|----------------|
| | Masculino | Feminino | Cazados | Solteiros | Viuvos | Desco-nhecidos | Negociantes | Caixeiros | Artífices | Indus-triais | Lavrado-res | Diversas | Desco-nhecidos | Antes de 1851 | 1851 | a 1860 | 1861 | a 1870 | 1871 | a 1880 | 1881 | Desco-nhecidos | Norte | Sul | Ilhas | Desco-nhecidos |
| S. Luiz (capital)..... | 776 | 43 | 236 | 529 | 49 | 5 | 327 | 190 | 69 | 8 | 6 | 189 | 30 | 206 | 163 | — | 194 | 236 | 3 | 12 | 714 | 68 | 19 | 18 | 819 | |
| Vila do Paço..... | 10 | — | — | — | — | 10 | — | — | — | — | — | — | 10 | — | — | — | — | — | — | — | 10 | — | — | — | 10 | 10 |
| Cidade de Alcântara..... | 39 | — | 12 | 24 | 3 | — | 9 | 2 | 1 | 4 | 8 | 15 | — | 14 | 11 | 5 | 4 | — | — | 5 | 31 | 7 | — | 1 | 39 | |
| Vila do Rozário..... | 13 | 1 | 4 | 7 | 3 | — | 5 | 1 | — | — | 6 | 2 | — | 10 | 2 | 1 | — | — | — | — | 1 | 11 | 3 | — | — | 14 |
| Vila do Icatú..... | 49 | — | 19 | 29 | 1 | — | 18 | — | 2 | 1 | 12 | 16 | — | 15 | 10 | 12 | 3 | — | — | 9 | 12 | 2 | — | — | 35 | 49 |
| Cidade do Itapecurú Mirim..... | 6 | — | 2 | 3 | 1 | — | 5 | — | — | — | — | 1 | — | 2 | 4 | — | — | — | — | — | — | 6 | — | — | — | 6 |
| Vila do Coroatá..... | 5 | — | 3 | 2 | — | — | 1 | — | — | — | 1 | 3 | — | — | — | — | — | — | — | 5 | — | — | — | 5 | 5 | |
| Vila do Codó..... | 28 | 14 | 29 | 6 | 7 | — | 3 | — | — | 2 | 30 | 2 | 5 | 4 | 34 | 3 | — | — | 1 | — | 37 | — | — | — | 5 | 42 |
| Cidade de Caxias..... | 49 | 4 | 31 | 18 | 4 | — | 16 | — | 15 | 1 | 11 | 10 | — | 26 | 8 | 4 | 1 | — | 14 | 51 | 2 | — | — | — | 53 | |
| Vila do Brejo..... | 15 | — | 14 | — | 1 | — | 5 | — | 1 | — | 8 | 1 | — | 9 | 5 | 1 | — | — | — | — | 12 | 2 | 1 | — | 15 | |
| Vila da Vargem Grande..... | 3 | — | 3 | — | — | — | 1 | — | — | — | — | 2 | — | 1 | 1 | 1 | — | — | — | — | 3 | — | — | — | 2 | |
| Vila de Anajatuba..... | 7 | — | 5 | 1 | 1 | — | 1 | 1 | — | — | 3 | 2 | — | 3 | 1 | 2 | — | — | — | 1 | 5 | 2 | — | — | 7 | |
| Vila de Picos..... | 2 | — | 2 | 1 | — | — | 1 | — | — | — | 2 | — | — | 2 | 1 | — | — | — | — | — | 3 | — | — | — | 3 | |
| Vila do Pinheiro..... | 8 | — | 1 | 7 | — | — | 2 | — | — | — | 1 | 5 | — | — | — | — | — | — | — | 8 | — | — | — | 8 | 8 | |
| Vila do Grajaú..... | 13 | — | 8 | 2 | 3 | — | 3 | — | 1 | — | 4 | 5 | — | — | — | — | — | — | — | 13 | — | — | — | 13 | 13 | |
| Vila de S. Bento de Perizes..... | 41 | — | 17 | 23 | 1 | — | 8 | 1 | 2 | — | 15 | 15 | — | — | — | — | — | — | — | — | 41 | — | — | — | 41 | 41 |
| Vila de S. José de Penalva..... | 15 | — | 6 | 4 | 5 | — | 6 | — | 1 | — | 6 | 2 | — | — | — | — | — | — | — | 15 | — | — | — | 15 | 15 | |
| Vila da Chapada..... | 13 | — | 8 | 2 | 3 | — | 3 | — | 2 | — | 4 | 4 | — | — | — | — | — | — | — | 13 | — | — | — | 13 | 13 | |
| Vila de S. Luiz Gonzaga..... | 14 | 2 | 5 | 9 | 2 | — | — | 1 | 1 | — | 7 | — | 7 | — | — | — | — | — | — | — | 16 | 14 | 2 | — | — | 16 |
| Vila do Baixo Mearim..... | 19 | — | 9 | 5 | 5 | — | — | — | — | — | — | 19 | — | — | — | — | — | — | — | — | 19 | — | — | — | 19 | 19 |
| Vila de Monção..... | 11 | 1 | 3 | 7 | 2 | — | 2 | — | 1 | — | 4 | 5 | — | — | — | — | — | — | — | — | 12 | 12 | — | — | — | 12 |
| Vila da Chapadinha..... | 1 | — | 1 | — | — | — | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 | 1 | — | — | — | 1 | |
| Vila das Barreirinhas..... | 5 | — | — | — | — | 5 | — | — | — | — | — | 5 | — | — | — | — | — | — | — | 5 | — | — | — | 5 | 5 | |
| Cidade de Viana..... | 16 | — | 7 | 3 | 6 | — | 8 | — | — | — | 8 | — | — | — | — | — | — | — | — | 16 | 16 | — | — | — | 16 | |
| Vila de Santa Helena..... | 3 | — | 1 | 2 | — | — | — | — | — | — | 3 | — | — | — | — | — | — | — | — | 3 | 2 | 1 | — | — | 3 | |
| Vila do Turiassú..... | 41 | — | 15 | 21 | 5 | — | 13 | 1 | — | — | 10 | — | 12 | 20 | 5 | 4 | — | — | 31 | 4 | 2 | 4 | — | 41 | | |
| | 1.203 | 65 | 441 | 704 | 103 | 20 | 438 | 197 | 96 | 16 | 128 | 304 | 72 | 302 | 366 | 220 | 249 | 4 | 220 | 961 | 93 | 22 | 192 | 1.268 | | |

Observações.—1º. Segundo uma inserção, começada e concluída em 1852, havia, em toda a província, nessa data, 2.120 cidadãos portuguêzes.—2º. No presente recenseamento, não se incluiram as mulheres estrangeiras, caçadas com portuguêzes, nem os filhos menores, nascidos no império, dos quais consegui recensear, só na capital, 309.—3º. Nas procedências do norte, refiro-me às províncias do Minho, Douro e Trás os Montes; nas do sul, a todas as outras; nas das ilhas, aos Açores e Madeira. Entre os de procedência desconhecida, vai incluído um negro da África, único recenseado.

Agóra, que o telégrafo nos comunica haver-se restabelecido o consulado de carreira no Maranhão, quanto á reprezentação da república irmã é curioso saber quais as pessoas que o teem superintendido.

Instalou-se a 1 de maio de 1831, dando-se-lhe por séde S. Luiz. O distrito abrangia as províncias do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. (A do Amazonas só se criou a 5 de setembro de 1850). Dirigiu-o primeiramente, como vice-cônsul, João José de Almeida, júnior, nomeado em 5 de fevereiro de 1831, e que espirou a 28 de maio de 1832, deixando o lugar acéfalo. Pelos fins dêste último ano, a 13 de dezembro, tomou posse do posto Joaquim José da Costa Portugal.

Retirando-se para Lisboa, participou que nomeára chanceler o dr. António Aires Lourenço de Carvalho, o qual assumiu a encarregatura em 5 de abril de 1834. Passou a vice-cônsul em 1 de março de 1836. Auzentando-se, investiu no lugar de chanceler José Caetano Gonçalves, que principiou a gerência em 30 de julho de 1839. A 13 de novembro desse mesmo ano, José Gonçalves Franco é nomeado vice-cônsul interino. Encontra obstáculos em receber o arquivo, conseguindo que lho entreguem 13 dias depois. Regressa ao exercício, como vice-cônsul interino, a 8 de fevereiro de 1840, José Caetano Gonçalves.

Volta ao Maranhão, promovido a cônsul, Joaquim José da Costa Portugal, que se empossa a

11 de dezembro de 1841. Transferido para a Baía, convida a substitui-lo, em 2 de janeiro de 1845, o vice-cónsul José António da Silva Guimarães, brasileiro. A 7 de agosto de 1844, nomeiam cónsul Carlos Luciano Mendes, que encetou as suas funções em 23 de maio de 1845. Morreu a 10 de agosto de 1850. Assumiu-as o vice-cónsul José António da Silva Guimarães, que as transmite, em 4 de julho de 1851, ao cónsul João da Rocha Santos, brasileiro também, e que fôra nomeado a 30 de outubro de 1850. Finou-se em 5 de agosto de 1853, reentrando no exercício, a 6 do mesmo mês e ano, o vice-cónsul J. Silva Guimarães. Sucedelhe o cónsul interino Leonardo Pinheiro Carneiro da Cunha, que cessa em 19 de maio de 1856, data presumivel da posse do cónsul Tomáz Ribeiro dos Santos, nomeado a 20 de dezembro de 1855.

Toma a gerência do distrito, a 16 de março de 1857, o vice-cónsul Francisco António de Lima. O ex-cónsul Carneiro da Cunha, quando Ribeiro dos Santos embarcou para a Európa, pretendeu apoderar-se do cargo, assumido pelo cónsul Augusto de Faria, em 14 de agosto de 1858. Saindo pra Lisboa, por moléstia, delegou as suas atribuições no vice-cónsul David Gonçalves de Azevedo, que se desobriga delas desde 19 de junho de 1859 a 23 de março de 1860, data em que a gerência passa ás mãos dum novo cónsul, o dr. Cláudio de Araújo Guimarães.

Removido este funcionário para Pernambuco, torna á gestão do consulado, em 5 de março de 1864, David Gonçalves de Azevedo. Aporta aqui, a 19 de abril dêsse ano, o dr. José Corrêa de Loureiro, empossando-se, dois dias após, no lugar de cônsul. Segue para Portugal, com licença, em 2 de outubro de 1876, voltando a exercer as funções consulares, pela terceira vez, David Azevedo. O ilustre progenitor dos poetas, românticas e comediógrafos Artur, Américo e Aluizio Azevedo sucumbe a 7 de agosto de 1878. Assume a encarregatura, a 8, o chancelér Luiz Corrêa de Loureiro,—ainda vivo, rezidente no Recife, e que se lembra, saudoso e rijo, dos largos anos decorridos no Maranhão, cujo interior percorreu.

A 23 de setembro de 1879, desembarca em S. Luiz o dr. Raimundo Venâncio Rodrigues Capela, condiscípulo universitário dos promotores da Escola de Coimbra, a revolucionadora das belas-letras, da ciéncia, da filozofia e da política de Portugal. Os velhos inda se recordam pezarozos de Raimundo Capela, homem de invulgar cultura, cuja vida terminou, inglória, no Rio de Janeiro. Empossando-se a 1 de outubro de 1879, regressou a Lisboa em 16 de abril de 1886.

Toma conta da geréncia o vice-cônsul Joaquim Coelho Fragozo, o qual serviu de 17 de abril daquele ano a 14 de abril do imediato. Chega o dr. Gregório Anselmo Ribeiro Marques, que se mantém no posto de cônsul de 16 do mês referido

a 12 de novembro de 1891. Nesta data, um decreto extingue o distrito de primeira classe, aqui existente. Era ministro dos negócios estrangeiros o conde de Valbom, pai de Carlos Lobo de Avila e tio do professor José Tomaz Lobo de Avila Lima, nome bastante discutido, há mêses atrás.

Da época citada a 6 de janeiro de 1909, data em que sucumbiu, desempenhou o cargo de cônsul Joaquim Coelho Fragozo. Ocupou o posto de vice-cônsul, nessa gerência, Albino da Silva Ramalho. Morrendo, foi provido no seu lugar, em 1902, Crispim Alves dos Santos, que o exercêu até falecer, em 11 de janeiro de 1905. Teve por substituto, a 14 de abril desse ano, o sr. Joaquim Francisco dos Santos, elevado a cônsul de 4^a. classe em 19 de maio de 1909. Achava-se na gestão dos negócios consulares, desde 11 de abril de 1910, Augusto Américo da Silva Nunes, por ter seguido pra Lisboa, licenciado, o sr. J. F. dos Santos, quando tomou posse dela, a 11 de julho de 1910, o vice-cônsul João Alves dos Santos, nomeado a 10 de abril desse ano. O sr. J. F. dos Santos, de regresso, reassumiu logo as suas atribuições, ainda no mesmo ano de 1910, a 31 de dezembro. Manteve-se no lugar de chanceler, desde 29 de julho de 1902, Augusto Américo da Silva Nunes, que prestou inapreciaveis serviços ao seu paiz e aos muitos compatriotas moradores nesta capital.

Pouco depois do advento do regime republi-

cano, efetuou-se a nomeação do sr. Manoel Fran Paxeco, a 24 de agosto de 1911, o qual se investiu no cargo de cônsul em 14 de novembro do aludido ano. A 18 de julho de 1912, foi nomeado vice-cônsul o sr. Francisco Martins de Freitas, que esteve á frente do distrito, de 8 de novembro de 1913 a 9 de fevereiro de 1914, por ter ido ao Rio o sr. Fran Paxeco, a convite do embaixador.— Funciona em Caxias, como vice-cônsul, desde 5 de setembro de 1887, o sr. António Joaquim Ferreira Guimarães.

Dêstes leves traços da história consular de Portugal no Maranhão, conclue-se que a laboriosa colónia luzitana se achava, ha perto dum quarto de século, quaze esquecida pelos poderes públicos da sua pátria. As novas instituições, porém, sanaram a falta da monarquia, nomeando funcionários de carreira para a reprezentação da terra irmã neste estado.

E' um ato de suma importância, com o qual se devem rejubilar os inúmeros portuguêzes aqui domiciliados, nossos companheiros nos bons e nos máus momentos, e que nos desvanece também nós, maranhenses, pela distinção que se nos dispensou. (1).

Como pormenor informativo, consignaremos

(1) Da *Pacotilha*, diário de S. Luiz,—29-VI-1914.

aqui o expediente consular, desde 14 de novembro de 1911 a 31 de outubro de 1919. Embora a muitos o pareçam, a nós não nos parecem ociosos estes algarismos.

Correspondência recebida:—Em 1911-1912, 141 ofícios e 11 telegramas; em 1913, 87 ofícios e 11 telegramas; em 1914, 86 ofícios e 16 telegramas; em 1915, 125 ofícios; em 1916, 150 ofícios e 6 telegramas; em 1917, 136 ofícios e 16 telegramas; em 1918, 171 ofícios e 38 telegramas; em 1919, 118 ofícios e 22 telegramas. Totais, 1.014 ofícios e 120 telegramas.—Correspondência remetida:—Em 1911-1912, 141 ofícios e 80 circulares; em 1913, 138 ofícios; em 1914, 158 ofícios; em 1915, 199 ofícios; em 1916, 180 ofícios e 14 telegramas; em 1917, 201 ofícios e 16 telegramas; em 1918, 270 ofícios e 53 telegramas; em 1919, 221 ofícios e 40 telegramas. Totais, 1.508 ofícios, 123 telegramas, 80 circulares. Nos ofícios, entre as peças de maior estensão, incluímos sete relatórios.

O rezumo dos *atos diversos*, desde a primeira das datas referidas, até 31 de dezembro de 1918, descreve-se dêste modo:—Atestados de rezidência, 143; reconhecimentos de firma, 434; vistos em declarações de carga, 541; cédulas de inscrição, 174; cartas de saúde, 53; visto em passaportes, 33; certificado sobre o serviço militar, 1; licença para levantamento de dinheiro, 1; taxas militares, 60; licenças para embarcar, 20; ditas para casamento,

3; retificação de filiação, 1; certidões de idade, 37; atestados de filiação, 1; certidões de nacionalidade, 3; atestados do estado civil, 3; visto em ressalvas, 1; certidões de nascimento, 3; informação a requerimentos, 2; procurações, 4; certidões de óbito, 1; visto em diários náuticos, 8; protestos de mar, 4; autenticação de manifestos, 3; termos de vistoria, 9; termos de avaliação, 3; visto em cédulas de inscrição, 2; alvarás de saída, 3; certidões de protestos de mar, 3; certidões de termos de vistoria, 9; ata de concorréncia, 1; certidão de ata de abertura de propostas, 3; revalidação de cartas de saúde, 1; protesto por incêndio, 1; certidões de protesto de incêndio, 1; certidões de protesto por naufrágio, 5. Total, 1.575.

No ano a findar, até 31 de outubro, fizeram-se estes *atos diversos*:—Reconhecimento de firma, 106; cédulas de inscrição, 15; registos de casamento, 1; visto em declarações de carga, 109; certidões de registo de casamento, 1; vistos em passaportes, 32; cartas de saúde, 10; autenticação de manifestos, 2; vistos em diários náuticos, 3; alvarás de saída, 1; licenças para embarcar, 3; procurações, 1; atestados de rezidência, 15; certificados não especificados, 1; passaportes, 6; certidões de idade, 1; protestos de mar, 2; certidões de encalhe, 3; certidões de abandono de navio, 3; taxas militares, 2. Total, 317.

Total, nos dois períodos, 1.892. Devemos fri-

zar que as declarações de carga, em número de 650, multiplicadas por cinco vias, elevam a 2.600 os *vistos*, nesses documentos de embarque, ou sejam, ao todo, 4.492 *atos diversos*.

Observaremos, terminando, que se inscreveram nos livros consulares, desde 11 de março de 1904 a 30 de novembro de 1919, apenas 422 dos nossos concidadãos, quando o seu número, só nessa capital, sóbe ao duplo. Morreram 230, dentro do mesmo prazo. Os maiores coeficientes registraram-se em 1904, o ano da peste bubônica, a qual nos levou 36 patrícios, e em 1912, com 21. Os menores fôram de um, em 1911, e quatro, no ano a espirar. A média, nesses 16 anos, parou em 14,6. Como se vê, somos dos mais poupados pela morte, aqui e também no resto do Brazil.



ÍNDICE

| | |
|-----------------------------|-----|
| Prefácio----- | 2 |
| A situação geral----- | 5 |
| A demografia----- | 15 |
| Os transportes----- | 21 |
| O comércio e a finança----- | 34 |
| Depois da guerra----- | 49 |
| Os negócios esternos----- | 71 |
| A colónia----- | 128 |